

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ROSINEI DIAS GEVEZIER TURBIANI MACHADO

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
GINÁSIO ESTADUAL DE JAÚ (JAÚ-SP, 1946-1961)**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ROSINEI DIAS GEVEZIER TURBIANI MACHADO

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
GINÁSIO ESTADUAL DE JAÚ (JAÚ-SP, 1946-1961)**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação do Professor Doutor Bruno Bontempi Jr.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Era outubro de 2007, por volta das dezenove horas, mas ainda dia, por ser horário de verão no Brasil. Reuniam-se na cozinha, como de costume, para preparar e degustar o lanche da tarde. Diga-se de passagem, o melhor lugar da casa para uma reunião é a cozinha.

Sentadas à mesa, a mãe absorta, sorvia uma xícara de leite quando a filha, que, recentemente, completara cinco anos, pegou um jornaleco, desses qualquer, que entregam na porta de casa e soletrou: co-lom-bo.

A mãe em êxtase disse:

- Filha, a mamãe aprendeu a ler com quase o dobro de sua idade!!! Se você continuar assim será doutora aos trinta anos.

A filha, enfaticamente, respondeu:

- Doutora não, cantora de ópera.

As personagens dessa história, como não poderiam deixar de ser, sou eu e Lara, minha filha, a quem, especialmente, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Esse é o último momento de meu trabalho e, já sinto saudades... pois, felizmente esquecemos o sofrimento e guardamos as conquistas, por isso é tempo de agradecer, nem sei por onde começar... são tantas pessoas... porém, como cristã, quero começar agradecendo a Deus, criador de todas as histórias.

Agradeço ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP por oferecer excelentes professores, que, para além do vasto conhecimento científico e acadêmico, possuem grande sensibilidade humana. E, de modo especial ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior, que tem o poder de “descomplicar”, o meu “muito obrigada”.

Agradeço aos funcionários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo pelo apoio técnico, sobretudo, a Elisabete Adania, a nossa querida Betinha, sempre cuidadosa e responsável.

Agradeço à banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Luiza Macedo Abbud e a Profa. Dra. Maria Rita de Almeida Toledo, por preciosas colaborações.

Agradeço aos meus colegas, companheiros dessa viagem chamada “mestrado”. Agradeço de forma muito especial à Denise Pedroso Gomes, que de colega tornou-se minha amiga.

Agradeço à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo pela concessão da bolsa. Em nome da supervisora Maria Eliza Goi Roscani, pelo seu incondicional apoio, estendo meus agradecimentos a todos os funcionários e amigos da Diretoria Regional de Ensino de Jaú.

Em nome da diretora, dona Cleomar de Barros Castilho Marques, da vice-diretora, Carmem Sílvia Ciccone, e de forma muito particular à funcionária Maria Alice Devides, agradeço a todos da Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo.

Um agradecimento especial às minhas “colaboradoras”, dona Juracy Monteiro Ciccone e dona Neuza Piccino de Oliveira Pares.

Ao agradecermos, não há como não sermos saudosistas e, aprendi com minhas “colaboradoras” que a memória tem o poder de trazer esse sentimento, por isso agradeço aos meus amigos e alguns mais do que amigos, que fizeram parte de minha história desde minha infância: Sara, Maria Inês, Clóvis,

Alessandra, Walkiria, Mona, Rodrigo, Ana Larissa, Bárbara Raquel, Dalma Beatriz, Elaine, Valéria, Jessé, Carlos, Cleber, Salma, Sofia, Laysa, Silmara, Cida, Cidinha, Maria Regina, Fabiana, Sílvia, Simone, Bebel, Márcia, Fábio, Rosinéia, Joyce, Ana Cláudia, Fabíola, Esther, Juliane...

Ao Sérgio Augusto Turbiani Machado, meu primeiro amor...

Agradeço aos meus irmãos e sobrinhos, por quem tenho muito carinho: Floramy, Sueli, Rosely, Darci, Clemi, Magali, Celso, Geziely, Jayla, Juliana, Patrícia, Petterson, Plínio, Melissa, Caroline, Jessé, Tadeu, Andréia, Carlos Henrique, Leonardo, Bárbara, Gabriela, Erik, Celsinho e Helinho.

Ao meu pai, Hélio Gevezier, homem digno e honrado que teve sua vida sacrificada em nome da justiça.

À minha mãe, Terezinha Dias Gevezier, maior exemplo de dedicação ao trabalho, inspiração para o momento do “vou desistir”.

À minha filha, Lara, razão do meu viver, presente divino.

MÃOS DADAS

Carlos Drummond de Andrade

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.*

*O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

*MEMÓRIA
Carlos Drummond de Andrade*

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

RESUMO

Na presente pesquisa, de natureza histórica, pretendeu-se estudar o ensino secundário no Ginásio Estadual de Jaú, interior do estado de São Paulo, entre os anos de 1946 a 1961, considerado o auge da expansão do ensino secundário. Com base nos referenciais de análise sobre instituições escolares e movimentando-se também no campo da memória, este trabalho visa a compreender como se organizou o ensino secundário nessa instituição, em um período histórico marcado pela aparente contradição entre a natureza de formador das “elites condutoras” desse grau de ensino e o processo de expansão da escola secundária, e compreender como se construiu a memória de uma “escola de qualidade”. Para discutir esse tema foram analisados os documentos da escola, periódicos e fotografias, além dos registros de entrevistas com pessoas que fizeram parte da história da instituição.

Palavras-chave: instituição escolar, Ginásio Estadual de Jaú, ensino secundário, qualidade da educação, memória.

ABSTRACT

In the present research, of historical nature, it was intended to study the secondary school teaching at the Secondary State School of Jaú, in the state of São Paulo, between the years of 1946 to 1961, considering the climax of the secondary school teaching expansion. Based on the references of analyses about educational institutions, and going over the memory field, this paper aims at the comprehension of how the secondary school teaching was organized in this institution, in a historical period marked by the apparent contradiction between the nature of the “elite leaders” makers of this teaching degree and the expansion process of the secondary school, and the comprehension of how the memory of a “high-quality school” was built. To talk about this theme, the school documents, periodicals and pictures were analyzed, besides registers of interviews with persons who took part in the history of the institution.

Key-words: Educational institution, Secondary State School of Jaú, secondary school teaching, quality of education, memory.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I	14
1. História e memória sobre a cidade de Jaú	14
2. O Ginásio Estadual de Jaú e a expansão da escola pública	16
3. Cenário sócio-cultural	22
Capítulo II	25
1. Dualidade do ensino secundário brasileiro e seus desdobramentos no quadro social do Ginásio Estadual de Jaú	25
2. Demanda e matrículas	36
3. De Ginásio Estadual para Instituto de Educação	38
Capítulo III	41
1. O currículo do Ginásio Estadual de Jaú	41
2. O complexo sistema de avaliação	47
3. Qualidade dos professores	52
4. Preocupação com a formação do aluno	54
Considerações Finais	63
Bibliografia	69
Apêndice 1	
Questões para entrevista	73
Apêndice 2	
Transcrição das entrevistas	75
Anexo 1	
Relação de Diretores do Ginásio Estadual de Jaú	91
Anexo 2	
Índice de Livros da Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo	92
Anexo 3	
Relação de Professores do Ginásio Estadual de Jaú - 1946 a 1961	100
Anexo 4	
Planta da escola	105

INTRODUÇÃO

Estrangeira em “Terra Roxa”¹, como professora designada pela Diretoria de Ensino, ao chegar a Jaú, logo procurei me familiarizar com as questões educacionais da cidade. Assim, sempre que o assunto era escola, percebia certo orgulho nas pessoas que estudaram ou que estiveram de alguma forma ligadas ao Instituto, denominação comumente usada quando se referem à atual Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo. Frases como “aquela escola era boa”, ou “aquilo, sim, era escola”, ou “não existe mais escola como aquela”, são ouvidas com freqüência em conversas informais com os moradores mais antigos da cidade. Considerado um ícone da educação no município de Jaú dos anos 1950 e 1960, o Instituto é referência para que se compreenda o que nesse período foi considerado como sendo “ensino de qualidade” nas escolas públicas do interior do estado de São Paulo.

Esta pesquisa buscou compreender como se construiu a memória da EE Caetano Lourenço de Camargo como uma “escola de qualidade”. Para essa finalidade, foi preciso perguntar sobre o contexto sócio-histórico em que ela se constituiu, como se estruturou e se organizou, e como se tornou representativa de um modelo educacional para a sociedade da época. Conforme observa Nadai (1991, p.15) a respeito da escola secundária, “a imagem daquela antiga escola como portadora de *‘padrão de qualidade’* persiste ainda na memória de professores, pais e demais agentes sociais”.

O objetivo deste estudo é reconstruir parte da história e da memória dessa instituição, a fim de inquirir, à luz dos referenciais pertinentes à história das instituições escolares, os vestígios da história da instituição. A documentação produzida pela escola foi uma das bases documentais desta pesquisa, especialmente: Atas de Reunião de Professor, Ofícios de Diretor, Relatório de Inspectores de Ensino, Livros de Visita, Planos de Ensino, Provas de Alunos, Prontuários de Alunos, Mapas de Movimento, Boletim de Freqüência, Livros de Ponto, entre outros. Além disso, foi preciso ouvir a “voz social”, tanto contemporânea, como atual, para o que a documentação mais pertinente constituiu-se de fotografias, depoimentos de professores, alunos, agentes escolares e seus familiares, e jornais de circulação na

¹ Cognome da cidade de Jaú.

cidade.

Estudar a história e a memória do Ginásio Estadual de Jaú e analisar como essa instituição se constituiu ao longo do período histórico compreendido de 1946, ano de sua criação, até 1961, marco significativo com as mudanças das leis de ensino, a partir da primeira LDB, para compreender como uma instituição escolar deixou marcas significativas para a cidade de Jaú. Essas marcas são investigadas com base na memória da população jauense, procurando entender como interferiu no cotidiano da cidade, nas trajetórias sociais, em seus hábitos e costumes, permitindo assim, que se cristalizasse a imagem positiva de uma escola de qualidade.

Tema recorrente na historiografia brasileira, a qualidade da educação suscita questões pedagógicas de ensino-aprendizagem, faz parte de acirrados debates políticos e é uma preocupação social constante. Mas, no que consistia essa qualidade? Como e por que o Ginásio Estadual de Jaú se cristalizou como escola pública de qualidade na memória de pais, professores, alunos e dirigentes do ensino no município de Jaú dos anos de 1946 a 1961?

Essas questões requerem pesquisas sistemáticas, que nos coloquem diante dos vestígios do passado, um passado em que se cristalizou o “costume”, na concepção de Thompson (1998, p.14), ou seja, uma “ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa”, de que a educação pretérita era uma “educação de qualidade”. As perguntas que suscitam podem ser primeiramente formuladas desse modo: Qual é a gênese desse costume, seja no imaginário coletivo, seja no discurso oficial? Em que indicadores ele se apóia? Para tais respostas foi preciso vasculhar os porões dos arquivos da escola onde se encontra a documentação, pesquisar em jornais de circulação local, verificar as leis educacionais vigentes na época, provocar e registrar a memória daqueles que viveram o período histórico em foco neste trabalho. Toda a investigação pautou-se em diretrizes teóricas e metodológicas relativas ao objeto de estudo, que podem ser expostas como a seguir: instituições escolares, memória, história oral.

Waller (1961), Julia (2001), Miguel (2004), Werle (2004a), entendem ser importante estudar as instituições escolares. Ver a escola por dentro e desvendá-la. Analisar as relações humanas que nelas ocorrem, entender o jogo de poder existente

nessas relações, entender que desse jogo é extraído um produto que constitui os avanços ou retrocessos do ensino-aprendizagem e a qualidade da educação.

A propósito da história da instituição escolar, Werle (2004a) esclarece a relação existente entre os três conceitos anunciados: história, instituição e escolar. Por história entende-se um modo peculiar de narrativa, cujo conteúdo decorre de uma operação de “descoberta” e “invenção”. Descoberta dos enunciados das fontes articulada à invenção a partir da visão, da interpretação que o pesquisador vai criar no processo de construção da narrativa. Portanto,

a história das instituições escolares é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e a seu contexto (Werle, 2004a, p.14).

O termo “instituição”, embora polissêmico, será tomado nesta pesquisa como unidade escolar, e não como um sistema. A unidade escolar é uma instituição localizável espacialmente e possui componentes identificáveis na memória coletiva, principalmente “as aspirações coletivas fundadoras” (Werle, 2004a, p.18). Para a autora, “fazer história institucional, portanto, exige revisitar o projeto primitivo, a posição do fundador, aquele que lhe deu paternidade, retomar as formas de organização jurídica e material” e, finalmente, afirma que,

o jogo entre o instituído e o instituinte, a totalidade em organização, os processos de estruturação e não apenas o estruturado, esses são os desafios a enfrentar no empenho de compor narrativas referentes à história das instituições escolares (Werle, 2004a, p.19).

Finalmente, o termo “escolar” relaciona-se à formalidade do sistema de ensino estruturado em hierarquias administrativas, e não à educação em geral ou à história da pedagogia. A presente pesquisa tem como foco de estudo a escola, entendida como uma instituição que é definida por características muito específicas que marcam a adesão de seus membros através de uma “proposta formativa, pelo disciplinamento e coação, pela interiorização da lei através da obediência e submissão” (Werle, 2004b, p.111). Isto significa dizer que um forte sentimento de pertencimento une as pessoas à instituição, criando uma forte identidade. A característica que está presente na escola e que aponta para esta unidade, baseia-se na peculiaridade de ter um corpo docente, que veicula saberes especializados e diversos dos saberes da criança. Vale ressaltar,

ainda, que as escolas, como instituições

são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição (Werle, 2004b, p.111).

Waller (1961) compreende que a escola é um sistema fechado de interação social, com uma forma própria de existência, dada pelo dar e receber instrução, e que isto distingue a escola de qualquer outra instituição social. Seu cerne é a sala de aula, em torno da qual se aglutinam todas as demais atividades. Assim, as outras características que permitem estudar as escolas como instituições são: população e estrutura política definida, rede de relações sociais, sentimento coletivo comum e cultura própria.

A história das instituições escolares tem-se movimentado no terreno da história cultural, modalidade de investigação e interpretação histórica que valoriza a análise de elementos internos à escola, ou seja, o espaço e tempo escolar, as disciplinas escolares, o corpo profissional, as normas que regem a escola, as teorias escolares e sua realidade prática, a fim de que se compreenda a cultura escolar, que consiste, segundo Julia (2001), em um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, assim como práticas para a transmissão desses conhecimentos e incorporação dessas condutas.

Ao ampliar seu campo de pesquisa e análise, a história cultural favoreceu o estudo da história da educação que, em diálogos com a Antropologia, Sociologia e a Lingüística, por exemplo, buscou colher informações nas mais variadas fontes, desde documentos escritos a fontes orais, iconográficas, entre outras, a fim de esclarecer situações educacionais até então confusas, silenciadas ou nebulosas.

A historiografia está atenta ao duplo caráter de análise da história da educação, quanto à especificidade do local e do universal. A categoria da totalidade, do universal, muitas vezes se apresenta em forma de contexto econômico-político, trazida por fontes secundárias. Esse modo de trabalhar apresenta o risco de ocultar certas particularidades locais, impedindo que se percorra “novos caminhos, novas configurações e outras categorias” (Miguel, 2004, p.117) de análise historiográfica.

Miguel (2004) afirma, ainda, que autores como Alves (2001) e Santos (1999) também se preocupam com questões sobre local e universal. Alves entende que

(...) o universal corresponde ao movimento dado pelas leis da totalidade, isto é, da sociedade capitalista, e o singular cinge-se ao lócus em que esse movimento se realiza: uma região, uma instituição educacional, a obra teórica e/ou prática de um educador etc. (Alves, 2001, *apud* Miguel, 2004, p.118).

Santos, ao afirmar que “todo o conhecimento é local e total” (*apud* Miguel, 2004, p.118), estabelece a máxima como paradigma do conhecimento científico, portanto, as especificidades do local são fundamentais para a “construção da historiografia da educação brasileira” (Miguel, 2004, p.117).

É importante adentrar a instituição escolar e perceber como ela se constituiu, organizou-se, e se estruturou como um lugar adequado para cumprir uma função a ela inerente, mas também como um anseio, uma expectativa social. Isto significa dizer que não se deve perder a relação escola/sociedade, que os agentes escolares são agentes sociais e que, portanto, entender a escola é entender a sociedade, é entender as culturas sociais que estão estabelecidas na rede de relações humanas, que produzem pela ambiência escolar saberes, relacionamentos, mentalidades constituintes da própria escola.

A memória estará presente neste estudo como mais uma fonte que ajudará a compor a narrativa histórica, mediante tratamento metodológico semelhante aos estudos da história oral.

A metodologia da história oral, como indica Neves (1999), consiste num processo de estimular o ato de lembrar ou rememorar dos sujeitos históricos, valorizando os depoimentos coletados como um material produzido pela memória para análise histórica, revelando comportamentos e mentalidades coletivas. Neves (1999) ressalta que o ato de lembrar ou de reconstruir as representações sobre o passado explicita a identidade dos sujeitos por meio de seus processos cognitivos.

Para Neves (1999), o papel do historiador frente à “função social da memória histórica como sendo a de suporte da identidade coletiva [será] estimular e contribuir para que as condições de registro desse tipo de memória possam se efetivar de forma permanente” (Neves, 1999, p.1063), retirando assim seu caráter espontâneo e “transformando-a em fonte de produção intelectual” (Neves, 1999, p.1063). O

historiador torna-se, então, “um produtor de memórias, como um artífice do reordenamento do passado segundo as expectativas e indagações do presente” (Neves, 1999, p.1064). Evitar que o presente seja um eterno contínuo deslocado do passado e sem compromisso com o futuro é a função da memória. Seguindo esses princípios, a história oral evita o esquecimento dos acontecimentos passados, registrando suas múltiplas visões da vida coletiva.

A história oral apresenta o duplo aspecto da memória: individual e coletiva. Portanto, é preciso reconhecer o indivíduo em si e em sua relação com a sociedade a que pertence. Neves (1999) afirma que

o ser humano tem múltiplas raízes: familiares, étnicas, regionais, nacionais, religiosas, partidárias, ideológicas. Sua vida é uma totalidade na qual entrecruzamentos diversos conformam a dinâmica do viver. Dessa forma, a memória e a História são, cada uma a seu modo, registros dessa pluralidade, ao mesmo tempo em que são também antídotos do esquecimento (p.1067).

É com base nos testemunhos e por meio de entrevistas que podem ser coletados os dados da história oral. Dutra (1999), ao tratar da importância dos testemunhos para a historiografia, enfatiza que suas narrativas não são neutras, isentas de um “interesse próprio no depoimento que prestam aos pesquisadores: eles fazem valer seu interesse ao depor, eles intervêm no depoimento, eles decidem o que lembrar, qual história contar, o que recortar, o que montar, o que esquecer” (Dutra, 1999, p.1073). Mas, nem por isso sua narrativa deve ser descartada, pelo contrário, ela traz em si o valor da “noção de identidade [de seus depoentes], os signos distintivos com os quais eles se identificam individualmente ou como grupo, e que dão coerência à sua vida e constância aos seus hábitos e práticas” (Dutra, 1999, p.1074).

Dutra (1999) considera que as intervenções dos sujeitos não comprometem a veracidade dos testemunhos como fonte histórica, porém, para uma maior precisão dos resultados da pesquisa, devem passar por uma análise sistemática e cuidadosa,

na medida em que eles condicionam a compreensão e a natureza das informações recolhidas. Para garantir um mínimo de unidade aos diferentes tipos de testemunhos dentro de um campo, é preciso fazer escolhas que permitam uma análise mais fina do conteúdo e das formas dos documentos orais (p.1074).

Dutra (1999) ressalta que é preciso ter cuidado para não levar em consideração apenas o lado “material [dos testemunhos] que pode ser confirmado por coincidência

com outras fontes” (p.1074), pois assim se estaria negligenciando situações que pudessem levar a “compreender coisas importantes sobre as experiências dos depoimentos a partir da problematização do que foi dito e o que foi silenciado nos depoimentos” (p.1075).

O testemunho é um documento que não pode estar sujeito a ajuste de sentido, afirma Dutra (1999), embora ele seja imbuído de sentido sociológico, mas deve ser entendido no contexto de sua produção e na relação empiria-teoria. Assim, o trabalho com fontes orais deve ser muito bem estruturado e alicerçado com metodologias que garantam a produção do material a ser utilizado para análise histórica, pois não se trata de “resgate” da memória pelos depoimentos, uma vez que a idéia de resgate subentende que o discurso já está pronto e que basta ser dito, ou como afirma Meihy (1996), “uma das expressões mais comuns de quem se refere às narrativas sobre o passado é ‘resgate da memória’. A rigor, não existe resgate de memória, até porque memória não é uma coisa ou objeto concreto e, por isso, resgatável” (p.56).

Payer (2005) aponta algumas soluções metodológicas para trabalhar com a história oral, pois dar voz aos silenciados ou àqueles que falam e não se fazem ouvir, é um trabalho delicado. Assim, a autora lembra que “a oralidade é historicamente produzida” (p.47), o que se comprova pelo fato de que alguns discursos nunca se encontram na memória escrita. Ultrapassar, “a abordagem exclusivamente empírica da oralidade” (Payer, 2005, p.48) é fundamental nesse processo, o que pode ser feito ao levar em consideração as condições de produção, os sujeitos e a natureza discursiva da memória oral.

Há, ainda, uma tensão entre o oral e o escrito. Esses dois meios de expressão da língua são independentes e distintos, isto significa dizer que “a escrita não nasce do fato auditivo, que ela não é apenas transcrição do falado, e sim, tem sua origem em um reconhecimento visual da marca” (Payer, 2005, p. 49). Isto indica que se está diante de fontes diferentes de pesquisa, que requerem um tratamento diferenciado, pois o texto oral ultrapassa as questões empíricas mediante sua necessidade de ser registrado por escrito na intencionalidade da pesquisa histórica. O texto oral, como uma atividade diferente do texto escrito, possui uma lógica própria, está ligado à memória e veicula valores e crenças culturais. Assim, as relações exteriores dos que manifestam a prática

discursiva, interferem na produção de seu discurso:

o que está no domínio da oralidade não está aí por acaso, mas por um processo histórico que mantém nesta ordem certos saberes que continuam sendo considerados em seu lugar de “saber oral”, desautorizados na ordem da institucionalização (escrita) dos saberes (Payer, 2005, p.50).

Para a contribuição dos estudos sobre história oral, Pollak (1992) trabalha os conceitos de memória e identidade social. Entende, também, que a memória, como percepção da realidade, é um fenômeno coletivo, social e sujeito a “flutuações, transformações, mudanças constantes” (p.2). A memória possui também pontos imutáveis, que ocorrem a partir de um verdadeiro processo de solidificação e cristalização de determinados elementos.

Os acontecimentos vividos pessoalmente ou herdados (pela memória), os personagens e os lugares são os elementos constitutivos da memória, que fazem parte do ato de lembrar. Esses três elementos podem ser reais, fundamentados em fatos concretos ou projeção de outros eventos.

A memória está muito marcada pelos seus “vestígios datados”, como afirma Pollak, que são acontecimentos significativos na vida individual, como o nascimento de um filho, ou coletiva, como uma guerra. Pollak aponta a importância da memória frente à cronologia oficial, ou seja, embora os calendários determinados oficialmente privilegiem certas datas, a memória pode dar importância a outras, por serem pessoal ou coletivamente mais significativas.

De acordo com a explanação acima, Pollak afirma que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p.4). Portanto, ela é um fenômeno construído, pois o que é gravado ou esquecido constitui um importante objeto de disputa política entre grupos ou entre indivíduos. Essa idéia vincula-se ao conceito de identidade, à medida que esta “é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Pollak, 1992, p.4).

Um conceito analítico introduzido por Pollak é o de “trabalho de enquadramento da memória” (p.6), que consiste em um recorte político feito pelo historiador para privilegiar um assunto, tema, um período, um personagem histórico etc. Para

entendermos esse conceito Pollak traz o seguinte exemplo:

Em relação à herança do século XIX, que considera a história como sendo em essência uma história nacional, podemos perguntar se a função do historiador não terá consistido, até certo ponto, nesse trabalho de enquadramento visando à formação de uma história nacional (Pollak, 1992, p.6).

Pollak dá margem para a pergunta: a qualidade da educação das décadas de 1940 e 1950 não faz parte do trabalho de enquadramento da memória?

O trabalho com a memória elucida as representações de um tempo histórico. É preciso, portanto, para uma compreensão crítica, saber quem fala e de onde fala, pois o discurso é sempre produzido em função da identidade social do sujeito que narra. Então, quando se pretende entender qualidade da educação como um projeto com dimensões que favorece, numa perspectiva abrangente e integradora, a sociedade, é preciso fazer falar justamente aquele que é silenciado.

Portanto, no decorrer da pesquisa, busca-se entender para quem esse ensino se constituiu em qualidade? Como se cristalizou essa memória?

Esse trabalho está pautado sobre duas metodologias, uma que consiste na linha da história oral, que será detalhada adiante, e outra que, pretendendo compreender a história das instituições escolares, e no caso específico, do Ginásio Estadual de Jaú, buscou-se verificar seus vestígios a partir dos documentos produzidos pela escola. Assim, logo no início da pesquisa foi feito um levantamento sobre toda a documentação² existente nos arquivos da atual Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo. O primeiro critério utilizado para a seleção foi a data, ou seja, seriam usados documentos cujas datas respeitassem os limites do período histórico. Na medida em que a pesquisa avançou, a seleção dos documentos pautou-se no critério tema, ou seja, trabalhar com os documentos que respondiam aos temas em estudo, assim, foram usados os seguintes documentos: Livro do Histórico do Estabelecimento Escolar, Livro de Inventário da Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo, Livro de Matrícula, Atas de Reunião da Congregação, Mapa de Movimento, Boletim de Frequência, Livro Ponto Docente, Prontuário do Professor, Ata dos Resultados Finais (Notas).

A outra parte deste trabalho está pautada na linha da história oral, que consiste, segundo Meihy (1996), em “gravações premeditadas de narrativas pessoais, feitas

² Verificar em anexo o Índice de Livros da Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo.

diretamente de pessoa a pessoa, em fitas ou vídeo, tudo prescrito por um projeto que detalhe os procedimentos” (p.17). Meihy amplia o conceito afirmando que

história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do “tempo presente” e também reconhecida como “história viva” (p.17).

Para Meihy, “o uso da entrevista em história oral visa registrar o significado da experiência pessoal ou do grupo” (p.125). Embora o depoimento seja a narrativa de uma história pessoal, a história oral é sempre social, pois entende-se que “o indivíduo só se explica na vida comunitária” (Meihy, 1996, p.79). Dessa forma, o respeito pela experiência narrada é fundamental, pois

garante o lado humanístico do trabalho de história oral. Cada indivíduo é único, sua inscrição no coletivo se dá mediante decisões temáticas afins. Por outro lado, a experiência coletiva se manifesta nos indivíduos explicando sua relação com o mundo. É por isso que se diz que a história oral individual, além de social, é cultural (Meihy, 1996, p.81).

Mas, história não é memória. Para Meihy, a narrativa da memória é dinâmica enquanto não se consubstancia em um documento escrito, pois há “variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces” (p.61). Assim, “a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação, que, por sua vez, depois de articular estratégias narrativas, se materializa na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita” (p.61) sempre mediada, neste caso, por um historiador. Portanto, história tem a dimensão escrita da memória oral.

A história oral foi trabalhada nesta pesquisa a partir da memória individual, pois foram feitas apenas duas entrevistas. Entendo que o indivíduo suporta a memória do grupo a que pertence, e a memória foi aqui compreendida como memória cultural em detrimento da memória social. Conforme esclarece Meihy, “a memória social é sempre relativa a um grupo muito amplo, reunido em torno de fatores afins; a memória cultural é mais restrita” (p.70). Os colaboradores desta pesquisa pertencem a um grupo mais restrito ou imediato, que é o da comunidade escolar do Ginásio Estadual de Jaú³.

É importante esclarecer que a escolha dos colaboradores, ex-alunas que,

³ Colaborador é o termo recomendado por Meihy para se referir ao depoente, “pois afinal o trabalho da entrevista é algo que demanda dois lados pessoais e humanos” (Meihy, 1996, p.124).

estudaram no Ginásio Estadual de Jaú no período compreendido entre 1946 e 1961, pautou-se em critérios apontados por Thompson (1992), pois

o processo da memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social. [...] A fidedignidade depende, em parte, do interesse que determinado assunto tem para o informante (Thompson, 1992, p.153).

A entrevista consistiu em utilizar um método que trouxesse as palavras exatas para a compreensão dos problemas colocados nessa pesquisa e, para isso, a seqüência das perguntas foi predeterminada, embora houvesse uma flexibilidade na forma de conduzir a entrevista, ou seja, as questões serviram de roteiro para a colaboradora trazer suas informações. Buscou-se, sobretudo, deixar a colaboradora falar livremente, numa atitude de respeito pelas opiniões informadas. Outro cuidado que se teve foi o de evitar perguntas genéricas, embora, ocasionalmente, seja importante, mas procurou-se fazer perguntas que trouxessem fatos e relatos específicos da vida cotidiana do colaborador, evitando-se assim, indagações que levasse às divagações sobre *aqueles bons ou maus velhos tempos* (grifo meu). Pois, isso remete a um mal-entendido que provém

do fato de que o historiador está tentando enxergar a mudança de um outro ângulo: a experiência de uma geração após outra, em vez da de um único ciclo de vida. Quando os idosos dizem que se divertiam mais quando crianças, ou que os vizinhos eram mais amigos naquele tempo, podem perfeitamente estar avaliando de maneira adequada sua própria vida, quer as crianças de hoje achem, ou não, os vizinhos igualmente amigos. De maneira semelhante, os historiadores se esquecem com muita facilidade de que a maioria das pessoas está menos interessadas nos anos do calendário do que em si mesmas, e que não organizam suas memórias demarcadas por datas (Thompson, 1992, p.180).

Para esta pesquisa foram estabelecidas as seguintes condições de coleta de depoimentos:

- o tempo da entrevista de uma hora a uma hora e meia, se necessário haveria nova sessão.
- o local da entrevista seria adequado e indicado pelo colaborador.
- entrevistas semi-estruturadas, ou seja, questões previamente elaboradas para nortear a conversa com o colaborador, porém, sem rigidez. As questões devem

proporcionar a livre associação de idéias apresentas pelo colaborador, e mínima interferência do entrevistador.

Embora a alternativa seja pela história oral temática, e que, portanto, a entrevista seria, segundo Meihy, uma entrevista desafiante, optou-se por usar na entrevista o critério da colaboração natural, em detrimento da colaboração forçada, ou seja, se aceita sem maiores objeções o que foi dito, sem buscar um diálogo de oposição ou contradições, pois se pretendeu colher a memória do colaborador, ou seja, aquilo que ele trouxe de sua experiência como ex-aluno do Ginásio Estadual de Jaú e, para isso, sem fazer-lhe desafios ou impor-lhe contradições.

A história oral produz documento a partir de entrevistas gravadas, que depois de transcritas e autorizadas pelo colaborador, torna-se pública. No caso desta pesquisa, fica disponível em forma de dissertação e incorporado de duas formas: fragmentos de análise e interpretação dos diversos temas tratados na pesquisa e o texto da entrevista gravada e transcrita na íntegra, para que não se perca a totalidade do que foi lembrado e dito pelo colaborador. Os temas tratados são os seguintes: criação da escola e descrição de sua estrutura física; lembranças sobre as pessoas que faziam parte do cotidiano da escola: diretor ⁴, professores ⁵, funcionários e alunos; rotina de estudos; currículo escolar, incluindo atividades extracurriculares; sistema de avaliação; dentre outros temas específicos⁶.

Conforme os objetivos deste trabalho, um longo caminho foi percorrido pesquisando as leis que regeram o ensino secundário no período delimitado, buscando em jornais as bases para conhecer a história e memória de Jaú, vasculhando a documentação produzida pela escola ⁷, percorrendo a vasta bibliografia referente a temas como a história das instituições escolares, o ensino secundário, a memória. Ao final do percurso, formou-se com base nessa variada documentação uma grande trança, em que a cada momento emerge uma ponta para se enlaçar a outra, e essa

⁴ Verificar, em anexo, quadro de diretores que fizeram parte do Ginásio Estadual de Jaú, entre 1946 a 1961.

⁵ Verificar, em anexo, quadro de professores que fizeram parte do Ginásio Estadual de Jaú, entre 1946 a 1961.

⁶ Conferir, em anexo, as questões para entrevista.

⁷ Faço aqui uma ressalva, um apelo para os problemas dos arquivos escolares que, encontram-se, via de regra, abandonados à sua própria sorte ou infortúnio, o que dificulta sobremaneira o trabalho do pesquisador.

outra ponta se enlaça a outra, num suceder que vai formando o Ginásio Estadual de Jaú. Este resulta, enfim, não da vontade do legislador, tampouco do diretor da escola, nem dos professores, funcionários, nem de seus alunos, mas da ação resultante de cada um deles e de todos os que passaram pela escola.

O primeiro capítulo trata de expor a história e a memória da cidade de Jaú. Na ausência de uma bibliografia sistematizada sobre a cidade, foram buscadas informações nos jornais de circulação local, que trazem, principalmente, nas datas comemorativas do aniversário da cidade, temas sobre sua história. Ao tratar do tema “O Ginásio Estadual de Jaú e a expansão da escola pública”, procura-se dialogar com a bibliografia sobre a chamada democratização do ensino no Estado de São Paulo. Conceito caro à educação, democratização ou massificação do ensino é um referencial de qualidade que está presente na memória. O capítulo é fechado apresentando o “Cenário sócio-cultural” que compreende os quinze anos da pesquisa.

Após situar a escola na história, o segundo capítulo esclarece sobre “Dualidade do ensino secundário brasileiro e seus desdobramentos no quadro social do Ginásio Estadual de Jaú” apontando para a presença da classe média na escola, para isso, foram procurados os elementos de sua constituição, através da demanda por matrícula no ginásio. Esse capítulo trata ainda da evolução ocorrida na escola e que marcou significativamente sua história, que é a transformação de um Ginásio Estadual em Instituto de Educação.

O terceiro capítulo fala do currículo do Ginásio Estadual de Jaú, em diálogo com os estudiosos do tema e com a lei vigente, que estabelecia um modelo a ser seguido pelas escolas. A legislação estabelece um modelo de avaliação complexo e sistemático para o ensino secundário, que foi seguido de perto pelo Ginásio Estadual de Jaú, e isso é analisado nesse capítulo. Os temas “Qualidade dos professores” e a “Preocupação com a formação do aluno” foram discutidos nesse capítulo como indicadores de qualidade presentes na memória social de Jaú.

CAPÍTULO I

1. História e memória sobre a cidade de Jaú

A história de Jaú é algo a ser concretizado, pois são restritas as fontes que sistematizam um amplo conhecimento social, cultural, político e econômico deste município, no entanto, dado os limites deste trabalho, tentar reconstituir a história desta cidade sem essas fontes minimamente estruturadas, é algo que escapa aos propósitos aqui presentes. Portanto, o Jornal Comércio do Jahu é uma referência substancialmente usada como memória presente em seus editoriais sobre a história deste município e, como afirma Bonato⁸ (2006) “o jornal, fundado em 1908, é uma importante, senão a principal fonte de consulta sobre a história da cidade. Deste ponto de vista, o Comércio é indispensavelmente um patrimônio social e cultural, pela riqueza de seus arquivos”⁹. O jornal faz ponte entre os elementos imprescindíveis desta pesquisa: a escola e a cidade, sobretudo porque entendemos que a escola está inserida nesse contexto que abarca para além dos limites de seu muro.

O desenvolvimento de Jaú, desde a chegada dos pioneiros à sesmaria de Banharão em 1846, onde Vicente da Costa Machado plantou os primeiros 5.000 pés de café, foi calcada na produção desses grãos, que trouxe consigo a ferrovia e o imigrante. As três primeiras décadas do povoado foram marcadas por grandes dificuldades, pois a área permanecia isolada por causa da ineficiência do transporte, e havia apenas um “conjunto de casebres, construídos de taipa ou madeira, só com meia água, cobertos de folhas de palmeiras, sapé ou capim. Faltavam alimentos, e os poucos disponíveis eram vendidos a preços considerados exorbitantes” (Comércio do Jahu, 1999) conforme mostra o jornal. Em 1870, Jaú contava com quatro mil habitantes; dois anos depois, passou para 7.512 moradores.

A chegada da ferrovia, em 1877, redimensionou o desenvolvimento da cidade. Com a grande produção do café e a dificuldade do transporte dos grãos para o porto de Santos, feito por navegação através do rio Tiête ou em lombo de burros, numa viagem

⁸ José Antônio Bonato, ex-editor do Comércio (1996-2005).

⁹ Fonte: Comércio do Jahu, Suplemento Especial de 30/07/2006.

que demorava 50 dias, os fazendeiros passaram a investir na construção da ferrovia. Assim, foi aberta licitação em 29 de junho de 1880, para um ramal ferroviário partindo de Rio Claro até Jaú, passando por Brotas e Dois Córregos. O jornal Comércio do Jahu afirma que, em 19 de fevereiro de 1887, finalmente, a locomotiva a vapor movida a carvão mineral chegou à estação de Jaú (Comércio do Jahu, 1999).

O jornal Comércio do Jahu enfatiza que a qualidade do solo da região central do estado de São Paulo foi o grande atrativo para os pioneiros que chegaram para formar fazenda e plantar café. As primeiras famílias de descendência portuguesa que vieram de Minas Gerais, com a mineração já apresentando sinais de decadência, em meados do século XIX, foram as do Tenente Manoel Joaquim Lopes, Francisco Gomes Botão, Pereira de Carvalho e os Campanhã; de Itu e Porto Feliz vieram os Almeida Prado, que chegaram ao Brasil, em 1532, com a expedição de Martim Afonso de Souza, para lavrar as terras nas capitanias da Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Esses dois grupos cresceram economicamente na região, rivalizaram e se alternaram no poder durante toda a história política de Jaú.

Assim, a origem dessa disputa data do Império, quando, em torno do Partido Liberal destacava-se a família Pereira do Amaral, vinda de Minas Gerais, e, comandando o Partido Conservador, os Almeida Prado, vindos de Itu. Depois, os poderes giraram em torno do Partido Republicano e do Partido Republicano Jauense.

Com a República, a bipolaridade permaneceu. No início do século XX, surgiram os “carvalhistas”, dos Amaral Carvalho, e os “vicentistas”, sob o comando de Vicente de Almeida Prado, forte líder político na ocasião, como trata o jornal o Comércio do Jahu (1996). Podem-se ilustrar as divergências políticas entre esses dois grupos com a referência aos seus respectivos clubes sociais:

os ‘vicentistas’, ligados a Vicente de Almeida Prado, líder político, fundaram o Jahu Clube, na rua Amaral Gurgel, esquina com a rua Major Prado. Os partidários de Antônio Pereira do Amaral Carvalho, adversário político dos Almeida Prado, não freqüentavam este clube e decidiram fundar o seu próprio. Assim, os ‘carvalhistas’ construíram o Grêmio Jauense, um prédio imponente, na esquina das ruas Tenente Lopes e Visconde do Rio Branco, onde hoje funciona a Delegacia de Ensino (Comércio do Jahu, 1997).

Na metade do século XX surgiram a UDN (União Democrática Nacional), em poder dos Almeida Prado, e o PSP (Partido Social Progressista), em torno dos quais as

antigas lideranças se agruparam. Havia também o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), representado por Carlos Augusto Zen, porém, como aponta o jornal Comércio do Jahu, as disputas eram mesmo acirradas entre UDN e PSP¹⁰.

Em 1946, ano da fundação do Ginásio Estadual de Jaú, estava no poder municipal o prefeito Luiz Liarte, nomeado pelo interventor federal. Mais tarde, em 1951, teve a oportunidade de ser novamente o chefe do executivo deste município pelo voto direto (Comércio do Jahu, 1996).

2. O Ginásio Estadual de Jaú e a expansão da escola pública

A escolha do Ginásio Estadual de Jaú como objeto de pesquisa parte do pressuposto que a aparição desta escola está relacionada à expansão do ensino secundário no estado de São Paulo. Este nível de ensino foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 4.244/1942, que integrou as conhecidas “Leis Capanema”. O secundário, por seu caráter propedêutico e currículo baseado nas humanidades, permitia ao aluno que o freqüentasse a possibilidade de ingressar no ensino superior, cujo objetivo era formar as “elites condutoras”, expressão cunhada pelo próprio Capanema na Exposição de Motivos da referida lei.

A educação em larga escala no Brasil, como observa Sposito (1984) e Beisigel (2003) é um processo muito recente, e somente com a República os seus contornos democráticos começaram a ficar mais nítidos. Com o fim da chamada República Café-com-leite e início da era Vargas, aparecem novos desafios, notadamente a partir da industrialização que desponta e da ampliação e organização do eleitorado. Fazia-se necessário redimensionar as atribuições da escola. Para tanto, Lourenço Filho, em 1935, referia-se a um grande projeto político de reforma dos costumes (Carvalho, 1989). A proposta era uma educação integral, subordinando o ensino às técnicas pedagógicas e tendo como modelo as fábricas. A educação com o intuito de preparar o povo para o trabalho, imbuídos de um espírito patriótico que valorizasse a família, amasse a nação e o seu líder, era pensada segundo princípios morais e nos bons costumes para formar uma população pacífica e ordeira.

¹⁰ Comércio do Jahu, 1996.

Essa concepção de educação foi respaldada pelo Estado Novo. O mentor da nova Constituição de 1937 foi Francisco Campos, para quem a educação deveria valorizar a religião, a pátria e a família. Essas idéias podem ser confirmadas na redação do Art.129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (PORTO, (s/d), p.47).

O desdobramento desses ideais educacionais encontra-se nas Leis Orgânicas de 1942, elaboradas por Gustavo Capanema. Seus princípios nortearam os assuntos de educação no país, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. Sob essa ótica transcorre a análise do Ginásio Estadual de Jaú, pois a escola foi criada nesse período histórico.

A grande habilidade política de Getúlio Vargas em fazer alianças e condensar idéias diferentes proporcionou-lhe condições de administrar os conflitos sociais de forma a atender as necessidades das elites sem, contudo, desagradar ostensivamente às massas. Ao contrário, conduziu o povo com políticas sociais que visavam “a promoção da tranqüilidade coletiva e amparo da família” (Gomes, 2003, p.448), como salário-família, amparo à maternidade e à infância, criação de conjuntos habitacionais, restaurantes populares, etc.

Esse cuidado com a família e com o trabalhador deu à educação certas peculiaridades, tais como a preocupação do Estado em construir “um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo” (Gomes, 2003, p.449). Mediante esse desafio, as Leis de 1942 herdaram algumas diretrizes de Francisco Campos, de 1931, principalmente quanto a um sistema nacional centralizado, garantido por uma burocracia estatal, e definem que a freqüência nas escolas secundárias deveria ser obrigatória, que o curso ginasial teria quatro anos e o colegial, três, que a elaboração e distribuição dos livros didáticos seriam controlada pelo Instituto Nacional

do Livro.

O curso ginasial foi criado em Jaú sob o decreto nº 14.868 de 14 de julho de 1945. O estabelecimento iniciou suas atividades em um prédio situado à Rua Amaral Gurgel e era subordinado à região administrativa de São Carlos, onde funcionavam a Inspeção Regional do Ensino Secundário e Normal e a Inspeção Seccional do Ensino Secundário. As aulas começaram em 1º de abril de 1946. Seguiu, portanto, a legislação do período para o Ensino Secundário, ou seja, os decretos da Reforma Capanema (1942-1946). De acordo com Fonseca (2004), o decreto-lei 8.355, de 2 de janeiro de 1946, possibilitou a ampliação da ação dos diretores, inclusive, com destaque para a questão da estrutura e funcionamento das unidades escolares, conforme se verifica:

Art. 3º - As diretorias terão por finalidade orientar e fiscalizar a aplicação das leis do ensino sob a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde, competindo-lhes:

I – promover, nos estabelecimentos sob a sua jurisdição, o melhoramento progressivo das instalações e do ensino;

II – cooperar com o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, fornecendo-lhe os dados estatísticos e elementos informativos que necessitar;

III – fazer inspecionar os estabelecimentos que requerem as prerrogativas da autorização para funcionar, da equiparação e do reconhecimento;

IV – observar no decurso da inspeção, a idoneidade, a assiduidade e as condições de admissão dos membros do corpo docente, bem como as possibilidades do desenvolvimento da entidade inspecionada. (Brasil, 1955: 71, *apud* Fonseca, 2004, p.44).

É importante ressaltar a preocupação com um padrão de infra-estrutura adequada a ser seguida pelas escolas oficiais. Isso é ratificado no artigo 1º, item I, do Decreto 20.302, publicado também em 2 de janeiro de 1946, que traz a seguinte redação: “promover, nos estabelecimentos sob sua jurisdição, o *melhoramento progressivo das instalações* e o aperfeiçoamento dos métodos de ensino” (grifo nosso) – (Brasil, 1955: 80, *apud* Fonseca, 2004, p.45). A Seção de Prédios e Aproveitamento Escolar, órgão criado também pelo Decreto 20.302, e que organizou uma série de prescrições sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares a serem avaliadas pelo inspetor de ensino. “Essas prescrições incluíam material didático, laboratórios, biblioteca, dentre outros” (Fonseca, 2004, p.45).

De acordo com Sposito (1984), os problemas advindos com a expansão do secundário nos anos 1950 foram inúmeros, e tiveram implicação direta na qualidade,

posto que incidiram sobre as unidades escolares. Assim, instalações precárias das escolas, formação inadequada dos professores e a sua super-utilização (utilizaram-se profissionais de outras áreas, devido à grande demanda) teriam interferido na qualidade da educação.

A estrutura física do Ginásio Estadual de Jaú, ao longo de dez anos, procurou adequar-se ao padrão da legislação quanto ao aspecto físico, pois há a construção e inauguração, em dez anos, de uma escola com sede própria, à Rua Cônego Anselmo Walvenkens, que possibilitou o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. Na data de sua criação, a escola possuía os seguintes móveis: um armário simples, quatro armários duplos, quatro bancos duplos, 68 carteiras centrais, 12 carteiras dianteiras, quatro mesas para professor, uma mesa para diretor; 150 livros para crianças; possuía os seguintes materiais de consumo: cinco blocos de resumo mensal (mod. 26), um livro para matrícula, oito blocos memorandum (mod. 5); materiais diversos: um alicate, um arco de pua, uma escada americana de 10 degraus, duas chaves de parafuso, uma chave inglesa; uma bandeira nacional; e um gabinete dentário.

Esse material foi incrementado com a aquisição de móveis para mobiliar a nova sede inaugurada em 1955, cuja estrutura procurou seguir as exigências da Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar possuindo a seguinte estrutura física¹¹: quadras, auditório, almoxarifado, banheiros, pátios, cozinha, despensa, refeitório, lavanderia, cantina, depósito, laboratório, secretaria e salas de aula, de leitura, da direção, da coordenação, dos professores.

Quando o curso ginásial da escola “Caetano Lourenço de Camargo” foi criado, a educação primária no município de Jaú já era desenvolvida nos grupos escolares “Pádua Salles” (17 de junho de 1903), “Major Prado” (30 de agosto de 1914), “Domingos de Magalhães” (1º de julho de 1935), e “Lopes Rodrigues” (12 de abril de 1938), nas Escolas Reunidas de Barra Mansa (5 de fevereiro de 1935). Havia também a Escola Profissional Secundária Mista (8 de fevereiro de 1939, mas com instalação apenas em 24 de janeiro de 1942), com os primeiros cursos de fundição, marcenaria, mecânica de máquinas e corte e costura (Comércio do Jahu, 1995).

¹¹ Conferir planta em anexo.

O Ginásio Estadual de Jaú nasceu em um período de grande necessidade de expansão da escola pública, e mais especificamente do ensino secundário. Período que correspondeu às expectativas de reivindicação e luta popular por acesso à educação, até então, restrita às classes mais abastadas da sociedade, como observa Sposito,

a extensão de maior número de anos de escolaridade a um maior número de habitantes e a gradativa eliminação das desigualdades sociais na organização formal do sistema escolar têm constituído, assim, o denominado *processo de democratização do ensino* (1984, p.15).

Sposito (1984) esclarece que o ano de 1945 é um marco para a expansão do ensino secundário em todo interior paulista, assim como na capital, devido à grande demanda popular por esse nível de ensino. Este também é um ano de mudanças políticas. Com o fim do governo Vargas, e a abertura democrática, o processo de criação de estabelecimentos educacionais nos municípios adquiria grande impulso, devido à atuação dos deputados em atender interesse político-eleitoral. Portanto, o ensino secundário teria sido ampliado mediante disputas políticas, e não pautado na elaboração de um plano diretor que atendesse de modo equilibrado e eficaz à expansão do ensino público. A falta dessas diretrizes era, à época, apontada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como responsável pela resultante baixa qualidade da educação das crianças e jovens.

Bontempi Jr. (2006), afirma que o tema educação ocupava considerável espaço em jornais como *O Estado de S. Paulo* e o sub-tema ensino secundário ganhava destaque, sendo o mais freqüentemente tratado, de 1946 a 1957, em seus editoriais, que era espaço de circulação de certas idéias e proposições educacionais.

Os debates educacionais empreendidos, pelo jornal, no período histórico destacado acima, conta com um posicionamento político definido e determinado pelos donos do jornal. A partir de 1947 o jornal recebeu investimentos cujo “objetivo era reorganizar a empresa sob molde dos modernos complexos jornalísticos norte-americanos” (Bontempi Jr, 2006, p.126). Assim, estruturou-se um jornal com modernas máquinas, diagramadores, racionalização da logística para a realização de coberturas e reportagens, linguagem clara e precisa, a receita deixou de se apoiar nos anúncios dos classificados para basear-se na publicidade e, as informações passaram a ter um caráter muito mais informativo do que de opinião. Porém,

A seção “Notas e Informações”, espaço opinativo diário e de destaque na terceira página de OESP, pela qual haviam passado intelectuais de renome, atravessou incólume todo o período de reforma do jornal, permanecendo em seu espaço original e mantendo teor e linguagem usuais (Bontempi Jr., 2006, p.128, 129).

Espaço esse que influenciaria a opinião de seus leitores, cumprindo, assim, a missão do jornal, segundo a crença de seus proprietários.

É esse espaço o local de debate da questão educacional, sobretudo do ensino secundário, que trata seu principal colunista nesta questão, o Dr. Laerte Ramos de Carvalho, com quem Júlio de Mesquita Filho, proprietário do OESP, manteve relações pessoais intensas e duradouras, devido à identidade de idéias entre ambos, como afirma Bontempi Jr. (2006, p.132). Idéias baseadas nos ideais herdados dos educadores liberais paulistas, que participaram, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Mesquita Filho em, *A crise nacional* (1925), desenvolve o argumento de que no Brasil há

ausência de uma elite intelectual capaz de compreender os problemas nacionais e de dar-lhes solução adequada era um fator determinante do caos político nacional. Sendo assim, a criação de uma “verdadeira universidade” em São Paulo representaria o início de uma revolução cultural e política no país, pois a seus egressos caberia a missão de reformular o problema brasileiro e colocar a nação nos trilhos do progresso e da democracia.

A FFCL, no conjunto da universidade, teria a si reservado o papel de promover e divulgar a cultura livre e desinteressada, formando a elite de homens capazes de ver a sociedade sob o prisma do “interesse geral” (Bontempi Jr., 2006, p.133).

Para ingressar nessa universidade modelo, era preciso um ensino secundário estruturado, que preparasse e capacitasse os jovens, para receber elevada e desinteressada formação (Bontempi Jr., 2006, p.139).

Em meados da década de 1940, a situação do ensino secundário era considerada crítica. Ocorreu o crescimento desordenado desse grau de ensino devido à demanda dos egressos do ensino elementar e essa demanda gerou a criação de cursos noturnos e estabelecimentos de ensino nas formas de seções, o que não cumpria com as exigências legais, corroborando com a crise do ensino secundário.

É diante desse cenário educacional que Laerte Ramos de Carvalho assume, em meados da década de 1940, seu lugar junto ao OESP, tomando uma postura de “denúncia e advertência” (Bontempi Jr., 2006, p.143) dessa lamentável situação do

ensino secundário, cujo agravante relacionava-se, devida sua “indiscriminada” expansão, à incapacidade do “estado de fornecer pessoal qualificado, leia-se, formado pelas faculdades de filosofia, ciências e letras” (Bontempi Jr., 2006, p.145) da USP. Além disso, o jornal defendia os concursos públicos para o magistério, por considerar as nomeações um forte apelo político (Bontempi Jr., 2006, p.146); e o ensino baseado em uma formação humanística e propedêutica.

Mediante o exposto podemos analisar o Ginásio Estadual de Jaú, ou seja, se ele garantia os padrões de qualidade idealizados pelo jornal no que se refere à sua criação, “indiscriminada” ou não; quanto à formação de seu corpo docente, se compreendia o modelo USP, ou seja, professores formados por faculdades de filosofia, ciências e letras, e se eram efetivos de cargo; e se o ensino era voltado para a formação humanística e propedêutica indispensável aos cursos universitários. Ao longo do texto buscaremos respostas para essas indagações.

3. Cenário sócio-cultural

Os quinze anos compreendidos nessa pesquisa (1946-1961) consistem num período histórico interessante da história brasileira. Foram anos que estiveram à frente do governo do país, respectivamente, os seguintes presidentes: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

Período conhecido como o da “redemocratização”, com o fim do governo autoritário de Vargas, e uma política econômica voltada para o desenvolvimento industrial, esse cenário bem marcou a sociedade e a cultura do país. Assim afirma Queiroz (2004):

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto, tendo início o período que se convencionou chamar de “redemocratização”, mas cuja duração não chegou a ultrapassar vinte anos. Nesse espaço de tempo, sob o amparo da nova Constituição, promulgada em 1946, vários presidentes foram legalmente eleitos. O primeiro deles seria o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Getúlio, que não perdera nada em popularidade. Os números publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 6 de dezembro de 1945 revelavam a considerável diferença de votos entre o candidato e o brigadeiro Eduardo Gomes, seu oponente imediato. Seria sucedido pelo próprio Getúlio Vargas, que governou de 1951 a 1954, não chegando a concluir inteiramente o mandato em função da pressão oposicionista que o levou ao suicídio (Queiroz, 2004, p. 46).

Em meio a esse cenário político a industrialização fez surgir uma nova elite econômica não mais rural e agrária, e sim urbana. O comércio e os serviços vieram juntos com a industrialização. Para Queiroz,

A relevância econômica do Estado de São Paulo e de sua capital continuou a ampliar-se devido ao desenvolvimento industrial, podendo-se dizer que a década de 1950 foi aquela em que se criou o maior número de estabelecimentos fabris no Estado, em termos absolutos. A grande importância do processo decorre da transformação qualitativa ocorrida no parque industrial. Até então predominara a indústria leve, principalmente os setores têxtil e alimentício. Daquele momento em diante, boa parte das fábricas que se instalam serão de material elétrico e de transportes e comunicações; além disso, caracterizam-se pelo grande porte e pela mecanização (Queiroz, 2004, p. 46).

Queiroz continua sua reflexão sobre a industrialização em São Paulo:

Data também dessa época a implantação no país da indústria automobilística. Cabe lembrar que as razões para a considerável mudança qualitativa mencionada estão em parte ligadas à política econômica adotada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito para o período 1956-1960. Pregando o desenvolvimentismo fundamentado na industrialização, o novo governante facilitou a entrada de capitais estrangeiros e a importação de bens de produção. Sofreria duras críticas a forma como se deu o afluxo de capitais externos, mas o Brasil realmente cresceu e expandiu-se industrialmente, tendo São Paulo à frente do processo (Queiroz, 2004, p. 47).

A essas transformações econômicas juntam-se mudanças sociais com o aparecimento de uma classe média que muito passa a influenciar os rumos do país. O fim da segunda guerra mundial também colaborou para essa nova fase econômica, social e cultural do Brasil. Esses quinze anos apresentam, portanto, um cenário bem diverso.

Com a industrialização veio o aumento populacional e a diversificação social. Segundo Queiroz, nos anos 50 a composição da burguesia industrial será outra, sai de cena

a maior parte dos empresários pioneiros, cuja atividade caracterizava-se pelo sistema de domínio pessoal e familiar [...], crescem as camadas médias urbanas e já se pode falar em um proletariado convertido em força reivindicatória e política, a ser levada em conta pelo patronato e pelos quadros políticos (Queiroz, 2004, p. 47).

Essa certeza em um futuro melhor, como afirma Queiroz, trazidas pelas décadas de 1940 e 1950, devido às questões econômicas, sociais e políticas refletindo em uma

maior nitidez da identidade nacional, também se faz sentir na cultura do país. Sobretudo na chamada cultura de massa: rádio, cinema, publicações, propaganda e televisão estão presentes nos meios sociais. Esses anos também são marcados por uma mudança dos modelos estrangeiros, cujos “padrões europeus vão ceder lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa” (Ortiz, 2001, p.71).

As presenças dessas atividades intelectuais e artísticas foram “amplamente divulgadas nos anos 50 por 203 revistas e 91 jornais que circulavam em várias línguas, aos quais se somavam 45 casas editoras e 106 livrarias” na cidade de São Paulo (Queiroz, 2004, p. 50).

A cultura também acena para um contexto diferente, se comparada com o período histórico que precede 1946. As inovações tecnológicas que propiciaram o advento do rádio e da televisão proporcionaram diferentes manifestações culturais, que passaram a conviver com antigas como o teatro e a música, além das inúmeras outras como a pintura, escultura, literatura, entre outras. Há um grau muito variável de apropriação pelos diversos agentes sociais dessas diferentes manifestações da cultura. Essa diferença é intrínseca à própria sociedade que se transforma e, assim, são estabelecidos diversos conceitos de cultura, como foi aqui ventilado, tais como cultura de massa, erudita e popular.

Ortiz (2001), ao analisar o conceito de cultura de massa faz uma reflexão apontando para o fato de que, ao buscar compreender as diversas formas de apropriação da cultura, desse período histórico, esbarra-se no conceito de Estado e nacionalismo, pois entende que “a idéia de um centro onde se agrupam as instituições legítimas é, portanto, fundamental para que se possa falar de uma sociedade de massa no interior da qual operam as indústrias da cultura” (Ortiz, 2001, p.49) e o centro seria o Estado ao redor do qual aglutinaria as forças de integração das partes da nação. Ainda afirma Ortiz que “como a indústria cultural é incipiente, toda discussão sobre a integração nacional se concentra no Estado, que em princípio deteria o poder e a vontade política para a transformação da sociedade brasileira” (Ortiz, 2001, p.51). Os

intelectuais reconhecem o Estado como espaço privilegiado por onde passa a questão cultural.

Seguindo essa linha de raciocínio sobre a questão do Estado na formação da nacionalidade brasileira, Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) analisam que

nunca houve, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista, que desse a cada nacionalidade aqui aportada e aos próprios habitantes primitivos do país as condições de manter e desenvolver sua própria identidade étnica e cultural (Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000, p.90).

Para Ortiz (2001), Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) o Estado Novo, constituído na década de 1930, foi o grande agenciador da questão da nacionalização brasileira, através das questões da cultura, aqui entendida como as diversas manifestações artísticas e intelectuais, e também educacionais. Assim, temos em 1939 a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que pretendia, sobretudo, interferir nos meios de comunicação de massa. Já quanto à educação, podemos citar as próprias Leis Capanema, que estabelecia uma centralização da educação e uma forte fiscalização do governo federal.

CAPÍTULO II

1. Dualidade do ensino secundário brasileiro e seus desdobramentos no quadro social do Ginásio Estadual de Jaú

A história do ensino secundário no Brasil remete a uma análise desde os tempos imperiais, cuja herança permanece até a nossa recente história da educação. Trata-se de entender que essa herança mobilizou duas situações educacionais distintas, ou seja, o chamado sistema dualista, organização escolar vigente no país no final da Primeira República que, com origens nos tempos imperiais, na edição do Ato Adicional de 1834, que, em síntese, dizia que o ensino superior e secundário era de responsabilidade da esfera federal e deveria formar as elites, e os Estados deveriam cuidar do ensino primário para a formação das camadas populares. O texto deixa claro que durante a

Primeira República manteve-se a dualidade de sistemas que, mesmo com as reformas (Rivadavia, de 1911; Carlos Maximiliano, de 1915; Rocha Vaz, de 1925),

O secundário (o ginasial) foi o nível mais afetado por essas reformas: elas correspondiam na verdade as tentativas de transformação desse tipo de ensino, de início funcionando como um curso exclusivamente destinado às elites, de preparatório aos estudos superiores, sem estrutura e duração padronizadas, caracterizado sobretudo por cursos e exames parcelados, em um curso com objetivos próprios, com estrutura especial, seriado, com um número de anos rigorosamente determinado, com currículo fixo, padronizado para todos os estabelecimentos (Antunha, *apud* Beisiegel, 2003, p.390).¹²

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabelecida pelo Decreto Lei 4.244, de 9 de abril de 1942, continuou trazendo o caráter dualista do sistema de ensino, perdurando essa situação até a promulgação da Lei 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961. Portanto, para o período que compreende os limites dessa pesquisa, o secundário, de modo formal estruturado e baseado em leis, continua designado para a formação de elites condutoras, cuja escolaridade iniciada na “escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade” (Antunha, *apud* Beisiegel, 2003, p.393) ¹³. Será que isso corresponde à situação de Jaú? Qual era a clientela do Ginásio, considerando a composição social da população do município naquela época?

Os quadros abaixo foram elaborados a partir do Censo Nacional de 1940 e do Livro de Matrícula de 1946 do Ginásio Estadual de Jaú, e trazem, informações sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas pela população de Jaú e pelos pais dos alunos matriculados no primeiro ano de funcionamento do curso ginasial.

¹² Não tive acesso ao original datilografado e guardado no IEB.

¹³ *Idem*.

Quadro 1: Principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Jaú, segundo o Censo Nacional de 1940.

Atividade principal	Participação da população de Jaú (%)
Agricultura, pecuária, silvicultura	33,83
Indústrias extrativas	0,12
Indústrias de transformação	4,15
Comércio de mercadorias	3,04
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	0,40
Transportes e comunicações	2,32
Administração pública, justiça, ensino público	1,21
Defesa nacional, segurança pública	0,1
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	0,55
Serviços, atividades sociais	3,78
Atividades domésticas, atividades escolares	42,15
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	8,35

Fonte: Censo Nacional de 1940.

O Censo usa para descrever as principais atividades econômicas, não categoria por setores como primário, secundário, terciário, mas especifica e detalha essas atividades compondo um conjunto de doze itens. A população em atividade é de 31.340 pessoas. Os dois itens que se destacam são:

- 1º) atividades domésticas, atividades escolares, com 42,15% da população ativa.
- 2º) agricultura, pecuária, silvicultura, com 33,83 da população ativa.

No caso específico da população escolar do Ginásio Estadual de Jaú, temos o quadro abaixo explanando sobre as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos pais dos alunos.

Quadro 2: Principais atividades econômicas desenvolvidas pelos pais dos alunos matriculados no Ginásio Estadual de Jaú, em 1946.

Atividade principal	Participação da população escolar (%)
Agricultura, pecuária, silvicultura	22
Indústrias de transformação	2,88
Comércio de mercadorias	22,97
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	6,7
Transportes e comunicações	3,35
Administração pública, justiça, ensino público	10,53
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	9,57
Serviços, atividades sociais	14,83
Atividades domésticas, atividades escolares	3,35
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	0,47
Não declararam a profissão	3,35

Fonte: Livro de Matrícula do Instituto Caetano Lourenço de Camargo de 1946.

No quadro acima os dois itens que se destacam são:

- 1º) comércio de mercadorias, com 22,97% da população ativa.
- 2º) agricultura, pecuária, silvicultura, com 22% da população ativa.

Ao compararmos os quadros 1 e 2 percebemos que o segundo item é o mesmo (agricultura, pecuária, silvicultura), porém o primeiro aponta para o diferencial sócio-

econômico das famílias do Ginásio Estadual de Jaú, sendo a maioria comerciante, proprietário de terras, profissionais liberais e funcionários públicos, o que corresponde ao que poderíamos considerar o grupo de pessoas economicamente mais abastado da sociedade jauense, na época. De certa forma, esse grupo economicamente privilegiado está presente na escola, justificando o que Gustavo Capanema afirmou em seu discurso de Exposição de Motivos da Lei de sua autoria, que o secundário estava predestinado a preparar as individualidades condutoras, não com o mesmo sentido do início da República, mas apresentando um caráter de ascensão social por aqueles que trilhavam o caminho do ginásio.

Os testemunhos atestam que o Ginásio Estadual de Jaú era uma instituição preparada para receber a elite local, que tinha condições econômicas superiores e que contava com a preocupação dos pais para com os estudos dos filhos:

Quanto aos meus colegas, havia os que eram daqui e havia alguns que vinham de fora. Lembro por exemplo que vinham de Itapuí. Não eram de classe rica, era, vamos dizer, uma classe média, certo. Porque... já existia em Jaú o Colégio dos Padres e o Colégio das Irmãs, São Norberto e São José. Mas, o Colégio do Estado, naquela época era excelente. Então, os menos favorecidos não tinham muita chance. E não havia, eu acho assim, uma preocupação dos pais de colocar os filhos na escola. Porque dizem que houve a democratização do ensino, eu vou ser franca com você, eu acho que não houve a democratização, pra mim houve a massificação. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Os testemunhos deixam clara a questão da dualidade do ensino secundário brasileiro, evidenciando seus desdobramentos no quadro social do Ginásio Estadual de Jaú:

A criação do Instituto de Educação foi um fato histórico na cidade, porque não havia ginásio, e daí uns anos depois da criação do ginásio é que foi criado o ginásio do Estado, um ano antes, eu acho, eu não sei se um ano, ou dois anos antes, havia sido criado a escola industrial, que era uma escola técnica. Essa era estadual, mas havia sim, uma grande divisão, porque, na escola técnica industrial estudava a classe média, média baixa, porque formavam técnicos profissionais. Então, as famílias que eram classe média, média mais alta, procurava o ginásio do Estado e não a escola industrial, que hoje a frequência deve ter melhorado bastante, mas naquela época, não. Tanto, que eu tenho uma irmã que queria tanto estudar na escola industrial, e meu pai não deixava (risos)... daí ela estudou em Bauru no Ginásio Guedes de Azevedo. Porque aqui era assim..., a clientela lá era mais média, média-média, média pra baixo. Mas, era uma boa escola, mudou, depois mudou... porque naquele tempo, eles pensavam mais, sei lá, as famílias pensavam... em uma formatura liberal, eles

queriam depois... que veio o curso colegial, o científico, então, eles já se preparavam para cursar uma faculdade e uma escola melhor, e lá eles formavam para o trabalho: mecânica, eletricitista, marcenaria. Então, havia uma grande divisão entre ginásio do Estado e a escola industrial, que se chamava Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Os principais representantes sociais de Jaú eram de descendência portuguesa, porém, italianos, espanhóis, sírio-libaneses e japoneses são outras nacionalidades presentes na migração para a terra roxa. Os negros também ajudaram a compor o quadro social da região. Os indígenas do tronco tupi, da tribo dos kaingangue, deixaram a região e entraram para o oeste do estado (Comércio do Jahu, 1997).

Seguindo a tendência do Estado, a maior parte dos imigrantes vindos para Jaú era italiana. Começaram a chegar em 1870, oriundos, principalmente, da Calábria, Sicília e Veneza. Mas, é a partir de 1886, portanto, dois anos antes da abolição dos escravos, que veio a grande maioria, pois a essa época o governo brasileiro, junto com os proprietários rurais, incentivava a imigração, subsidiando as viagens dos estrangeiros.

Os italianos vieram para Jaú para trabalhar nas lavouras de café. Mas, muitos deixaram os cafezais e se estabeleceram na cidade. Embora suas terras fossem caras, os italianos encontraram oportunidades de adquiri-las. Trata-se das terras da região da atual Rua Rui Barbosa, conhecida como Rua da Polenta, por exalar o cheiro dessa iguaria italiana (Comércio do Jahu, 1997). Procurando manter sua tradição e cultura através da culinária, festas e religiosidade, os italianos formaram comunidades, reunindo-se em sociedades, como a Stella D'Itália, Dante Alighieri, Príncipe di Napoli, Roma Inatingibile e Beneficência e Instrução; faziam a reza do terço e freqüentavam quermesses na igreja São Sebastião; preparavam a polenta e o bacalhau da nonna. Tornaram-se comerciantes ou proprietários de pequenas indústrias. Vendedores, ferreiros, marceneiros, construtores, seleiros, eram algumas das profissões desenvolvidas pelos imigrantes italianos (Comércio do Jahu, 1997).

A sociedade Dante Alighieri, fundada em 14 de julho de 1919, possuía grande força cultural e vida social atuante. Seus membros reuniam-se freqüentemente na biblioteca da sede do clube, onde havia diversos livros italianos e onde se discutiam

assuntos de interesse da colônia. “A sede servia também para o ensino da língua italiana, que fazia parte do currículo escola, especialmente para os filhos de italianos” (Comércio do Jahu, 1997). *Il Citadino* e *Fieramosca* eram jornais publicados em sua língua pátria pelos “oriundi”, como eram chamados os italianos. “Conservadores na formação dos filhos, os italianos homens estudavam até os 16 anos, aproximadamente. Em seguida, já considerados adultos, assumiam a sua individualidade. A mulher era educada para ser dona de casa e mãe” (Comércio do Jahu, 1997).

Segundo o jornal, os italianos se destacaram no comércio, possuíam em 1902, 50% dos telefones comerciais, 218 dos 267 prédios comerciais e 66% do transporte de aluguel. Esse prestígio econômico estreitou laços com a elite proprietária de terras, que era freguesa de suas casas comerciais, e assim ocorreram uniões matrimoniais entre famílias italianas bem-sucedidas e tradicionais fazendeiros de Jaú (Comércio do Jahu, 1997).

Os espanhóis, depois dos italianos e portugueses, constituíram o terceiro maior grupo de imigrantes para o Brasil. Em Jaú, a família Pereira de Toledo, vinda de Minas Gerais, numa caravana de 140 pessoas, adquiriu grandes propriedades na região e se estabeleceu, deixando inúmeros descendentes (Comércio do Jahu, 1997). Entre 1850 e 1972, o Brasil recebeu 750 mil imigrantes espanhóis, 75% vieram para o Estado de São Paulo e concentraram-se no centro e oeste do Estado, indo para a zona rural, onde se adaptaram ao trabalho com a lavoura (Comércio do Jahu, 1997).

O jornal analisa que uma característica peculiar dos espanhóis era a unidade endogâmica que mantinham por laços matrimoniais. Possuíam a segunda maior taxa de natalidade e a menor taxa de mortalidade, menor índice de envolvimento com a criminalidade, em relação aos demais grupos de imigrantes, e com uma taxa de 65%, eram os que apresentavam o maior índice de analfabetos (Comércio do Jahu, 1997).

Conforme trata o jornal, os imigrantes árabes, principalmente sírios e libaneses, ao contrário dos espanhóis, estabeleceram-se principalmente na cidade, dedicando-se, a princípio, ao comércio e, depois, às profissões liberais, como medicina, direito e engenharia. Começaram a chegar a São Paulo por volta de 1870, tendo deixado seus países de origem por motivos econômicos e devido a perseguições político-religiosas; já em 1913, havia 11.101 imigrantes de origem árabe no Brasil. Os sírios e libaneses

investiram em instituições humanitárias e de benemerência, associações recreativas, obras espirituais e educacionais (Comércio do Jahu, 1997).

Os primeiros japoneses chegaram em 1908, num total de 850 pessoas, e vieram a bordo do navio Kasato Maru para trabalhar na lavoura, onde se destacaram como produtores de hortifrutigranjeiros e na produção da seda; na cidade, tornaram-se também comerciantes. As famílias vieram para se engajar no trabalho obrigatório de um ano nas lavouras de café, como determinava o governo brasileiro. Segundo o jornal, os japoneses encontraram dificuldades com esse trabalho, por não conhecerem o produto, nem o idioma. Assim que podiam, os japoneses se estabeleciam em cidades como Jaú para que seus filhos estudassem, ocupando-se do comércio e da pequena indústria (Comércio do Jahu, 1997).

Diante desse quadro populacional, que nacionalidades estavam presentes na escola? Qual a origem familiar dos alunos? Essas respostas encontram-se no Livro de Matrículas, do Ginásio Estadual de Jaú, do ano de 1946, que traz a nacionalidade dos pais das crianças, como é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 3: Alunos matriculados no curso ginásial no ano de 1946, divididos de acordo com a nacionalidade paterna:

Nacionalidade Paterna	Quantidade	Matriculados (%)
Brasileiros	161	77,03
Síria	13	6,22
Espanhola	12	5,74
Italiana	8	3,83
Armênia	3	1,44
Portuguesa	2	0,96
Romena	1	0,48
Não declarada	9	4,30
Total	209	100

Fonte: Livro de Matrícula do Ginásio Estadual de Jaú, 1946.

Identificamos nesse quadro a presença da grande maioria de brasileiros. Podemos considerar que esse é o quadro esperado devido à política de nacionalização da população que era um projeto político desde o século XIX, mas que se acentuou com o Estado Novo, haja vista a austeridade de Getúlio Vargas frente à organização cultural estrangeira. Nesse sentido Zago (2008) afirma que, as “Leis Nacionalizadoras” decretadas entre março e maio de 1938, visavam regulamentar as atividades dos estrangeiros, com destaque para os seguintes decretos:

1) Decreto-lei nº 341, de 17/03/1938: regulava a apresentação de documentos por parte dos estrangeiros ao Registro de Comércio. (...)

2) Decreto-lei nº 383, de 18/04/1938: proibia a prática de qualquer atividade de natureza política dos estrangeiros no País. Eles não poderiam organizar, (criar) ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que (tivessem) por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas, de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do País de origem. (...)

3) Decreto-lei nº 392, de 27/04/1938: regulava a expulsão dos estrangeiros, que poderia ocorrer desde que o motivo compromettesse a segurança nacional. (...)

4) Decreto-lei nº 406, de 04/05/1938: dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Ficava vetada a entrada de “elementos” aleijados, mutilados, indigentes, vagabundos, (...)

5) Decreto-lei nº 431, de 18/05/1938: definia quais eram os crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado contra a ordem social. Eram nove crimes primordiais, aos quais cabia a pena de morte por fuzilamento: tentar submeter o território à soberania de um Estado estrangeiro; atentar contra a unidade da nação com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro; tentar o desmembramento do território brasileiro por meio de movimento armado; tentar a mudança da ordem política e social instituída com o auxílio de Estado estrangeiro (...) Por sua vez, o decreto arrolava mais trinta crimes da mesma natureza, passíveis de pena de morte ou de trinta anos de prisão (Zago, 2008, p.6).

O discurso proferido por Vargas, em Blumenau, em 10 de março de 1940 reitera:

O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. (...) Porém, ser brasileiro, não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: O Brasil nos deu pão; nós lhe daremos o sangue (Zago, 2008, p.6).

Portanto, é significativo que haja uma grande maioria de brasileiros matriculados no Ginásio Estadual de Jaú.

Quadro 4: Censo nacional de 1940: dados sobre a nacionalidade da população do Estado de São Paulo e do município de Jaú.

Nacionalidades	Estado de São Paulo	Jaú
Alemã	33.397	58
Espanhola	121.162	1.700
Italiana	213.091	2.258
Japonesa	128.957	27
Portuguesa	155.251	262
Total	651.858	4.305

Fonte: Censo Nacional de 1940.

Observa-se que, sírio, armênio e romeno, não são nacionalidades tratadas pelo Censo, mas que estão presentes no Livro de Matrícula, e que merece destaque a população síria por ser a segunda, depois dos brasileiros, no rol de matrículas. Os sírios, por virem fugidos de perseguições político-religiosas e se instalarem, preferencialmente, nas cidades, investiram em instituições humanitárias e de benemerência, associações recreativas, obras espirituais e educacionais, portanto, entendemos que isso foi fator que os levaram para a escola.

No Livro de Matrícula não há registro de nenhum aluno japonês matriculado no ano de 1946, podemos concluir que isso tenha ocorrido por não haver demanda, uma vez que o número de habitantes era reduzido, pois constam apenas 27 pessoas no censo de 1940; e, por outro lado, é importante lembrar que se trata de um período muito recente do fim da Segunda Guerra Mundial, onde as forças diplomáticas e políticas entre os países do Eixo (no qual se incluía o Japão), de um lado, e os Aliados (no qual se incluía o Brasil) de outro, estavam por se ajustarem, isso expressou uma fase comprometedora da diplomacia com o povo japonês, o que pode ter causado efeito sobre a vida cotidiana dessa população aqui no país, inclusive mandar seus filhos para a escola, o que poderia justificar o fato de não haver nenhuma matrícula no Ginásio Estadual de Jaú, em 1946. É importante considerar ainda que, a língua era o maior entrave para a integração cultural do imigrante japonês, diferentemente dos

italianos e espanhóis, que tinham menor dificuldade neste aspecto, por compartilharem com os brasileiros a mesma herança cultural cristã e ocidental.

É possível observar que o município seguiu a tendência do estado, recebendo o maior número de estrangeiros de nacionalidade italiana. Porém, na escola, essa nacionalidade vinha em quarto lugar, atrás da brasileira, síria e espanhola, respectivamente. Para isso, é pertinente a hipótese de que em Jaú, os italianos formaram uma comunidade não absolutamente fechada, mas de apoio mútuo, como vimos, procurando manter suas tradições através da culinária, religiosidade e, sobretudo, através da formação das “sociedades” que tinha um grande peso cultural.

Buscando esclarecimentos sobre a ausência de matrículas de descendentes alemães e japoneses e sobre o número reduzido de matrículas de italianos, ouvi das colaboradoras o seguinte:

Quanto a uma escola específica para estrangeiro (italianos e japoneses), que desse formação de curso ginasial... Aqui havia, por exemplo, a Dante Alighieri, mas não tinha formação de curso ginasial. A Dante Alighieri era uma sociedade, onde o pessoal estudava a língua italiana, mas eu não me lembro exatamente; e de japoneses, que eu saiba não. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Dona Juracy ratifica:

Não, não existia em Jaú escola que fosse só pra estrangeiro, pelo menos naquela época não. Não sei se agora existe... bom, essas escolas de inglês, que lecionam inglês, espanhol, italiano. Tem o CCAA... Que desse formação não, aqui em Jaú não. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Para tanto, conclui-se que, embora 1946 seja o ano de aberturas políticas, a nova Constituição, promulgada nesse mesmo ano, pouco modificou a questão da nacionalidade em relação a Constituição de 1937, assim, o Artigo 129 esclarece que são considerados brasileiros:

- I - os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do seu país;
- II - os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou, não o estando, se vierem residir no País. Neste caso, atingida a maioridade, deverão, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro em quatro anos;
- III - os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, n^{os} IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

IV - os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas a residência no País por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física (Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 02/09/2007).

Portanto, na prática, havia ainda a vigência autoritária da nacionalização do país, cuja política de restrições aos estrangeiros ainda se fazia sentir.

Estas análises permitem afirmar ainda que, a variedade populacional do município de Jaú estava presente na escola. Porém, pelos limites desse trabalho, não é possível identificar se houve, e qual a influência de cada nacionalidade no Ginásio Estadual de Jaú, ou qual foi o impacto da escola sobre a vida das comunidades estrangeiras no município.

2. Demanda e matrículas

O Censo Nacional de 1940 informa que o total de pessoas de 10 anos ou mais que possuíam curso completo ou diploma de estudos com grau elementar em Jaú, era de 2.663. Das pessoas que recebiam instrução entre 7 e 14 anos de idade, ou seja, no período de escolarização, temos o total de 4.628; e se compararmos com o total da população do município, que era de 44.178 habitantes, isto pode significar uma demanda de 6%. É uma parte dessa população que busca os serviços educacionais do Ginásio Estadual de Jaú em 1946. Como era formada a população de Jaú nesta época?

A evolução do número de matrícula no curso ginásial, no período compreendido entre 1946 e 1961, ocorreu conforme o quadro abaixo:

Quadro 5: Número de Matrículas no Curso Ginásial do Ginásio Estadual de Jaú, período de 1946 e 1961.

SÉRIE	ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO		
	1946			1947			1948			1949		
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
1ª	094		094	073		073	050		050	058		058
2ª	054		054	064		064	051		051	063		063
3ª	043		043	046		046	051		051	046		046
4ª	018		018	028		028	026		026	038		038
TOTAL	209		209	211		211	178		178	209		209
SÉRIE	ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO		
	1950			1951			1952			1953		
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
1ª	059		059	032		032	024		024	050		050
2ª	051		051	044		044	039		039	073		073
3ª	036		036	036		036	036		036	046		046
4ª	025		025	031		031	030		030	032		032
TOTAL	171		171	143		143	129		129	201		201
SÉRIE	ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO		
	1954			1955			1956			1957		
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
1ª	043		043	066		066	109		109	128	043	171
2ª	078		078	073		073	070		070	089	025	114
3ª	063		063	069		069	064		064	066	014	080
4ª	030		030	041		041	041		041	036	016	052
TOTAL	214		214	249		249	284		284	319	098	417
SÉRIE	ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO			ANO / PERÍODO		
	1958			1959			1960			1961		
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
1ª	124	040	164	117	043	160	108	039	147	091	032	123
2ª	111	039	150	115	067	182	128	045	173	119	047	166
3ª	070	025	095	074	044	118	083	052	135	090	043	133
4ª	042	016	058	035	034	069	043	034	077	046	041	087
TOTAL	347	120	467	341	188	529	362	170	532	346	163	509

Fonte: Livros de Matrículas do Curso Ginásial – nº: 1, 2, 4A, 5A, 6A, 7A, 9A, 9B, 11, 12, 13A, 15B.

A média geral de matrículas nesse período de 16 anos foi de 290 alunos. No período compreendido entre 1946 e 1954, a média foi de 185 alunos; o número de matrícula em 1955 foi de 249 alunos, portanto, há diferença de 64 alunos, do ano de 55 em relação à média dos 9 anos anteriores, o que representa um significativo aumento de mais de 34% das matrículas. A demanda continuou aumentando e, assim temos, em 1956, 284 alunos matriculados. O grande marco da expansão no número de matrículas foi em 1957, com o significativo aumento de quase 47% do total de matriculados no ano anterior. Conclui-se que, para esse significativo aumento, houve a necessidade de criação do curso ginásial noturno. Mas, como observa Spósito (1984), o ano de 1957 foi marcado por um fator externo, ou seja, houve uma demanda geral no estado de São Paulo, devido à política de incentivos do governo, num processo político eleitoral¹⁴.

O Ginásio Estadual de Jaú, atendendo a essa demanda dos egressos dos cursos primários, parece ter feito parte desse jogo de interesses políticos, que significava angariar votos nas eleições em troca de um benefício para a cidade¹⁵. Isso cumpre a análise da Spósito (1984), porém, é preciso verificar se sua organização e estrutura conformam uma escola que tenha comprometido a qualidade da educação, sobretudo por sua desordenada criação ou se era baseada, por exemplo, num padrão de qualidade como o apontado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ou se era baseada no padrão de qualidade definido pela legislação.

3. De Ginásio Estadual para Instituto de Educação

O estabelecimento de ensino “Caetano Lourenço de Camargo” ao longo de doze anos deixou de ser um Ginásio e constituiu-se em Instituto de Educação, criando os seguintes cursos: pré-primário, ginásial (diurno e noturno), científico e clássico, normal, de aperfeiçoamento, de especialização pré-primária e de administradores escolares.

¹⁴ Não foi possível neste trabalho investigar os interesses, personagens e negociações políticas que teriam agido no processo de abertura do referido ginásio.

¹⁵ As razões alegadas, para a criação da escola, nos debates entre os vereadores, não estão aqui explicitadas, pois não foram encontradas as Atas da Câmara Municipal, que antecedem a 14 de julho de 1945, data da assinatura do Decreto nº 14.868 de criação da escola.

Para Tanuri (2000), a criação dos institutos de educação do estado de São Paulo foi uma iniciativa de transformar os cursos híbridos das escolas normais, constituídos de um currículo educacional exíguo mesclado com um ensino de humanidades e ciências mais substancial, em instituições de caráter estritamente profissional voltadas para a área da educação, e teve suas raízes lançadas, na década de 1920, com o movimento da Escola Nova. Tanuri afirma que foi

Graças à atuação dos profissionais da educação, mediante publicações, conferências, cursos, debates e inquéritos, divulgavam-se idéias da escola renovada e formulava-se uma nova consciência educacional, relativa ao papel do Estado na educação, à necessidade de expansão da escola pública, ao direito de todos à educação, tendo em vista seu alcance político e social, à importância da racionalização da administração escolar, à necessidade de implantação de uma política nacional de educação. O movimento da Escola Nova continuava a centrar-se na revisão dos padrões tradicionais de ensino: não mais programas rígidos, mas flexíveis, adaptados ao desenvolvimento e à individualidade das crianças; inversão dos papéis do professor e do aluno, ou seja, educação como resultado das experiências e atividades deste, sob o acompanhamento do professor; ensino ativo em oposição a um criticado “verbalismo” da escola tradicional (Tanuri, 2000, p.72).

Essas idéias tiveram impacto na reforma educacional realizada por Anísio Teixeira, no Distrito Federal, que criou, pelo Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, o primeiro Instituto de Educação, “constituído de quatro escolas: Escola de Professores, Escola Secundária (com dois cursos, um fundamental, com cinco anos, e um preparatório, com um), Escola Primária e Jardim-da-Infância” (Tanuri, 2000, p.73). No ano seguinte, Fernando de Azevedo implementou semelhante reforma no Estado de São Paulo, através do Código de Educação (Decreto 5.884, de 21/04/1933), criando o Instituto de Educação Caetano de Campos, que “passa a ministrar em sua Escola de Professores: cursos de formação de professores primários, cursos de formação pedagógica para professores secundários, bem como cursos de especialização para diretores e inspetores” (Tanuri, 2000, p.73).

A evolução da transformação do Ginásio Estadual de Jaú em Instituto de Educação, baseado na lei acima referida e nos princípios norteadores da escola nova, pode ser observada a seguir. Foi criado, pela Lei 75 de 24 de fevereiro de 1948, o curso colegial. E, no mês de abril deste mesmo ano, foi instalado o curso normal e primário pelo decreto nº 16.739, de 17 de janeiro de 1947. No ano de 1950, foi criada uma

classe de Educação Infantil, conforme decreto de 11 de agosto de 1950, publicado a 12 de agosto de 1950 e instalado em 16 de agosto de 1950. O curso científico foi instalado em março de 1951. O curso de Aperfeiçoamento e Especialização Pré-Primária começou a funcionar em 1955. Em 1956, foi autorizado o funcionamento do Curso Noturno e as providências para sua efetivação foram tomadas junto ao Ministério da Educação. No ano de 1957, começaram a funcionar os cursos de Administradores Escolares e Especialização Pré-Primária, bem como o Curso Ginásial-noturno. Em 1958, iniciou-se o funcionamento do curso Clássico e Pré-Primário.

A criação desses cursos foi importante para os alunos do Ginásio Estadual de Jaú e representou uma grande conquista educacional para o município e região, conforme atestam, respectivamente, dona Juracy e dona Neuza:

Depois do curso normal, ganharam o curso de especialização, aperfeiçoamento, o curso pré-primário, administração escolar, então passou a se chamar Instituto de Educação Caetano Lourenço de Camargo. A criação do Instituto de Educação foi um fato histórico na cidade. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Nossa, foi importantíssimo pra Jaú e pra região, o Ginásio Estadual de Jaú ter se transformado em Instituto de Educação. Porque vinham pra cá alunos daqui, mas vinham também alunos de outras cidades da região, por exemplo, Bariri, Itapuí, Pederneiras, Bocaina, o pessoal vinha pra cá. E esses cursos de especialização, de administração escolar, isso aí deu chance para... até diretor de escola fez o curso de administrador escolar, vários deles. Até um dos que fez foi delegado de ensino, que eu estou lembrada disso, mas que já é falecido. Para diretores de escola... mas, eu acho que foi uma coisa assim, muito, muito importante pro município e região, não só pro município, município e região. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Essas transformações estavam amparadas pela Lei 4.244, que, em seu Capítulo III, *Dos Tipos de Estabelecimento de Ensino Secundário*, Artigo 5º determinava que haveria dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário. A redação da lei assim estabelecia: § 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo. § 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Conforme afirmam Schwartzman, Bomeny e Costa (2000),

é importante marcar a distinção profunda que então se fazia entre o ensino secundário e outras forma de ensino médio. O ensino secundário deveria ter um

conteúdo essencialmente humanístico, estaria sujeito a procedimentos bastante rígidos de controle de qualidade, e era o único que dava acesso à universidade. Aos alunos que não conseguissem passar pelos exames de admissão para o ensino secundário, restaria a possibilidade de ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial, que deveria prepará-los para a ávida do trabalho. Na realidade, só o ensino comercial, dentre estes, adquiriu maior extensão. Era um ensino obviamente de segunda classe, sobre o qual o ministério colocava poucas exigências, nem sequer previa uma qualificação universitária e sistema de concursos públicos para seus professores, como deveria ocorrer com o ensino secundário. A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 manteria este entendimento restritivo do que era o ensino secundário, e proibia o uso das denominações “ginásio” e “colégio” aos demais estabelecimentos de nível médio (p.206).

A referida Lei ratifica, em seu Artigo 6º, que os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio; e em seu Artigo 7º Ginásio, que colégio é denominação vedada a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário. Portanto, é com o nome de Ginásio Estadual de Jaú que surge o primeiro educandário de ensino secundário neste município que dá o nome à escola.

CAPÍTULO III

1. O currículo do Ginásio Estadual de Jaú

Na década de 1950, de acordo com Braghini (2005), o valor dado ao ensino secundário livresco, propedêutico e humanista, fenecia entre certo grupo de educadores. O foco da qualidade do ensino passava a ser, ao menos para os colaboradores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, o de preparação para a vida. Para a autora, o contexto dos “anos JK” e sua meta declarada de colocar o país nos trilhos do desenvolvimento econômico com a expansão da indústria, valorizam o papel da escola como uma “agência de socialização da geração em transformação” (Braghini, 2005, p. 133). Nesse quadro, a qualidade de ensino estava atrelada a uma nova mentalidade sobre o trabalho, que passa a ser visto como virtude e interação entre pensamento e ação. A escolarização é tida como um campo favorável e fértil para articular e confirmar o papel do trabalho na sociedade, e o ensino, portanto, deveria ser

dinâmico, ágil, favorecendo a ação, mais do que a reflexão.

De acordo com a ideologia desenvolvimentista dos anos 50, o foco da discussão pela qualidade da educação é deslocado da arena política para a econômica (Braghini, p.140). Assim, os calorosos debates estabelecidos na RBEP, apontam pela necessidade de mudar as proposições da escola, trazer-lhe novidades que atendam as mudanças estruturais da sociedade, portanto, com o padrão de “qualidade” imbricado no discurso do novo, moderno e melhor.

Fonseca (2004) levanta algumas considerações quanto à qualidade do ensino secundário nos anos de redemocratização após o período Vargas (1946-1953). As questões para as quais chama a atenção estão presentes ainda hoje nos diálogos docentes, nos debates acadêmicos e nos meios de comunicação. Já àquela época, segundo a autora, a má qualidade do ensino secundário vinculava-se a sua inadequação às necessidades da realidade brasileira, o que correspondia, sobretudo, ao currículo propedêutico.

Anísio Teixeira, discutindo sobre qual seria o currículo mais adequado para as escolas secundárias, conclui que este não deveria ser nem humanista nem cientificista, mas equilibrado, possuindo um núcleo comum e uma parte diversificada. Para Almeida Júnior, uma escola de qualidade deveria ter um currículo que pensasse num preparo adequado dos jovens para as universidades, portanto, “a estrutura do ensino médio deveria ser mais unificada em uma instituição secundária de formação geral, com especialização em seu último ano, de modo que atendesse as necessidades exigidas pelo ensino superior” (*apud.* Fonseca, p.64).

O corpo docente do Ginásio Estadual de Jaú incumbia-se das seguintes disciplinas e atividades: português, francês, inglês, latim, história geral do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil, matemática, ciências naturais, desenho, canto orfeônico, educação física-feminino, economia doméstica, trabalhos manuais femininos e masculinos. Esse currículo era uma determinação da Lei que estabelecia disciplinas voltadas, sobretudo, para desenvolver a consciência humanística e patriótica, imprescindíveis para o legista, como analisam Schwartzman, Bomeny e Costa, na

tarifa difícil de organizar o Estado e suas instituições, moldando-lhes a forma e o caráter, atribuindo-lhes uma identidade – extensiva à nação – e preparando as novas gerações para aceitar e perpetuar a ordem que se criava. Tratava-se de

transferir as “finalidades” familiares, locais ou regionais para a nação e para a pátria (2000, p.208).

Assim, o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário, Título I *Das Bases de Organização do Ensino Secundário*, Capítulo I *Das Finalidades do Ensino Secundário*, Artigo 1º rege: 1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Nesta mesma Lei, Título II *Da Estrutura do Ensino Secundário*, Capítulo I *Do Curso Ginásial*, o Artigo 10 dispõe sobre o ensino das seguintes disciplinas: I. Línguas: 1. Português. 2. Latim. 3. Francês. 4. Inglês. II. Ciências: 5. Matemática. 6. Ciências naturais. 7. História geral. 8. História da Brasil. 9. Geografia geral. 10. Geografia do Brasil. III. Artes: 11. Trabalhos manuais. 12. Desenho. 13. Canto orfeônico.

O Artigo 11 explicita a seriação das disciplinas indicadas no artigo anterior, ficando assim constituída: Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico. Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.

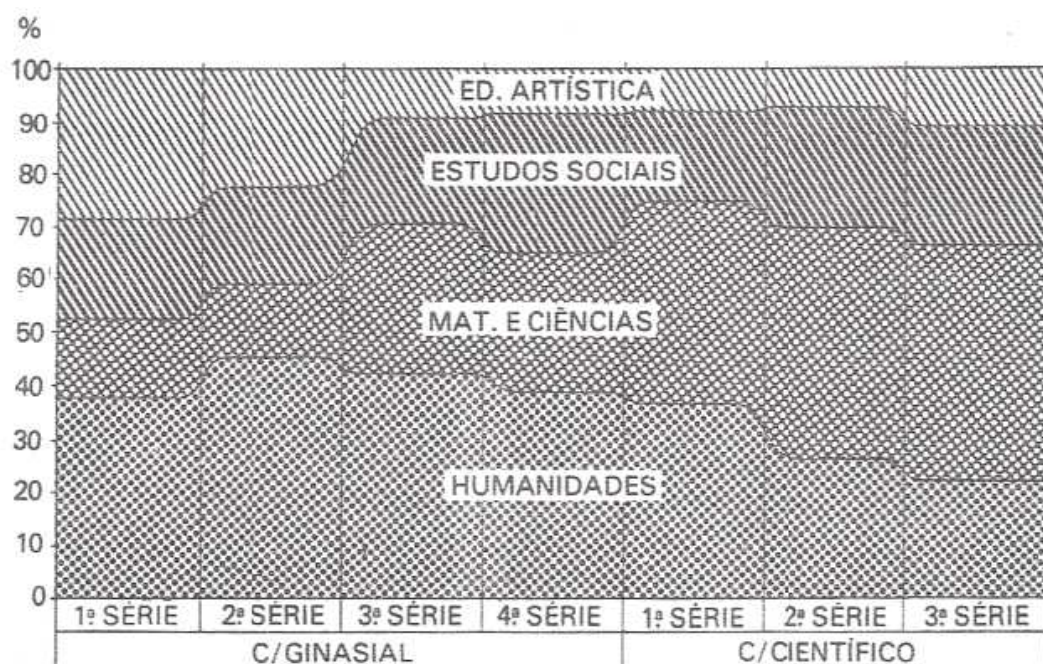
Neste currículo é observável que, conforme demonstram Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), “a principal marca da reforma do ensino secundário foi a ênfase posta no ensino humanístico de tipo clássico, em detrimento da forma mais técnica” (p.208); conforme o próprio legislador afirma em Conferência de 1937 feita no Colégio Pedro II:

acentuar o caráter cultural do ensino secundário de modo que ele se torne verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país. Para isso, força é excluir toda a preocupação de enciclopedismo, que é de natureza estéril, para que tomem o primeiro lugar, no programa secundário, sólidos estudos das

clássicas humanidades (Gustavo Capanema, *apud* Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000, p.208).

Chagas (1980) confirma a ênfase no currículo voltado para as humanidades, como é possível observar no quadro¹⁶ abaixo:

Figura 1: Sistema 1942 / 1961



O autor afirma ainda que, os conteúdos do ginásio eram os seguintes:

- Humanidades: Português, Latim, Francês e Inglês.
- Estudos Sociais: Geografia Geral, Geografia do Brasil, História Geral e História do Brasil.
- Matemática e Ciências Naturais.
- Educação Artística: Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais e Desenho.
- Educação Física. (CHAGAS, 1980, p. 74).

A propósito do currículo do Ginásio Estadual de Jaú, como pode se verificar no quadro abaixo, este atendeu às prerrogativas da lei:

¹⁶ Esse quadro é a reprodução da Figura 5, sobre o Sistema Curricular entre 1942 a 1961, elaborado por Valnir Chagas e consta em sua obra: CHAGAS, Valnir (1980). O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois? São Paulo. Saraiva, p. 54.

Quadro 6: Grade Curricular do Curso Ginásial em conformidade ao Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942.

	DISCIPLINAS	PERÍODO / SÉRIE				PERÍODO / SÉRIE			
		DIURNO				NOTURNO			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
LÍNGUAS	Português	X	X	X	X	X	X	X	X
	Latim	X	X	X	X	X	X	X	X
	Francês	X	X	X	X	X	X	X	X
	Inglês		X	X	X		X	X	X
CIÊNCIAS	Matemática	X	X	X	X	X	X	X	X
	Ciências Naturais			X	X			X	X
	História Geral	X	X			X	X	X	X
	Geografia Geral	X	X			X	X	X	
	História do Brasil			X	X				X
	Geografia do Brasil			X	X				X
ARTES	Trabalhos Manuais	X	X			X	X		
	Desenho	X	X	X	X	X	X	X	X
	Canto Orfeônico	X	X	X	X				
	Educação Física	X	X	X	X				

Fonte: Ata dos Resultados Finais (Notas) - Livros nº 02 e 19.

Ao atender as prerrogativas da lei, esse currículo vinha ao encontro de uma formação humanística e propedêutica, pois, como consta da grade curricular, foram favorecidas as disciplinas da área de línguas (português, latim, francês e inglês) em detrimento das disciplinas da área de ciências (física, química e ciências biológicas). Esse currículo, que poderia não atender a demandas populares, vinha ao encontro das expectativas da demanda de uma classe média que tinha interesse em continuar os estudos. O currículo do Ginásio Estadual de Jaú encontrava-se nessa tendência contemporânea de formação intermediária para prosseguimento dos estudos nas universidades, como também se verifica nos depoimentos. Dona Juracy explicita as disciplinas estudadas no ginásio:

A respeito das matérias havia português, inglês, francês na quinta e sexta, e inglês na sétima e oitava. Latim era em todas as séries. Português, matemática, história, geografia e ciências. Eu acho que não me esqueci de nenhuma. Todas as disciplinas tinham livros didáticos, se estudava por livro. Inclusive a matemática o professor dava a explicação, do mais você complementava em casa com os livros, a teoria, ele dava os exercícios na prática. Ciências também, ele fazia a explanação dele, aí depois a gente estudava, experiências você fazia

em casa, porque não tinha laboratório, e aí levava, muitas vezes, a experiência que dava pra levar levava, e a conclusão da experiência. A disciplina que eu mais gostava, por incrível que pareça, tenho um neto que seguiu a minha linha, que era história. História e matemática. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Dona Neuza refere-se à importância do currículo para prosseguir nos estudos:

Havia sim um interesse em continuar os estudos, todos tinham interesse em continuar, havia aqueles que pretendiam ir para o normal, havia aqueles que pretendiam ir para o curso científico. Na época era o científico e o clássico. Quem queria fazer exatas e biológicas ia para o científico, quem queria fazer humanas ia pro clássico. Era assim, né. O pessoal estudava bastante porque tinha interesse em continuar estudando, né, e ingressar numa escola boa, pois a faculdade era objetivo da turma, de todo mundo. Tanto que dos meus colegas, que eu me lembro, tem dentista, engenheiro, médico, todos formados. Era uma turma pequena, mas muito boa sim. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

O currículo apresentava também atividades extras, como é possível observar, logo em seu primeiro ano de funcionamento, quando a escola desenvolvia atividades como comemorações cívicas e de feriados nacionais, como 21 de abril, 7 de setembro, 15 de novembro; feriado de 1º de maio; comemorações do aniversário da cidade em 15 de agosto; comemorações do aniversário da escola em 1º de abril e do dia do patrono da escola em 8 de agosto; festividades e solenidades para entrega de diplomas e certificados para concluintes dos diversos cursos. Essas atividades envolviam o corpo discente do Ginásio Estadual de Jaú:

Quanto às atividades extra-escolares, a gente tinha festa, tinha a parte de esportes. Nós tínhamos a professora de educação física, a dona Conceição, ela era esposa do professor de Geografia, o senhor Renato Stempniewski. Ela era excelente, nós tínhamos as aulas de educação física, tínhamos demonstração de ginástica, tinha a equipe de basquete, de vôlei, aqueles que tinham aptidão para o esporte, né? Tinha festas junina, havia muito desfile de 7 de setembro, que era uma coisa imponente esses desfiles escolares. Eram coisas lindas, lindas, lindas. Todo mundo tinha bastante respeito. Também, não sei se logo no início, não posso precisar data. Mas, no dia 19 de cada mês havia o hasteamento da bandeira e todos cantavam, todos sabiam cantar o hino nacional, o hino da bandeira, o hino da república, todo mundo cantava, tinha que cantar porque nós tínhamos aula de música também, então a gente cantava. Havia exposição de trabalhos manuais. Havia muita atividade extra-curricular, né? Bastante atividade extra-curricular. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Também a comunidade do município de Jaú era envolvida nesses eventos:

As comemorações eram gincana, havia também jogos, esporte, isso havia muito. O esporte, aí tinha o campeonato e jogava o Ginásio do Estado contra a escola industrial, contra escolas particulares. A parte esportiva era mais desenvolvida. Tinha muito. As comemorações cívicas eram: 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, dia da cidade, que havia desfile, que era o 15 de agosto, e o dia da República que era o 15 de novembro e o dia da bandeira. Eram essas as comemorações que eram obrigatórias. Eram feitas na escola, na entrada, no pátio, onde tinha espaço e todos podiam participar, e participavam. Eram eventos que a cidade participava. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Essas atividades extracurriculares estão também em conformidade com a Lei 4.244, que, em seu Capítulo XIII, esclarece sobre os trabalhos complementares. Assim, o Artigo 46 dispõe que:

Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção às instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais. Lei Orgânica do Ensino Secundário – site: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em 05/09/2007.

Sendo assim, quanto ao currículo, pode-se afirmar que o Ginásio Estadual de Jaú atendeu às prerrogativas da lei.

2. O complexo sistema de avaliação

O currículo remete a outro tema, que é a avaliação. A legislação estabelece um modelo de avaliação complexo e sistemático para o ensino secundário, modelo que foi seguido de perto pelo Ginásio Estadual de Jaú. O primeiro documento da escola sobre exames e provas data de 27 de fevereiro de 1946. Os registros encontrados referem-se aos exames de admissão, de segunda época, para a primeira série ginásial. Consta que as provas escritas de português e aritmética tinham caráter eliminatório.

O exame de admissão era uma prerrogativa da Lei 4.244, que determinava alguns pré-requisitos para o ingresso no curso secundário. Assim, dizia a lei em seu Capítulo V, *Da Admissão aos Cursos*, no Artigo 31:

O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado. Artigo 32 – O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições: a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho; b) ter recebido satisfatória educação primária; c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários. Lei Orgânica do Ensino Secundário – site: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em 05/09/2007.

O Capítulo VI, trata exclusivamente dos exames de admissão, que eram pré-requisito para o ingresso no curso ginásial.

Artigo 34 – Os exames de admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro. § 1º O candidato a exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei. § 2º Poderão inscrever-se aos exames de admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados. § 3º O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época. Lei Orgânica do Ensino Secundário – site: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em 05/09/2007.

O Livro de Registro de Atas de Exames de Admissão, de 27 de fevereiro de 1946, esclarece que, para a realização dos exames de admissão de segunda época, as turmas foram divididas por sexo, uma masculina, que realizou a prova no período da manhã, com 21 inscritos, dos quais apenas 5 foram habilitados para as provas orais, 15 não conseguiram nota suficiente e um não compareceu. No período da tarde foram realizados os exames para a turma feminina, das 31 inscritas, 16 foram habilitadas para as provas orais, 14 não conseguiram nota suficiente para prestar exame oral e uma não compareceu. No dia 28 de fevereiro prosseguiu o exame com provas orais de português, aritmética, história e geografia. Da turma mista, composta de 21 candidatos habilitados nas provas escritas, 20 foram aprovados e um não conseguiu média suficiente. A nota média máxima obtida foi 8,2 (oito e dois décimos).

Os dados acima evidenciam que os exames de admissão eram um estreito gargalo para as crianças ingressarem no curso ginásial, pois as provas eliminavam mais de 50% dos candidatos. Assim, para a realização dos exames de admissão entre

as turmas, masculina e feminina, num total de 52 inscritos, apenas 20 conseguiram ser aprovados e realizar a matrícula para a primeira série do curso ginásial.

Os exames de admissão com seu caráter seletivo e eliminatório para o ingresso no curso ginásial,

criavam ainda um problema com as crianças que não conseguiam entrar nas escolas de nível médio aos 11 anos, mas que, de acordo com a legislação trabalhista, só poderiam começar a trabalhar aos 14. A Federação das Indústrias de São Paulo, em relatório elaborado para o ministro do Trabalho, chama a atenção do ministro para este que ficou conhecido como o problema do “hiato nocivo”, e propõe que a idade mínima para o trabalho do menor seja reduzida, para que essas crianças possam ser salvas da marginalidade (Schwartzman, Bomeny e Costa, 2000, p.207).

As análises anteriores ratificam o caráter seletivo da lei que separa os jovens em duas categorias, uma para o mercado de trabalho, e outra para formar individualidades condutoras; e apontam o Ginásio Estadual de Jaú como uma escola que, atendendo a lei, foi detalhadamente estruturada para selecionar e formar esses jovens condutores.

As memórias esclarecem sobre o grau de dificuldade dos exames de admissão, apontando o seu caráter seletivo:

(...) Praticamente há 60 anos que eu ingressei no ginásio, que foi fundado em 46. Eu não tenho certeza, mas me parece que não foi logo no início de 46 que ele foi fundado e eu comecei em 47. Eu me lembro bem do... a gente fazia o exame de admissão, e era um exame muito difícil, sabe? Tanto que, quando nós fizemos na primeira época, sobraram vagas e foi feito então, uma segunda época. Era um exame assim, vamos dizer, bem rigoroso... havia professoras que davam aulas pra gente preparando o ano todinho pra esse exame de admissão. É uma espécie de vestibulinho, não sei se a gente poderia dizer assim. Mas, na época chamava-se exame de admissão. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

(...) havia aquele famoso exame de admissão, e que era difícil. Então, os alunos, as pessoas que queriam estudar, naquele tempo era assim, quem queria estudar de verdade, que era muito difícil, procurava o Ginásio do Estado, os outros voltavam para a escola particular. Hoje, é ao contrário, o Estado está sendo muito mais fácil, e a escola particular está sendo mais difícil (risos). (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

O sistema de avaliação do ensino secundário aprovado pela Lei 4.244 é de grande complexidade e rigidez. O Título IV, que trata da vida escolar, no capítulo das disposições preliminares, afirma em seu Artigo 26 que

Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames. Os exames

serão de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença”. O artigo 30 diz que “a avaliação dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez.

Lei Orgânica do Ensino Secundário – site:
<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em
05/09/2007.

O capítulo XII, que trata da nota anual de exercícios, esclarece no Artigo 45 que

Mensalmente, de abril a novembro, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento por meio de exercícios realizados em aula. Se, por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento de um aluno, ser-lhe-á atribuída a nota zero. Parágrafo único. A média aritmética das notas de cada mês, em uma disciplina, será a nota anual de exercícios dessa disciplina”. E, o Capítulo XIV, Artigo 47 afirma que “Os exames de suficiência terão por fim: a) habilitar o aluno de qualquer série para promoção à série imediata; b) habilitar o aluno da última série para prestação dos exames de licença. Lei Orgânica do Ensino Secundário – site:
<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em
05/09/2007.

O Ginásio Estadual de Jaú acompanhou os rigores da lei e, já em seu primeiro ano de funcionamento, é possível notar seu complexo sistema de avaliação. Foram realizadas provas parciais escritas e provas orais finais, em um total de 29 dias, o que, somado, representa o equivalente a um mês ininterrupto de avaliação. Os alunos da 2ª, 3ª e 4ª séries eram avaliados nas seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho e Canto Orfeônico; os alunos da 1ª série eram avaliados nas mesmas disciplinas citadas, com exceção da disciplina de Inglês. Assim sendo, cada aluno realizava, no mínimo, trinta provas no decorrer do ano letivo, o que corresponderia a uma prova a cada seis dias, a considerar um ano de 180 dias letivos.¹⁷

É possível perceber que o professor também tinha seu estilo de avaliação, mas de modo geral, não fugia ao que era estabelecido na lei, ou seja, aplicação de provas orais e escritas:

Então... , as provas não eram fáceis, mas para quem estudava tinha condições de fazer. Conforme a disciplina, durante o mês tinha uma ou duas provas. Tinha um outro professor de Inglês, que nós tivemos, que já é falecido, senhor Tidinho (Aristides Souza Ferraz), ele usava o projeto do caderninho. Cada aluno tinha um

¹⁷ A Lei, Capítulo II, Artigo 28, alínea a, não afirma que o ano letivo é de 180 dias, e sim que é de nove meses, o que daria 180 dias, se considerarmos que o mês é de 20 dias letivos.

caderninho, e esse caderninho ficava dentro de uma pasta por série. Quando ele entrava com aquela pasta a gente já sabia que era uma provinha. Então, às vezes, toda semana ele entrava com aqueles caderninhos e em dez ou quinze minutos ele fazia uma avaliação. E, além das avaliações escritas durante as aulas, havia também as avaliações orais. O professor fazia chamada oral. Não sei se hoje em dia é esse nome que é dado, chamada oral, não sei. Então, eram as chamadas orais. O professor falava: fulano. Conhecia pelo nome, não chamava pelo número. Porque a turma era pequena, não chamava três, quatro, cinco, seis. Não era assim, era diferente. Porque eu não sei, eu acho horrível essa questão de chamar: “oi número dois, ei número três”. É necessário que se diga o nome do aluno. E, ele chamava a gente pelo nome e fazia essas argüições orais. Então, havia o exame oral, o exame escrito, e às vezes a pessoa ficava pra segunda época, né? (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Se forem tomadas as informações sobre o quadro social dos alunos e levado em consideração o sistema de avaliação, é possível inferir que a avaliação é um sistema educacional paralelo e coloca sua força para garantir a seleção “natural” dos que já, socialmente selecionados, constam do quadro de matrículas da escola. A demanda pelo Ginásio do Estado era de uma classe média, média alta, que tinha interesse que tinha interesse em uma formação educacional que conduzisse seus alunos para a faculdade, o exame de admissão era uma peneira fina que selecionava os candidatos por uma vaga no ginásio, ao percorrer esse corredor teríamos no final os profissionais que atuariam profissionalmente nos pontos estratégicos da sociedade:

Hoje você não vê dos alunos, dos colegas que nós tivemos, você não vê nenhum que não tenha seguido, que não tenha sido um bom profissional, que não tenha seguido uma boa profissão. Todos. Sem distinção. Esse é meu ponto de vista, não sei, não sei se a Neuza falou isso, falou?... tem médicos, juizes, promotores... se saíram muito bem na vida, profissionalmente. Isso se deve ao ginásio, porque se você não tem uma base sólida... Como? A estrutura é o alicerce. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

As reminiscências indicam que o sistema de avaliação era um referencial de qualidade da instituição, pois era preciso dedicar horas de estudo para realizar as provas, de modo a configurar a rotina dos estudantes:

... a gente estudava ou na minha casa ou na casa da Leda, ou na casa da Dulcinha. Então, a gente se reunia em grupo para estudar, mas era muito gostoso.

A gente tinha que estudar bastante. Nossa Senhora, a gente tinha que estudar bastante mesmo. Por exemplo, Latim, eu me lembro agora, tinha todas aquelas declinações. Havia, por exemplo “As Rainhas Regem um Rei”, então a gente

fazia tradução e tinha que fazer versão também. Do Latim tinha que passar para o Português, e as vezes tinha que passar do Português para o Latim. Então, não se brincava, não. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Era uma escola [em] que você tinha que estudar. Não era como hoje, que você vê aluno que só estuda na véspera da prova, não era assim não. Olha, era dedicado, a gente estudava de manhã, a tarde, você ficava o dia inteiro, você tinha horas de estudo e ia até a noite. Era estudar mesmo. Não é como hoje, que o aluno pega 15 minutos ali, senta, faz uma meia dúzia de continhas de tarefa e... A gente estudava pra valer. Então, havia boa formação cultural, né. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Assim, a memória fixa que a escola de qualidade tinha alunos de qualidade, bem selecionados e rigidamente avaliados: “O aluno só entrava no Ginásio se passasse no exame de admissão, que era uma espécie de vestibular. [...] Para ser aprovado, o aluno tinha que ser aprovado nas ‘sabatinas’, nos exames mensais e finais e no exame oral. Podia ficar para segunda época em apenas duas matérias. [...] O aluno que era reprovado duas vezes na mesma série ‘jubilava’, ou seja, era convidado a mudar de escola”.¹⁸

3. Qualidade dos professores

Quanto a outro aspecto sempre relacionado à qualidade, a boa formação e competência dos professores, os depoimentos colhidos tendem a ratificar a afirmação publicada no Jornal da Cidade, de 12 de maio de 1996, de que a qualidade da escola dos anos 1950 era marcada pela qualidade do corpo docente: “desprovidas de suportes técnicos, físicos e didáticos como a informatização e laboratórios, a escola daquele tempo tinha no professor o único referencial para a qualidade de ensino”.¹⁹

Dona Neuza ratifica a memória do jornal, ao dizer que os professores de sua época ainda são lembrados por sua excelência profissional, e que o padrão de qualidade do Ginásio Estadual de Jaú estaria vinculado à boa formação intelectual e profissional de seus professores:

Quanto aos professores eu acredito que todos me trazem uma boa lembrança.

¹⁸ Fonte: Jornal Cidade, nº 70 de 15 de julho de 2005.

¹⁹ Fonte: Jornal da Cidade de 12 de maio de 1996.

Eu tenho boas recordações de todos. A maioria deles era formada pela USP, certo. Eu me lembro bem deles. Tinha o Dr. Renato Stempniewski era professor de geografia, mas eu não me recordo se ele faleceu ou se é vivo. A dona Cibele Maitino tem irmão aqui, era professora de matemática, excelente professora de matemática. Nós tínhamos Latim: Sílvia Saraiva. A Sílvia Saraiva era formada no *Sedes Sapientiae*, em São Paulo, não sei se você conheceu, ficava em uma travessa da Rua Consolação. A gente tinha excelentes, excelentes professores, realmente... muito bons! Muito bons mesmo! (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

O depoimento de dona Juracy confirma a valorização da escola pelo padrão formação acadêmica dos professores:

Eu sei dizer que os professores eram formados, tinham faculdades, eles eram especialistas. Todos. Professor de português, como de inglês, o meu primeiro professor de geografia, que foi quando eu comecei, que fiz a sétima e oitava série com ele, que era a terceira e a quarta, ele era até um escritor de livros de geografia, ele chamava doutor Renato Stempniewski. Ele era... um senhor professor! Não gosto de geografia, mas o pouco que eu aprendi foi com ele (risos), porque eu não gosto de geografia, sempre detestei. O professor de história era formado também, depois ele prestou... era formado, prestou um curso foi ser juiz de direito, deixou o magistério. Mas, todos eles eram formados, tinham formação. Quanto ao professor de minha preferência, eu acho que eram todos mais ou menos assim do mesmo nível. A professora de matemática eu gostava muito, e foi a que mais deixou aluno de segunda época. Cibele, Cibele Maitino chamava-se, Cibele Maitino. Era, nossa, uma professora que tinha um conhecimento! Ela era excelente! (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Para além da formação acadêmica do professor somava-se o seu comportamento e suas atitudes, que deveriam seguir certas exigências morais e éticas, ou seja, o professor deveria ser modelo de conduta. Portanto, aquele que não se enquadrasse ao modelo, não deveria fazer parte do quadro docente da escola, e isto está presente na fala de dona Juracy:

... latim, nós tivemos nas quatro séries. Tinha latim. Eu me lembro na terceira série, na sétima né, foi um professor... mas, esse professor, não sei, ele veio de fora, e ele causou uma má impressão nos alunos, porque tinha dia que ele ia bêbado na escola, o professor de latim. Tinha dia que ele ia bêbado, mas ele ficou só um ano, aí depois no ano seguinte já foi um outro, veio um outro professor. Essas coisinhas assim a gente lembra bem. Mas, os outros professores todos foram, foram bons, eram bons professores... e exigentes, muito exigentes. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Os mestres eram muito dedicados ao trabalho, de personalidade exemplar. “Esses mestres nos deram muitas lições, e, principalmente, lições de vida. [...] Nos

mostraram que é com o trabalho que se consegue o progresso pessoal e intelectual. Juntamente com nossos pais e família tiveram papel preponderante na nossa formação”.²⁰ Na memória dos egressos e de suas famílias, o sucesso profissional comprova a boa qualidade do Ginásio Estadual de Jaú, com o que a escola respondeu às expectativas sociais dos que nela fizeram sua formação. Nos depoimentos, a boa qualidade se faz notar pelos egressos que hoje ocupam honrosas profissões e cargos por todo o país e no exterior.²¹

4. Preocupação com a formação do aluno

Outro indicador de qualidade do Ginásio Estadual de Jaú relaciona-se ao fato de demonstrar preocupação com a formação profissional de seus alunos. É o que indicam as reminiscências de suas ex-alunas, que deram continuidade a seus estudos e tiveram longa carreira profissional:

Eu tenho impressão que o curso científico começou em 51, como estava ainda no começo, aí eu fui... não fiquei aqui, eu fui pra São Paulo, eu estudei, nem sei se existe ainda, o Colégio Estadual Presidente Roosevelt, que fica lá em São Paulo, Parque D. Pedro, perto da Secretaria da Fazenda, era do Estado, e o ensino era bem puxado também, fiquei um ano lá, depois voltei pra cá, então esse ano eu interrompi o estudo no colégio, depois eu voltei. Eu tenho faculdade de Saúde Pública da USP (Educador de Saúde Pública). (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

... eu fiz administração e pedagogia. Eu fiz pedagogia e todas as habilitações. Eu dei aula pra crianças, fui professora, depois fui coordenadora pedagógica, trabalhei como orientadora educacional e depois me aposentei como diretora de escola. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

O documento intitulado “Livro de Ata”, que faz parte do acervo da escola, traz as atas das periódicas reuniões realizadas pelo corpo docente com o diretor da escola, denominada de Reunião da Congregação. Consta desse documento, escrito ao longo de quatro anos, quinze atas de reuniões, nas quais podem ser identificados assuntos referentes ao cotidiano da vida escolar do Ginásio Estadual de Jaú. A primeira observação feita é que, no período compreendido da elaboração deste documento,

²⁰ Fonte: Comércio do Jahu, nº23.497 de 12 de maio de 1996.

²¹ Conferir informação no Jornal Cidade, nº70 de 15 de julho de 2005.

esteve à frente da direção da escola o senhor professor Luiz Walter Schlaich. Tendo em vista a compreensão do cotidiano escolar e levando-se em consideração a vastidão de assuntos tratados nesse *corpus* documental, foram selecionados alguns temas relevantes.

O assunto da disciplina do corpo discente aparece, em oito atas das quinze lavradas ao longo dos quatro anos aqui estudados. São diversas abordagens feitas por professores e pelo diretor da escola quanto à questão da disciplina do aluno, embora o que mais se deixou transparecer é a disciplina como domínio do corpo em relação de respeito ao espaço de poder constituído da escola, assim em ata de 1º de março de 1961,

O prof. Aristides, lembrando as questões de disciplina dentro do estabelecimento, solicita pronunciamento da presidência ante a atitude que os professores devem tomar quando presenciam atos como presenciaram no ano letivo anterior de alunos assoviarem nos corredores etc.²².

Essa mesma ata explicita a importância da sala de aula como espaço significativo para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e que, portanto, a presença do aluno é fundamental, logo sua ausência, sem autorização prévia do professor, é uma afronta digna de punição. Necessária, assim, a “interpelação de elementos quando ‘extraviados’, fora das salas de aulas, durante o período em que as mesmas estiverem sendo ministradas”.²³ A sala de aula, no entender dos professores, é um lugar supremo, digno de todo respeito e “que todo aluno posto fora da sala de aula seja realmente punido, pois, se ele voltar para a mesma, como já aconteceu dando risada, as conseqüências serão desastrosas”.²⁴ O humor era visto como escárnio e conseqüente afronta ao professor. No entanto, nestes dois casos, estar em sala de aula ou ausente dela é uma decisão tomada pelo professor, sendo que, qualquer atitude contrária é vista como questão de indisciplina.

A autoridade do professor estava diretamente relacionada com a questão disciplinar e, até mesmo acima da demonstração de interesse e aprendizagem dos alunos:

²² Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

²³ Idem.

²⁴ Idem.

Quando começamos a freqüentar a aula de francês, ouvimos, de longe assim, “Bon Jour”, e ouvimos depois “assiez-vous”, e ela [dona Francisca Acayaba Toledo, professora de francês] foi então..., duas aulas depois dessa que nós ouvimos, nós combinamos que quando ela falasse “Bon Jour” a gente respondia “assiez-vous” pra demonstrar que a gente sabia. Nossa Senhora! Mas, ela ficou tão brava, tão brava, que nunca mais... Nós ficamos quietas na carteira... porque não era para responder e nós não sabíamos o que queria dizer, achando que respondendo a gente iria dizer que conhecia alguma coisa de francês, mas não conhecíamos absolutamente nada. Nossa Senhora, a dona Chiquinha... (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

As reuniões da Congregação eram espaços de discussão e decisão quanto às devidas medidas a serem tomadas sobre a indisciplina discente. O primeiro assunto a ser tratado, já na primeira reunião registrada em ata, na data de 1º de março de 1961, foi a solicitação, por parte dos professores, à direção da escola, quanto ao seu posicionamento e orientação frente às questões disciplinares. A resposta do diretor foi a mais evidente possível, de que “a diretoria dará todo apoio aos professores para levarem a ela os elementos que, apanhados em flagrante, estiverem prejudicando a vida do estabelecimento”.²⁵ Os professores aproveitaram a ocasião para darem suas sugestões. Assim,

O prof. Milton pede a existência de ficha individual para anotação das ocorrências disciplinares durante a vida do aluno e a anotação de tais fatos nos documentos expedidos por ocasião das transferências. O prof. Ruy Costa lembra aos presentes de, ao porem um aluno fora da sala de aula, solicitarem acompanhamento do mesmo por um inspetor de aluno[...]. O prof. Lineu sugere que mesmo as advertências, em classe, sejam constadas em prontuários. O prof. Germano solicita que se dê apoio e a força moral aos inspetores de alunos. O prof. Milton pede que sejam aplicadas religiosamente as penalidades previstas no regimento. O prof. Aristides lembra os problemas criados com a coleta das cadernetas dos alunos, informando o prof. José Franco de Camargo das caixas vistas por êle no Instituto de Rio Claro e que são afixadas à porta das salas e onde os alunos depositam, ao entrarem as respectivas cadernetas. O sr. presidente encarrega o prof. Germano de estudar e mandar confeccionar tais modelos de caixas.²⁶

As atas das reuniões de professores e diretor da escola, não esclarecem a eficácia das medidas disciplinares tomadas pela Congregação, porém sempre apontam para a necessidade de novas medidas ou atitudes de controle disciplinar. Às vezes, tais

²⁵ Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

²⁶ Idem.

medidas têm um tom amenizado, como observado nas seguintes falas em ata de 15 de junho de 1961, onde,

Dna. Graciete, pede que sejam levados em conta o nº e a qualidade das faltas cometidas pelo aluno. Prof. Milton Frascetti sugere que um aluno seja posto fora da sala o mínimo de vezes possível e ainda que as suspensões fiquem por conta do diretor e as eliminações por conta da comissão que seria formada para cada caso com professores do aluno faltoso.²⁷

Outras vezes são observadas atitudes mais radicais, como a transferência compulsória do aluno indisciplinado. A ata de 14 de novembro de 1961 afirma que, transferências de alunos do diurno para o noturno surtiram resultados positivos. Muitas vezes o aluno era convidado a se retirar da escola, era jubilado, fazendo com que perdesse o direito à matrícula no próximo ano.

Mediante o exposto, as medidas disciplinares podem ser classificadas como “amenas”, como, por exemplo, determinar um lugar fixo para cada aluno, ou “rígidas”, estabelecendo a transferência compulsória do aluno indisciplinado. Há, entre uma e outra, medidas intermediárias como fichas de Cadastro de Comunicações e Ocorrências que deverão ser utilizadas diariamente em cada classe e em colaboração com o Serviço de Orientação Educacional; atuação e empenho dos conselheiros de classes junto às turmas consideradas “problemas”. Nesses exemplos, pode-se observar que se trata de um posicionamento intermediário, por considerar uma postura menos punitiva no trato com a indisciplina discente.

Porém, a memória atesta que

a disciplina era severa. Severa mesmo. Não se entrava depois de bater o primeiro sinal. Você tinha que estar lá, bateu o primeiro sinal, você tinha que entrar e esperar lá dentro pra bater o segundo sinal. Era muito severo... se bem que naquele tempo era tudo mais ou menos... se esperava o professor... você não podia entrar depois do professor, de jeito nenhum, se esperava o professor em pé, ele chegava até na frente, no tablado ali na mesa. Nós só sentávamos depois que ele dissesse “podem sentar”. Era muito severo. Severo de verdade. (Entrevista ex-aluna Dona Juracy Monteiro Ciccone).

O livro de atas da reunião da Congregação registra a preocupação dos professores em adquirir material de apoio didático, compreendendo desde compra de livros para a biblioteca, até o “tingimento das cortinas claras da sala do Epidiascópio

²⁷ Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

para melhoria do rendimento das projeções”.²⁸ É interessante notar que o dinheiro utilizado para a aquisição de material e serviços provinha da contribuição do corpo docente, que retirava parte de seus vencimentos para formar caixa para o Órgão de Cooperação Escolar. Essa contribuição não tem determinação na Lei 4244, e não foi encontrado documento da escola, como o Regimento Interno, que pudesse esclarecer sobre a arrecadação retirada dos vencimentos dos professores para suprir despesas da escola.

Questionada sobre suas lembranças a respeito do Órgão de Cooperação Escolar, Dona Juracy Monteiro Ciccone afirma:

Não, no meu tempo não, no meu tempo não havia esse Órgão de Cooperação Escolar. Não sei se porque eu era nova, e daí eu entrei já na metade do curso, né. Depois os que vieram, possivelmente tiveram... eu não. (Entrevista ex-aluna Dona Juracy Monteiro Ciccone).

Dona Neuza Piccino de Oliveira Pares também não possui lembranças que pudessem esclarecer detalhes sobre o que vinha ser o Órgão de Cooperação Escolar, mas afirma que:

O Órgão de Cooperação Escolar era tipo uma caixa escolar, seria isso, tenho impressão, não sei, e todo mundo eu acho que participava, não posso garantir para você o que se pretendia, acho que era para suprir as necessidades financeiras, acredito nisso, não me passou pela cabeça isso, de jeito nenhum. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

A ata de 15 de junho de 1961 demonstra o empenho dos professores na aquisição de um piano para a escola. Na ocasião, foi entregue, sob palmas, para a professora Regina Maure Masiero da Silva um cheque no valor de Cr\$ 10.000,00. Em decorrência dessa mesma reunião, foi aprovada a sugestão de dona Graciete, de que a arrecadação, do Órgão de Cooperação Escolar do corrente ano fosse destinada à campanha do piano. Empenharam-se ainda na aquisição de um rádio-vitrola, de máquina de costura, mimeógrafo, amplificadores, aquisição de giz de melhor qualidade e em cores e livros para a biblioteca.

Os docentes, ao se empenharem para a aquisição de materiais didático-pedagógicos e de livros para a biblioteca, deixam transparecer, se não um amplo

²⁸ Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

projeto pedagógico ao menos uma melhor sistematização de seu ensino. Assim, buscavam equipamentos dos mais simples e básicos como o giz, embora se exigisse de boa qualidade, até algo sofisticado, para a época, como o epidiascópio, aparelho de projeção de imagens, ou ainda o piano, instrumento musical imponente e caro, demonstrando certa sofisticação da escola.

Outro assunto relevante nas atas de reuniões da Congregação refere-se aos exames e provas. As datas dos exames e provas eram sempre decididas nas reuniões, assim como teria sorteio prévio do ponto, sempre sugerindo que se guardassem os devidos cuidados quanto ao sigilo de seu conteúdo; às vezes era decidido no lugar do sorteio, que o professor deveria propor uma lista de assuntos do programa para arguição. O tempo de exame, o horário e a entrega das notas, seu valor e maneira de atribuí-las também eram decisões tomadas em reunião. As sabatinas com data marcada nem sempre eram consenso entre os professores, motivo pelo qual decidiam que ficaria a critério de cada professor marcar ou não marcar a sabatina. As atas esclarecem sobre os resultados das notas das provas e a preocupação com a queda nos rendimentos dos alunos e propõe soluções.

As atas das reuniões da Congregação, como já afirmado, discorrem sobre diversos assuntos. Os mais sistematizados foram analisados anteriormente, agora serão tratados os temas mais esparsos ou, por uma questão analítica, reiterado os já citados, assim, a primeira ata registrada em 1º de março de 1961, inicia afirmando que

reuniram-se os professores integrantes da Congregação do Instituto de Educação “Caetano Lourenço de Camargo”, segundo convocação prévia, sob a presidência do Sr. Diretor do estabelecimento para deliberarem sobre fatos que o mesmo passa a expor.²⁹

Na ocasião, o problema enfrentado pelo estabelecimento, dizia respeito, especificamente, ao acúmulo de atribuições desenvolvidas pelo funcionário da portaria. O encarregado desse serviço conciliava o atendimento da cantina e dirigia a banda, o que de certa forma contribuiu para expressar o desabafo do professor José Franco de Camargo que “de fato não há portaria”. Estando em pauta essa discussão, o professor

²⁹ Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

Aristides Souza Ferraz sugere a nomeação de comissões para estudar o assunto. E, foram manifestas ainda as seguintes idéias:

O prof. Milton Frascetti pede prazo estipulado e certo para que essas comissões funcionem realmente. O prof. Camargo sugere uma comissão só para traçar normas que regulamentem as atividades da Banda Marcial. O sr. Presidente concorda. São indicados pela plenária os seguintes professores constituintes de tal comissão: Ant^o Pimentel, José F. de Camargo e D. Ruy F. Costa. O prazo para apresentação dos trabalhos é de 10 dias. Quanto à cantina escolar o Prof. Milton Frascetti indagou se há regulamentação oficial sobre o materia especificando sobre preços, condições de higiene etc. O sr. presidente, após resposta, pede a constituição de comissão com prazo de 10 dias para indicar as medidas saneadoras das falhas. São escolhidos os professores Ant^oT. M. Peixotto, Agnez Person, Aristides T. Ferraz.³⁰

O Órgão de Cooperação Escolar, cujo objetivo era angariar fundos para diversas despesas da escola através de cota individual descontada no dia do pagamento dos professores. Especificamente nessa reunião de 1^o de março de 1961,

O prof. Milton contesta e aponta como problema principal, já que a situação financeira do órgão é boa, a regulamentação da aplicação dos fundos angariados pelo órgão. O sr. presidente lembra que isso pode ser resolvido pela nova diretoria a ser eleita e pede uma comissão para, no prazo de 10 dias, deliberar sobre essa eleição. São indicados os professores Milton Frascetti, João Lineu de A. Prado e Germano Fachini.³¹

Nos registros da reunião acima citada, há ainda informações trazidas pelo professor Milton Frascetti, que lembra o não funcionamento do Grêmio. O professor Aristides sugere, e os demais colegas aceitam que se espere dos alunos a iniciativa da reativar as atividades do grêmio. Para tanto, são escalados os professores Germano, Aristides e Milton para tomarem providências caso os alunos demonstrem interesse em recuperar os trabalhos junto ao grêmio.

A segunda reunião da Congregação realizada em 1961, mais especificamente no dia 4 de abril, sob a presidência do diretor Luiz Walter Schlaich, tendo este agradecido o trabalho das comissões nomeadas na última reunião por terem sanado as irregularidades existentes. A reunião foi espaço aberto para tratar de assuntos polêmicos como o problema criado com o professor substituto de física e o apelo dos alunos

³⁰ Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

³¹ Idem.

que pediam seu retorno a cadeira e conseqüente exoneração da direção. Por unanimidade ficou estabelecido que o Prof. Luiz W. Schalaich continuasse na direção. Ficou esclarecido ainda que a inspetoria leccional (S. Carlos) tinha tomado providências e que dentro de pouco viria um professor licenciado.³²

O diretor da escola, na ata de 14 de novembro de 1961, expõe a necessidade da presença dos professores nas festas e comemorações, principalmente as de formatura. O professor Aristídes reitera o diretor afirmando que o docente ao “prestigiar o Estabelecimento com sua presença, se prestigia a si próprio”.³³ Nessa reunião foi pedida a indicação de um nome para o cargo de diretor para o próximo ano letivo. O presidente da reunião salientou a vantagem de

haver mesmo um rodízio entre os professores porquanto a direção se revela como ótima escola para os mestres pois sentirão, assim, os problemas de uma escola. Foi, no entanto, escolhido o Sr. Presidente, unanimemente para prosseguir na sua gestão.

As atas das reuniões explicitam ações como a nomeação de comissões para cuidar dos inúmeros assuntos, dando-lhes autonomia e competência para estudar e decidir sobre os casos que surgiam. Isso é um ponto significativo para poder entender que eram diversos os agentes que tinham uma ação prática sobre o direcionamento da escola, ou seja, que as mais diversas decisões não eram exclusividades da direção.

Aberta a reunião, colocados os assuntos em pauta, os mais variados temas estavam sujeito às críticas, de quaisquer naturezas, de quem se fizesse presente. O diretor demonstra ter controle de todo o processo administrativo e pedagógico da escola, mesmo que algumas iniciativas não partam de sua pessoa, ainda assim, concorda e busca sanar os problemas que porventura algum professor venha apontar. Nas reuniões, sempre que houvesse críticas, sugestões, incentivos ou contestações aos trabalhos desenvolvidos pela escola, era possível fazer um aparte, tendo o professor direito à voz, de forma que era estabelecido um diálogo entre os pares, demonstrando liberdade de opinião, como indicam as atas.

A direção, ao abrir espaço para o diálogo e, na medida em que agradece os trabalhos das comissões, demonstra incentivo ao trabalho do professor. Ao permitir

³² Fonte: Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

³³ Idem.

assuntos polêmicos e dar abertura para novas eleições para a direção da escola, demonstra maturidade administrativa para enfrentamento dos problemas. Ao sugerir, por exemplo, a necessidade da presença dos professores nas festas e comemorações, principalmente as de formatura, esclarece e não impõe responsabilidades, criando consciência de como o professor deve desenvolver seu trabalho. As inúmeras comissões montadas para decidir, deliberar, optar, ouvir os mais diversos assuntos, assim como as decisões unânimes tomadas pela Congregação, e os professores ao serem consultados sobre a execução ou não de determinado trabalho, expõem uma forma aberta e coletiva de distribuir trabalhos, expressa diálogo e não imposição de idéias.

As falas de dona Neuza e de dona Juracy ratificam a constante presença do diretor na escola, embora não seja o mesmo, pois elas falam do primeiro diretor da escola e a ata traz o diretor do ano de 1961.

Quanto ao diretor da escola, não me recordo se era o senhor Noé Camargo... [...] estou vendo aquela “figurinha dele”, ele era presente na escola, era bem firme, logo cedo ele estava lá. A gente entrava e já via o senhor Noé. Eu me lembro dele, não era muito alto, cabelos brancos: Noé Camargo. Era uma pessoa bem atuante. (Entrevista ex-aluna Dona Neuza Piccino de Oliveira Pares).

O diretor estava sempre presente na escola. Eu não me lembro o sobrenome dele, eu só me lembro que ele chamava seu Noé. Ele era um diretor presente sim, um diretor enérgico, ele veio de fora, não era jauense, ele ficou, esses dois anos [1946 e 1947], acho que esses dois anos sim, ele ficou em Jaú. Depois já tivemos um diretor jauense, que é o doutor Osvaldo de Toledo Barros. (Dona Juracy Monteiro Ciccone).

Diante dessa explanação sobre os temas gerais registrados nas atas das reuniões da Congregação – tais como organização de serviço de funcionários; organização do funcionamento da cantina, da portaria; arrecadação e controle do dinheiro do Órgão de Cooperação Escolar; eleição para o cargo de diretor; funcionamento do grêmio; sugestão de participação das festividades escolares; reunião de pais e mestres; dentre outros – podemos identificar certas características bem marcantes desse período da história do Ginásio Estadual de Jaú. Trata-se, sobretudo, de aspectos significativos à forma e constituição da escola, ou seja, uma estrutura administrativa e pedagógica organizada na lei e empenhada pelo corpo docente e

diretor, como atestam as lembranças de dona Neuza e dona Juracy, sendo isso verificável no controle disciplinar aguerrido, na preocupação em adquirir material de ensino adequado para cada matéria e livros tanto didáticos como de leitura para a biblioteca, no vasto currículo enfrentado por professores e alunos e no fechado sistema de avaliação previamente estabelecido com calendário de provas escritas e orais. E, assim, é possível reter certas características inerentes ao Ginásio Estadual de Jaú, cujas peculiaridades somadas ao todo organizativo constituiu-se nessa instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal aponta as marcas que a escola deixou nas vidas de seus ex-alunos e lembranças jamais esquecidas. Assim, “o Instituto de Educação foi, para nós, uma escola de ensinamento e uma escola de civismo e cidadania. Saí do Instituto em 1956, tendo feito lá o curso colegial. Mas jamais o esqueci. No Instituto aprendemos para toda a vida”.³⁴

No meu entendimento, daquele tempo, era uma escola de boa qualidade. Mas, ela preparava, exatamente, para você ter um prosseguimento nos estudos. Porque normalmente só ia prosseguir os estudos quem tinha base. Porque as faculdades também eram muito difícil de entrar, né. Então, era a base que eles preparavam, e hoje a escola particular faz isso. Era um bom preparo. Eles preparavam de verdade. Tanto que naquele tempo o aluno que fazia o ginásio do Estado, quando ia para um curso normal, ou ia para um colegial, clássico, científico, vindos com a base do ginásio do Estado, era bom... não existia nem cursinho. Não havia necessidade de cursinho. [...] Então, havia boa formação cultural, né. Porque a escola não é só informar, a escola também é formar, e isso eles faziam, e isso o ginásio do Estado teve, uma escola de um nível muito bom, nível alto mesmo. Eu tive oportunidade de ver outras escolas, que não eram tão boas quanto foi o ginásio do Estado. O ginásio do Estado foi um marco pra população. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Ao chegar nesse ponto do trabalho é possível fazer duas distinções fundamentais: a riqueza da história do Ginásio Estadual de Jaú não se limita nesse estudo, há muito por pesquisar e dizer sobre essa instituição. Só para se ter uma idéia, do total dos 62 anos de história da escola foram contemplados apenas 15, portanto, restam ainda, intactos 47 anos. Sem contar que, dos 15 anos estudados, foi observado

³⁴ Fonte: Jornal Cidade, nº 70 de 15 de julho de 2005.

sua constituição, formação, criação, sua estrutura física, sua composição social, o contexto em que estava inserida, sua organização pedagógica ao que se refere às determinações da lei como currículo e avaliação. Tudo isso foi analisado tendo como foco a qualidade da educação. Quanto à qualidade, por se tratar de um conceito genérico, buscou-se alguns parâmetros para sua inteligibilidade e, para esse propósito trabalhou-se com o entendimento do termo segundo ao que foi estabelecido pela legislação do ensino secundário e segundo os parâmetros de qualidade determinados pelo jornal *O Estado de São Paulo*, para, somente, então, compreender o que ficou de qualidade na memória da comunidade do Ginásio Estadual de Jaú.

A segunda distinção diz respeito ao que foi possível fazer. Foi possível, a partir da história oral, tentar reconstruir o passado o mais próximo possível da realidade trazendo a partir das reminiscências das ex-alunas a realidade complexa e multifacetada do cotidiano escolar do Ginásio Estadual de Jaú. O parâmetro, das lembranças das colaboradoras, passa pelo viés do presente e, ao fazer essa comparação temporal avaliam sua experiência levando em consideração as diferenças entre as gerações, tendo em vista não os anos do calendário, mas o interesse em suas próprias vidas, e é isso que enriquece seus testemunhos.

Conheço bem a educação. Conheço e faço um parâmetro entre o antigo e o agora. O passado e agora, o presente: é uma grande diferença, tem uma grande diferença, olha... hoje, não sei se eu ficaria em uma direção de escola. Hoje, como eu vejo por aí, que minha filha é vice-diretora, pelo amor de Deus, eu não trabalharia assim, porque a minha linha era dura (risos). Do jeito que está hoje não, de jeito nenhum. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Não sei se vai servir minha colaboração, né. Mas, é a opinião da gente, porque naquele tempo também a gente era criança, e as crianças tem uma outra observação de adulto. Então, eu posso dizer como eu via em criança e como eu vejo... eu comecei a escrever um tempo atrás um livro de memórias, mas depois eu parei, eu enjoei, parei, só rascunhei uma metade, depois eu larguei. Porque a observação da gente em criança é outra, completamente diferente daquela que eu faço agora. É bem diferente. Mas, hoje tem mais, eu quero dizer, hoje o aluno tem mais tudo do que a gente teve antigamente. Eles têm coordenadora, eles tem uma assistente, orientadora. Hoje não tem mais a função de orientadora educacional, mas depois do meu ginásio teve, o Caetano Lourenço teve orientadora educacional. O que eu acho muito importante. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

A memória não isenta os deslizes da história, portanto, é preciso compreender

que o “enquadramento da memória” é criação do historiador e não ato deliberado do colaborador. Isso é dimensionado no fato de aparecer, muitas vezes, nas entrelinhas do depoimento, uma avaliação crítica da escola daquele tempo, como por exemplo:

Sobre os recursos materiais e didáticos que havia na escola retro projetor não tinha não. No começo não tinha porque não existia o retro projetor. Tinha um pequeno laboratório, livros didáticos. Aparelhos no início do ginásio, não. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Quando nós iniciamos só havia sala de aula, secretaria e diretoria funcionando no antigo prédio que era da Companhia Paulista de Força e Luz... eram as salas... e atualmente, há pouco tempo, não sei se ainda funciona a Rádio Piratininga. Eram só as salas, que não eram muito grandes, a da terceira série é que era a maior, as outras eram menores, e começamos sem nada, só carteiras, mesa do professor... nada... a biblioteca... recursos... nenhum. Em 47 também funcionou desse mesmo jeito, sem recursos nenhum. Dois anos ela funcionou nesse prédio. A educação física a gente fazia em frente, que era uma quadra de esporte, hoje a quadra Dr. Neves, que era da prefeitura. Então, a educação física a gente fazia ali, mas não era ginásio, não era nada, era uma quadra, sem cobertura..., nada, era uma quadra pobre (risos) muito antiga e pobre que pertenceu, inicialmente, à Força e Luz, chamava-se Inforluz, depois passou à prefeitura e chamou-se quadra Dr. Neves. Então, ali a gente fazia a educação física. Mas, recurso nenhum. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Quando nós começamos os estudos no ginásio, não havia inspetor de alunos não, eram serventes, depois na secretaria, acho que dois escriturários, um secretário e diretor. O relacionamento era muito bom, era muito bom. A gente estranhou um pouco, porque tinha vindo de uma escola particular. A escola particular, já desde essa época, tratava socialmente melhor o aluno. É interesse deles, né. Agora, já na escola do Estado, você tem que cumprir as determinações deles, como eles querem como eles exigem. Então, eles eram muito mais severos que na escola particular. Eu me adaptei bem, porque sou de me adaptar bem em qualquer lugar, mas houve um choque. Inclusive, por exemplo, às vezes a gente queria saber... alguma nota, íamos na secretaria e... olha os professores entregaram as provas?... aí a gente já tinha uma resposta: vocês esperem o professor. Na escola particular não é assim, eles procuram atender o aluno. É assim, eles eram muito mais severos, e eles separavam muito bem alunos, funcionários e professores, e o diretor no pedestal, e o diretor no pedestal. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

A comunidade, a cidade não participava dos eventos da escola, pelo menos, no meu tempo não. Poucos eventos se tinha sim... todas as comemorações cívicas eram muito bem organizadas, muito bem preparadas... e aí participavam os pais, mas eventos mesmo não, só essas comemorações cívicas. (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Mas, para os propósitos sociais daquele momento histórico, cujos objetivos

educacionais contribuíram para a formação, se não mais de uma “elite condutora”, ao menos de uma classe média que precisava estar preparada para os novos desafios sócio-econômicos, leia-se, para o processo de industrialização e urbanização, o Ginásio Estadual de Jaú foi uma escola que tinha uma educação de qualidade, e isso está presente nas reminiscências das depoentes, cuja memória não é apenas individual, mas também coletiva.

O Ginásio Estadual de Jaú era de excelente qualidade, eu acho que... a parte administrativa era excelente, a parte discente também era boa, isso a gente tem que falar também, né? A parte docente, os professores eram assim de alto gabarito. Inclusive naquela época, o professor era muito considerado. A gente... na sociedade o professor era “o professor”, depois que deu uma alteração (risos) pra menos, realmente, você vê, o professor ele era assim, não sei, até falando em termos de remuneração, houve época em que o professor ganhava o mesmo que um juiz de direito. E agora? Eu pergunto, está uma lástima, né? Eu não sei como é que vão... como é que as coisas vão ser resolvidas, porque está uma lástima... nossa, uma coisa horrível... horrível mesmo. Antes, era a escola, que deixou saudades daquela época, agora... eu falei pra você essa massificação... então... e o negócio vai... se não melhorar o início da educação, você não vai ter bons professores, porque vai ser tudo assim aos trancos e barrancos. Eu sinto isso conversando com o pessoal. Então a gente vai ver, né... (risos) Eu me lembro tão bem na época em que o governador..., tinha um governador que falava assim, não é que o professor ganha pouco... as professoras ganham pouco, é que as professoras são mal casadas (risos). Uma lástima né, que chegou a educação... “Eu não dou nenhum níquel de tostão”, isso a gente lembra muito né, mas... fazer o quê. (Entrevista ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares).

Eu fiz o normal no Instituto mesmo, eu fiz o curso normal, o pré-normal, chamava-se pré-normal, não era como hoje, né, magistério nada, era o pré-normal, e depois era o primeiro e o segundo. Para o pré-normal também tinha exame classificatório pra você entrar. Não era sair do ginásio e entrar no normal do Caetano, antigamente chamava Caetano, da escola normal. Havia uma prova de seleção. Quero dizer, o aluno era mais avaliado, o aluno tinha que estar mais preparado. O que hoje não tem, hoje é... o ensino fundamental até a oitava série é obrigatório né, porque antes obrigatório só era até a quarta série, era o grupo escolar, depois só ia estudar realmente quem queria continuar, hoje não, até a oitava série é obrigatório. E talvez é até obrigatório agora o ensino médio, porque eu vi um concurso, vi um edital de concurso de motorista, em São Paulo isso,... acho que foi em São Bernardo, para os requisitos: ensino médio completo. Logo pra ser lixeiro vai precisar também ter ensino médio. E aí, o que acontece, eles vão pra escola, exatamente para obter um diploma, eles não vão pra adquirir o conhecimento, pra ter uma continuidade de estudos. Não é isso. É isso que eu... eu sou contra isso... porque o país não tem mais analfabetos... Mas, também não tem grandes personalidades, não. Tem semi-analfabetos, não tem mais analfabetos, tem semi (risos). Eu não sei se eu tenho um ponto de vista diferente... eu acho que ninguém se obriga ninguém. Se a criança, o jovem da classe média baixa, ele precisa trabalhar, ele tem que trabalhar e estuda a noite

e trabalha. Agora não pode mais, só pode trabalhar depois dos 16 anos, e até os 16, fica aonde, na rua? É por isso que tem essa marginalidade. Porque antigamente uma criança de 10, 12 anos, ele ia pra escola, e ele valorizava mais a escola, porque ele trabalhava e depois ele ia para a escola, agora não, ele tem que ir pra escola só, e muitas vezes não vai e fica na rua. Por isso essa evasão que tem e essa baixa frequência que as escolas têm dos alunos, antigamente não tinha não. Antigamente o aluno saía de casa pela vontade dele, ele queria estudar, hoje ele estuda porque ele é obrigado... ele estuda não, ele frequenta a escola, porque ele é obrigado. Eu tenho um ponto de vista diferente (risos). (Entrevista ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone).

Em se tratando ainda da segunda distinção, foi possível, além da memória, compreender o Ginásio Estadual de Jaú como uma instituição, a partir das leis vigentes do ensino e da documentação da escola. Foi utilizando essas fontes e interpretando-as com o olhar voltado para a história das instituições escolares que se procurou responder em que medida essa escola deixou marcas significativas para a cidade de Jaú.

Entende-se, pois, que o Ginásio Estadual de Jaú representou uma escola de qualidade, de um lado, na medida em que teve uma estrutura física e pedagógica voltada para atender a legislação vigente, de outro lado na medida em que as relações pessoais, ligadas às questões da disciplina do corpo docente baseada no respeito à autoridade do professor e do diretor da escola, o respeito aos funcionários da escola como uma “questão de berço” era parte, também, dos ideais sociais de uma escola de qualidade, haja vista a mentalidade da época de formação do “novo homem” que perpassa um comportamento civilizado, leia-se, disciplinado nas relações pessoais.

O objetivo de estudar uma instituição escolar pública, no interior do estado de São Paulo, que, no decorrer da pesquisa, delimitou-se em analisar a trajetória percorrida pelo Ginásio Estadual de Jaú, num período histórico significativo da educação brasileira, conhecido pela expansão do ensino, ou democratização da educação, refazendo o caminho percorrido pela escola para perceber que ela fez diferença para o município de Jaú transformando o cotidiano da cidade na medida em que os jovens não precisavam se ausentar para continuar seus estudos, embora, para isso, houvesse a alternativa das escolas particulares, movimentava a cidade através da participação da comunidade em suas festas e atraindo estudantes das cidades vizinhas.

O grande destaque da escola está relacionado à formação profissional dos seus alunos, marcado por um perfil intelectual nas inúmeras áreas econômicas. Portanto, a escola foi aos poucos constituindo uma ambiência que legitimou o discurso da qualidade, que foi incorporado e habilmente propagado por sua comunidade. Entende-se, assim, que a gênese desse costume está no fato de ideais sociais, de formar esse trabalhador brasileiro qualificado, estarem fortemente vinculados aos ditames da legislação, que mantinha um “controle de qualidade” expresso no rígido sistema de avaliação; embora, esses ideais não contemplassem toda a sociedade, pois, como visto, estava presente na escola, sobretudo, a classe média.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Gilberto Luiz. 2001. "Nacional e regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses". *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados/São Paulo, SBHE.

BEISIEGEL, Celso de Rui. 2003. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. FAUSTO, Boris (org.). Tomo III, O Brasil Republicano, vol.4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BONTEMPI JR., Bruno. 2006. Em defesa de "legítimos interesses": o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de S. Paulo (1946-1957). In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Editora Autores Associados.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. 2005. *O ensino secundário brasileiro nos anos de 1950 e a questão da qualidade de ensino*. PUCSP – Dissertação de mestrado.

CARVALHO, Marta M.C.1989. *A escola e a república*. São Paulo. Editora Brasiliense.

CHAGAS, Valnir.1980. *O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva Editora.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. 1999. Para uma sociologia histórica dos testemunhos: considerações preliminares. In: *História: fronteiras*. Anpuh, vol.II. Florianópolis/SC.

FONSECA, Sílvia Asam da. 2004. *Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961)*. PUCSP - Dissertação de mestrado.

GOMES, Angela de Castro. 2003. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In: MAGALDI, A.M. et alii (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista-SP: EDUSF.

JULIA, Dominique. 2001. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº1. São Paulo: Autores Associados.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. 1996. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 5ª edição.

- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. 2004. Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização. In: *Fontes, história e historiografia da educação*. LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados.
- NADAI, Elza. 1991. *A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo 1930-1970)*. Tese de Livre Docência.
- NEVES, Lucilia de Almeida. 1999. Memória e História: substratos da identidade. In: *História: fronteiras*. Anpuh, vol.II. Florianópolis/SC.
- ORTIZ, Renato. 2001. *A moderna tradição brasileira*. Brasiliense. São Paulo.
- PAYER, Maria Onice. 2005. Discurso, memória e oralidade. In: *Horizontes*, v.23, n.1, p 47-56, jan/jun. Site: <http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/revistas/horizontes/Horizontes-2005-1/horizontes-6.pdf>. Acesso em 16/06/2006.
- POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p.200-212. site: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> Acesso em 16/06/2006.
- PORTO, Walter Costa (s/d). *A Constituição de 1937 – Programa Nacional de Desburocratização – Fundação Projeto Rondon*. Minter.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. 2004. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX 189-1954*. Paz e Terra. São Paulo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1999. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria B. & COSTA, Vanda Maria R. 2000. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra.
- SPOSITO, Marília Pontes. 1984. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo. Edições Loyola.
- TANURI, Leonor Maria. 2000. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação*. Maio-agosto, nº014. Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil. Pp.61-88. Site:

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501405.pdf>. Acesso em 02/08/2007.

THOMPSON, E.P. 1998. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

THOMPSON, Paul. 1992. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

WALLER, W. 1961. *The sociology of teaching*. N.York: Russel & Russel.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. 2004a. História das instituições escolares: de que se fala? In: *Fontes, história e historiografia da educação*. LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. 2004b. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. *Cadernos de História da Educação*, nº3. Uberlândia: EDUFU.

ZAGO, Denis. 2008. *Nacionalismo e nacionalização no Brasil*. Site: <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Denise%20Zago.pdf>. Acesso em 14/01/2008.

FONTES

Comércio do Jahu, Suplemento Especial de 30/07/2006.

Comércio do Jahu, Suplemento Especial de 15/08/1999.

Comércio do Jahu, Suplemento Especial de 15/08/1997.

Comércio do Jahu, Suplemento Especial de 25/12/1996.

Comércio do Jahu, Suplemento Especial de 15/08/1995.

Jornal da Cidade de 12 de maio de 1996.

Livro do Histórico do Estabelecimento Escolar.

Livro de Inventário da Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo.

Livro de Matrícula (1946).

Ata dos Resultados Finais (Notas).

Livro de Atas de Reunião da Congregação (1961-1965).

Recenseamento Geral do Brasil. 1º de setembro de 1940. Série Nacional. Volume II. População e Habitação. Quadros de totais para o conjunto da União e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federais. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

Recenseamento Geral do Brasil. 1º de setembro de 1940. Série Regional. Parte XVII – São Paulo. Tomo 1. População. Quadros sinóticos por município, quadro de distribuição segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

Recenseamento Geral do Brasil. 1º de setembro de 1940. Série Regional. Parte XVII – São Paulo. Tomo 2. População e Habitação. Quadros de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os municípios. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946) – site:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 02/09/2007.

Lei Orgânica do Ensino Secundário – site:
<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em 05/09/2007.

APÊNDICE 1

QUESTÕES PARA ENTREVISTA

1. Saudar a pessoa! Em primeiro lugar, gostaria de agradecer-lhe por ter me recebido. Como já foi informada, gostaria de conversar um pouco sobre os tempos em que foi estudante do Ginásio Estadual de Jaú. Quais suas as principais lembranças desse período? Em que ano ingressou na escola e em que série? Existia uma prova? Que prova era essa? Era difícil? Tinha medo de fazer?
2. Gostaria que descrevesse um pouco a escola. Onde funcionava? Como era o prédio e suas dependências (se tinha biblioteca, laboratório, quadras esportivas), os mobiliários (carteiras, cadeiras, mesas, estantes), os recursos didáticos (retro projetor, gravador)?
3. Fale um pouco sobre o diretor da escola. Quem era? O que se lembra dele, sua formação, sua postura com os alunos, com os professores e funcionários. Como desempenhava seu trabalho? Estava sempre presente na escola?
4. Fale sobre os funcionários da escola. Eram inspetores de alunos, secretários, cantineiros, porteiros? E, como era o relacionamento deles com os alunos?
5. Fale sobre os professores. Qual a formação dos seus professores (onde estudaram, onde se formaram)? Como era o relacionamento pessoal com os alunos? Qual o professor de sua preferência? Qual professor lhe traz as melhores lembranças?
6. Fale sobre os seus colegas. Quais as condições sociais de seus colegas? Eram de famílias pobres ou mais ricas? As famílias eram de Jaú ou vinham de fora? Se de fora, de onde vinham? Qual era a expectativa que se tinham do ginásio? Era de fazer faculdade depois de concluir o ginásio? Era de arrumar emprego?
7. Qual a atividade escolar que mais gostava? Como era a rotina de estudos? Tinha lição de casa? Dava trabalho? Como se organizava para fazer a lição? Os pais ajudavam na lição de casa? Tinha livros em casa? Gostava de ler?

8. Conte-me sobre os eventos culturais e recreativos desenvolvidos na escola, como as festividades, concursos e campeonatos esportivos. Qual o envolvimento das pessoas da escola e da cidade nesses eventos?
9. Quais matérias eram estudadas? Que matéria você mais gostava? Tem lembrança de algum livro didático que tenha estudado? Seus professores eram efetivos (titular de cargo)? Como eram suas aulas (usavam recursos didáticos, livro didático, jornais, revistas, levavam os alunos na biblioteca, faziam excursões)?
10. Conte-me sobre as avaliações. As provas eram difíceis, cansativas, ou não? Media o conhecimento adquirido nos estudos? Havia muitos alunos que ficavam de 2ª época, ou reprovava? Havia muito abandono do curso? Você tem lembrança se paravam de estudar ou se mudavam de escola?
11. O Instituto Caetano Lourenço de Camargo foi uma escola aberta para oferecer o curso ginásial para a população, ou seja, para todos os jovens do município de Jaú e região. Você sabe da existência de uma escola específica para estrangeiros, como para italianos e/ou japoneses?
12. Tenho conhecimento de que a escola possuía o *Órgão de Cooperação Escolar*. O que seria esse Órgão? Era um projeto da escola? Como surgiu? Quem participava?
13. Tenho informação de que o Ginásio Estadual de Jaú, ao longo de doze anos transformou-se em Instituto de Educação com diversos cursos como o colegial clássico e científico, curso normal, curso de aperfeiçoamento e especialização pré-primária, curso de administradores escolares, primário e educação infantil. O que isso representou para a cidade de Jaú?
14. Em sua opinião, o Ginásio Estadual de Jaú era uma escola de boa qualidade? Quais os pontos altos dessa qualidade?
15. Eu gostaria de agradecer por ter me recebido e pelas informações que a senhora me deu. Muito obrigada.

APÊNDICE 2

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS:

Colaboradora: ex-aluna Neuza Piccino de Oliveira Pares

Data: 12/12/2007

Local: Jaú/SP

... Praticamente há 60 anos que eu ingressei no ginásio, que foi fundado em 46. Eu não tenho certeza, mas me parece que não foi logo no início de 46 que ele foi fundado e eu comecei em 47. Eu me lembro bem do... a gente fazia o exame de admissão, e era um exame muito difícil, sabe? Tanto que quando nós fizemos na primeira época, sobraram vagas e foi feito então, uma segunda época. Era um exame assim, vamos dizer, bem rigoroso... havia professoras que davam aulas pra gente preparando o ano todinho pra esse exame de admissão. É uma espécie de vestibulinho, não sei se a gente poderia dizer assim. Mas, na época chamava-se exame de admissão.

Eu ingressei em 47 na primeira série. Então, eu fiz 47, 48, 49 e 50, era o antigo ginásial. Mas eu não sei precisar exatamente porque ele começou... era na esquina da Marechal Bitencourt com a Amaral Gurgel, um prédio alugado de onde saímos, mas eu não me lembro exatamente se eu fiz as quatro séries lá, mas eu tenho a impressão que não, porque depois ele passou a funcionar aqui perto do parquinho, onde hoje é o Domingos de Magalhães. Mas, eu não me lembro exatamente a data em que ele começou a funcionar, então...

Eu tentei lembrar de vários colegas, eu lembrei de alguns porque era uma turma pequena... mas, sempre há aqueles que são mais chegados mas, ninguém está aqui... tem em Curitiba, tem em São Paulo, tem em Bauru, há pouco tempo veio um aqui que está morando em Indaiatuba. Mas, é muito tempo para a gente precisar. Ainda ontem eu estava conversando com minha filha que mora em São Paulo, a Flávia e, ela disse-me: Mã, mas eu não me lembro de meus colegas. Eu lembro dos professores, mas...

Quanto aos meus colegas, havia os que eram daqui e havia alguns que vinham de fora. Lembro por exemplo que vinham de Itapuí. Não eram de classe rica, era, vamos dizer, uma classe média, certo. Porque... já existia em Jaú o Colégio dos Padres e o Colégio das Irmãs, São Norberto e São José. Mas, o Colégio do Estado, naquela época era excelente. Então, os menos favorecidos não tinham muita chance. E não havia, eu acho assim, uma preocupação dos pais de colocar os filhos na escola. Porque dizem que houve a democratização do ensino, eu vou ser franca com você, eu acho que não houve a democratização, pra mim houve a massificação. Porque eu vejo, quando eu comecei a lecionar, era uma coisa, e depois o negócio mudou completamente. Então, eu acho que... E a qualidade, né, a qualidade do ensino ficou uma coisa bem lastimável, né? A gente percebe isso aí. Tanto que depois que me aposentei eu pensei em voltar a lecionar, mas vi que o negócio não era mais para mim não.

Quanto aos professores eu acredito que todos me trazem uma boa lembrança. Eu tenho boas recordações de todos. A maioria deles era formada pela USP, certo. Eu me lembro bem deles. Tinha o Dr. Renato Stempniewski era professor de geografia, mas eu não me recordo se ele faleceu ou se é vivo. A dona Cibele Maitino tem irmão aqui, era professora de matemática, excelente professora de matemática. Nós tínhamos Latim: Sílvia Saraiva. A Sílvia Saraiva era formada no *Sedes Sapientiae*, em São Paulo, não sei se você conheceu, ficava em uma travessa da Rua Consolação. A gente tinha excelentes, excelentes professores, realmente... muito bons! Muito bons mesmo! Nós tínhamos, agora nem sei se existe, Trabalhos Manuais. Existe? (risos) Existia trabalhos manuais, existia desenho, várias disciplinas. Nós tínhamos francês. Inglês era segunda série que começava. Mas, a gente tinha francês. A dona Francisca Acayaba Toledo, dona Chiquinha, que a gente falava. Até tem um episódio muito interessante, que eu comentei e lembrei com a Jura. Quando começamos a freqüentar a aula de francês, ouvimos, de longe assim, “Bon Jour”, e ouvimos depois “assiez-vous”, e ela foi então..., duas aulas depois dessa que nós ouvimos, nós combinamos que quando ela falasse “Bon Jour” a gente respondia “assiez-vous” pra demonstrar que a gente sabia. Nossa Senhora! Mas, ela ficou tão brava, tão brava, que nunca mais... Nós ficamos quietas na

carteira... porque não era para responder e nós não sabíamos o que queria dizer, achando que respondendo a gente iria dizer que conhecia alguma coisa de francês, mas não conhecíamos absolutamente nada. Nossa Senhora, a dona Chiquinha... Depois de uns anos eu fui encontrá-la em Jaboticabal. Oh professora, professora nossa de francês. E o professor de História era irmão dela, Argemiro Acayaba de Toledo, lembro-me bem dele também. Então, as coisas, às vezes, vêm a mente e a gente vai lembrando, vai recordando, né? Tinha muita festinha nas casas, sempre nas casas, a gente estudava ou na minha casa ou na casa da Leda, ou na casa da Dulcinha. Então, a gente se reunia em grupo para estudar, mas era muito gostoso.

A gente tinha que estudar bastante. Nossa Senhora, a gente tinha que estudar bastante mesmo. Por exemplo, Latim, eu me lembro agora, tinha todas aquelas declinações. Havia, por exemplo “As Rainhas Regem um Rei”, então a gente fazia tradução e tinha que fazer versão também. Do Latim tinha que passar para o Português, e as vezes tinha que passar do Português para o Latim. Então, não se brincava, não. Por isso eu acho que funcionava e as turmas eram pequenas. Não eram turmas grandes como hoje, não. Não sei exatamente para falar pra você se nós éramos 25, mas não eram turmas grandes. Sempre tinha aquele que não gostava muito de estudar, como tem em toda turma, mas geralmente o pessoal que freqüentava era dedicado. Na época tinha uma classe de cada série, hoje em dia são várias... várias turmas, né?

Havia sim um interesse em continuar os estudos, todos tinham interesse em continuar, havia aqueles que pretendiam ir para o normal, havia aqueles que pretendiam ir para o curso científico. Na época era o científico e o clássico. Quem queria fazer exatas e biológicas ia para o científico, quem queria fazer humanas ia pro clássico. Era assim, né. O pessoal estudava bastante porque tinha interesse em continuar estudando, né, e ingressar numa escola boa, pois a faculdade era objetivo da turma, de todo mundo. Tanto que dos meus colegas, que eu me lembro, tem dentista, engenheiro, médico, todos formados. Era uma turma pequena, mas muito boa sim.

Quanto ao diretor da escola, não me recordo se era o senhor Noé Camargo... (intervenção: “acredito que sim”) estou vendo aquela “figurinha dele”, ele era presente na escola, era bem firme, logo cedo ele estava lá. A gente entrava e já via o senhor Noé. Eu me lembro dele, não era muito alto, cabelos brancos: Noé Camargo. Era uma pessoa bem atuante. Não me lembro se ele tinha alguma formação ou estudo, não me lembro.

Quanto aos funcionários da escola havia secretário, os escriturários, que trabalhavam com o secretário. Na época acho que já havia o vice-diretor, mas não me lembro... Então, secretário, escriturário, inspetor de alunos, servente, os serventes, pois eram vários. O relacionamento deles com os alunos, até que foi muito bom, sabe? A turma era levada, como sempre estudante sempre foi levado, mas a gente respeitava. A gente respeitava, não pelo fato de ser só secretário, mas pelo fato de ser ser-humano. Porque a gente já em casa recebia essa orientação de que deveria respeitar o próximo. Era essa a orientação que a gente recebia e que vinha de berço. As famílias eram melhores estruturadas, eu não sei se estou sendo muito saudosista.

Quanto às atividades extra-escolares, a gente tinha festa, tinha a parte de esportes. Nós tínhamos a professora de educação física, a dona Conceição, ela era esposa do professor de Geografia, o senhor Renato Stempniewski. Ela era excelente, nós tínhamos as aulas de educação física, tínhamos demonstração de ginástica, tinha a equipe de basquete, de vôlei, aqueles que tinham aptidão para o esporte, né? Tinha festas junina, havia muito desfile de 7 de setembro, que era uma coisa imponente esses desfiles escolares. Eram coisas lindas, lindas, lindas. Todo mundo tinha bastante respeito. Também, não sei se logo no início, não posso precisar data. Mas, no dia 19 de cada mês havia o hasteamento da bandeira e todos cantavam, todos sabiam cantar o hino nacional, o hino da bandeira, o hino da república, todo mundo cantava, tinha que cantar porque nós tínhamos aula de música também, então a gente cantava. Havia exposição de trabalhos manuais. Havia muita atividade extra-curricular, né? Bastante atividade extra-curricular.

Havia participação da comunidade nessas festas. Porque hoje a gente sente que Jaú cresceu demais, cresceu demais não, cresceu bastante. Mas, a comunidade era menor. Então, toda a cidade participava. Porque a comunidade é justamente onde a escola está inserida, onde você está. Agora, a comunidade daqui não é a mesma comunidade, por exemplo da outra escola lá de cima, é outra comunidade (risos). A comunidade é outra, como lá da Lagoinha, da escola do Jardim Pedro Ometto, o Benedito Montenegro, a comunidade lá é outra. Então, enfim, a comunidade de lá é que participa das festividades de lá. Mas, aqui todo mundo participava, porque a comunidade era pequena era toda a cidade e agora a cidade tem várias comunidades com seus projetos diferentes, com seus anseios, com seus problemas. Não sei lá onde você mora como é, porque você falou que é perto do Lago do Silvério, mas eu acredito que sejam outros problemas, outras necessidades, pois certamente isso ocorre.

Abandono do curso, praticamente não havia, porque era um pequeno grupo e quem ia era porque queria estudar, queria aprender, né? Então... , as provas não eram fáceis, mas para quem estudava tinha condições de fazer. Conforme a disciplina, durante o mês tinha uma ou duas provas. Tinha um outro professor de Inglês, que nós tivemos, que já é falecido, senhor Tidinho (Aristides Souza Ferraz), ele usava o projeto do caderninho. Cada aluno tinha um caderninho, e esse caderninho ficava dentro de uma pasta por série. Quando ele entrava com aquela pasta a gente já sabia que era uma provinha. Então, às vezes, toda semana ele entrava com aqueles caderninhos e em dez ou quinze minutos ele fazia uma avaliação. E, além das avaliações escritas durante as aulas, havia também as avaliações orais. O professor fazia chamada oral. Não sei se hoje em dia é esse nome que é dado, chamada oral, não sei. Então, eram as chamadas orais. O professor falava: fulano. Conhecia pelo nome, não chamava pelo número. Porque a turma era pequena, não chamava três, quatro, cinco, seis. Não era assim, era diferente. Porque eu não sei, eu acho horrível essa questão de chamar: “oi número dois, ei número três”. É necessário que se diga o nome do aluno. E, ele chamava a gente pelo nome e fazia essas argüições orais. Então, havia o exame oral, o exame escrito, e às vezes a pessoa ficava pra segunda época, né? Porque às vezes dava uma deslizada, mas abandonar perder ano era bem difícil.

Sobre os recursos materiais e didáticos que havia na escola retro projetor não tinha não. No começo não tinha porque não existia o retro projetor. Tinha um pequeno laboratório, livros didáticos. Aparelhos no início do ginásio, não. Já depois com o científico e o normal, daí a gente já tinha um laboratório maior, laboratório de química, de física, então, era diferente, porque já era maior, a escola já tinha alguns anos. Mas, assim, de aparelho não consigo lembrar de retro projetor da escola, não. Acho que eu vim aprender a lidar com o retro projetor bem depois. Por que..., não lembro a data. O professor usava o livro didático, explicava tudo direitinho, usava sim.

Quanto a uma escola específica para estrangeiro (italianos e japoneses), que desse formação de curso ginásial... Aqui havia, por exemplo, a Dante Alighieri, mas não tinha formação de curso ginásial. A Dante Alighieri era uma sociedade, onde o pessoal estudava a língua italiana, mas eu não me lembro exatamente; e de japoneses, que eu saiba não.

O Órgão de Cooperação Escolar era tipo uma caixa escolar, seria isso, tenho impressão, não sei, e todo mundo eu acho que participava, não posso garantir para você o que se pretendia, acho que era para suprir as necessidades financeiras, acredito nisso, não me passou pela cabeça isso, de jeito nenhum.

O Ginásio Estadual de Jaú ter se transformado em Instituto de Educação... Nossa, foi importantíssimo pra Jaú e pra região. Porque vinham pra cá alunos daqui, mas vinham também alunos de outras cidades da região, por exemplo, Bariri, Itapuí, Pederneiras, Bocaina, o pessoal vinha pra cá. E esses cursos de especialização, de administração escolar, isso aí deu chance para... até diretor de escola fez o curso de administrador escolar, vários deles. Até um dos que fez foi delegado de ensino, que eu estou lembrada disso, mas que já é falecido. Para diretores de escola... mas, eu acho que foi uma coisa assim, muito, muito importante pro município e região, não só pro município, município e região.

Eu tenho impressão que o curso científico começou em 51, como estava ainda no começo, aí eu fui... não fiquei aqui, eu fui pra São Paulo, eu estudei, nem sei se existe ainda, o Colégio Estadual Presidente Roosevelt, que fica lá em São Paulo, Parque D. Pedro, perto da Secretaria da Fazenda, era do Estado, e o ensino era bem puxado também, fiquei um ano lá, depois voltei pra cá, então esse ano eu interrompi o estudo no colégio, depois eu voltei. Eu tenho faculdade de Saúde Pública da USP (Educador de Saúde Pública).

O Ginásio Estadual de Jaú era de excelente qualidade, eu acho que... a parte administrativa era excelente, a parte discente também era boa, isso a gente tem que falar também, né? A parte docente, os professores eram assim de alto gabarito. Inclusive naquela época, o professor era muito considerado. A gente... na sociedade o professor era “o professor”, depois que deu uma alteração (risos) pra menos, realmente, você vê, o professor ele era assim, não sei, até falando em termos de remuneração, houve época em que o professor ganhava o mesmo que um juiz de direito. E agora? Eu pergunto, está uma lástima, né? Eu não sei como é que vão... como é que as coisas vão ser resolvidas, porque está uma lástima... nossa, uma coisa horrível... horrível mesmo. Antes, era a escola, que deixou saudades daquela época, agora... eu falei pra você essa massificação... então... e o negócio vai... se não melhorar o início da educação, você não vai ter bons professores, porque vai ser tudo assim aos trancos e barrancos. Eu sinto isso conversando com o pessoal. Então a gente vai ver, né... (risos) Eu me lembro tão bem na época em que o governador..., tinha um governador que falava assim, não é que o professor ganha pouco... as professoras ganham pouco, é que as professoras são mal casadas (risos). Uma lástima né, que chegou a educação... “Eu não dou nenhum níquel de tostão”, isso a gente lembra muito né, mas... fazer o quê.

Você não tem nada que agradecer, né. Pra mim é até uma satisfação em poder ajudá-la num trabalho de escola, né. Porque eu conversei, no domingo, com um menino que faz aqui a faculdade, e ele trabalha numa fábrica de calçados, e ele está fazendo a faculdade de história, por sinal, e eu o andei ajudando numas pesquisas que ele... não

pense não que eu seja expert em história, não, mas dentro daquilo que eu posso... andei ajudando, e eu contei pra ele, eu falei, Adriano, está acontecendo assim, assim, assim... e, ele disse ai que bom. E o último trabalho que ele fez, que tinha que levar umas coisas antigas pra a escola... que eu ajudei, ele teve uma nota máxima, ele estava feliz da vida, eu contei porque eu acho que obrigação nossa, não é verdade? De poder ajudar as pessoas, né? É uma obrigação. Você não pode se fechar. Você tem que ser aberta. Eu é que tenho que agradecer essa oportunidade que você está me dando de poder falar, de lembrar um pouquinho (risos).

Colaboradora: ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone

Data: 19/12/2007

Local: Jaú/SP

Eu iniciei na antiga terceira série e que hoje equivale a sétima série. Então, eu iniciei na sétima série do Ensino Fundamental. Anteriormente eu estudava em uma escola particular. Aqui não havia colégio estadual, não havia ginásio estadual, só particular. O Ginásio Estadual foi criado em 45, mas só passou a funcionar em maio de 46, nós fizemos no final do ano de 45 a transferência para o Ginásio do Estado. Demorou a criação e autorização para funcionar, e nós ficamos até maio sem escola, porque a gente já tinha a transferência em mãos. Na minha série não houve nenhum exame para você entrar, apenas levamos a transferência. Na minha sala havia 48 alunos. Uma grande parte de escola particular passou para o Ginásio do Estado. A que tinha mais, mais alunos era a sétima série. Tinha 48 alunos, e as outras turmas tinham menos. Isso no ano de 46. Em 47 eu terminei o ginásio. Houve uma grande queda nos alunos, porque na minha sala naquela época que tinha 48 alunos, 8 passaram sem segunda época, apenas 8, 40 ficaram ou reprovado ou de segunda época. Quando houve a segunda época, os alunos que foram promovidos foram pra oitava série. Então, na oitava série já havia só, acho que 25 alunos. A partir do ano de 47 havia aquele famoso exame de admissão, e que era difícil. Então, os alunos, as pessoas que queriam estudar, naquele tempo era assim, quem queria estudar de verdade, que era muito difícil, procurava o Ginásio do Estado, os outros voltavam para a escola particular. Hoje,

é ao contrário, o Estado está sendo muito mais fácil, e a escola particular está sendo mais difícil (risos).

Quando nós iniciamos só havia sala de aula, secretaria e diretoria funcionando no antigo prédio que era da Companhia Paulista de Força e Luz... eram as salas... e atualmente, há pouco tempo, não sei se ainda funciona a Rádio Piratininga. Eram só as salas, que não eram muito grandes, a da terceira série é que era a maior, as outras eram menores, e começamos sem nada, só carteiras, mesa do professor... nada... a biblioteca... recursos... nenhum. Em 47 também funcionou desse mesmo jeito, sem recursos nenhum. Dois anos ela funcionou nesse prédio. A educação física a gente fazia em frente, que era uma quadra de esporte, hoje a quadra Dr. Neves, que era da prefeitura. Então, a educação física a gente fazia ali, mas não era ginásio, não era nada, era uma quadra, sem cobertura..., nada, era uma quadra pobre (risos) muito antiga e pobre que pertenceu, inicialmente, à Força e Luz, chamava-se Inforluz, depois passou à prefeitura e chamou-se quadra Dr. Neves. Então, ali a gente fazia a educação física. Mas, recurso nenhum. E quando nós terminamos a oitava série, ela se mudou para a escola Dr. Domingos Magalhães, que era um prédio que havia sido construído para o grupo escolar, como chamava antigamente. Como o ginásio precisava mais, então, a escola passou a funcionar lá. O Domingos de Magalhães demorou um pouco mais pra ir pra lá. Aí lá já começou a funcionar também a escola normal, porque havia sido criada a escola normal. Então, era o ginásio e a escola normal. No início chamava Ginásio Estadual de Jaú e depois passou a se chamar Ginásio e Escola Normal de Jaú; e funcionou muitos anos no prédio do Domingos Magalhães. O grupo escolar Domingos Magalhães passou a funcionar, porque era muito grande, na parte do térreo e o ginásio e a escola normal no pavilhão de cima. Funcionaram as duas coisas, o grupo escolar, o ginásio e a escola normal, isso foi em 48. Os diretores eram diferentes, era tudo diferente, no grupo escolar funcionava o grupo escolar, com seus professores, nada era misturado, tinha a secretaria do ginásio e a secretaria do grupo escolar, funcionários diferentes, tudo diferente. A escola tinha estrutura de escola, porque era o que é a escola hoje, Dr. Domingos de Magalhães. Apenas fizeram algumas reformas, mas em

si, o prédio é o mesmo. Mas também, não tinha quadra de esportes, a gente continuou fazendo a educação física na quadra Dr. Neves.

O diretor estava sempre presente na escola. Eu não me lembro o sobrenome dele, eu só me lembro que ele chamava seu Noé. Ele era um diretor presente sim, um diretor enérgico, ele veio de fora, não era jauense, ele ficou, esses dois anos [1946 e 1947], acho que esses dois anos sim, ele ficou em Jaú. Depois já tivemos um diretor jauense, que é o doutor Osvaldo de Toledo Barros, que por sinal tem um busto dele, do Dr. Osvaldo de Toledo Barros no Caetano Lourenço de Camargo, que depois passou a chamar Instituto de Educação Caetano Lourenço de Camargo. Depois do curso normal, ganharam o curso de especialização, aperfeiçoamento, o curso pré-primário, administração escolar, então passou a se chamar Instituto de Educação Caetano Lourenço de Camargo. A criação do Instituto de Educação foi um fato histórico na cidade, porque não havia ginásio, e daí uns anos depois da criação do ginásio é que foi criado o ginásio do Estado, um ano antes, eu acho, eu não sei se um ano ou dois anos antes havia sido criado a escola industrial, que era uma escola técnica. Essa era estadual, mas havia sim, uma grande divisão, porque, na escola técnica industrial estudava a classe média, média baixa, porque formavam técnicos profissionais. Então, as famílias que eram classe média, média mais alta, procurava o ginásio do Estado e não a escola industrial, que hoje a frequência deve ter melhorado bastante, mas naquela época, não. Tanto, que eu tenho uma irmã que queria tanto estudar na escola industrial, e meu pai não deixava (risos)... daí ela estudou em Bauru no Ginásio Guedes de Azevedo. Porque aqui era assim..., a clientela lá era mais média, média-média, média pra baixo. Mas, era uma boa escola, mudou, depois mudou... porque naquele tempo, eles pensavam mais, sei lá, as famílias pensavam... em uma formatura liberal, eles queriam depois... que veio o curso colegial, o científico, então, eles já se preparavam para cursar uma faculdade e uma escola melhor, e lá eles formavam para o trabalho: mecânica, eletricitista, marcenaria. Então, havia uma grande divisão entre ginásio do Estado e a escola industrial, que se chamava Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, hoje eu acho que continua com este nome. Mas, mudou, a estrutura dela mudou também, que eu sei, agora eu acredito que é do “Centro Paula Souza”, se

eu não me engano, porque agora eu estou afastada, eu não sei mais, né, não acompanhei mais.

Quando nós começamos os estudos no ginásio, não havia inspetor de alunos não, eram serventes, depois na secretaria, acho que dois escriturários, um secretário e diretor. O relacionamento era muito bom, era muito bom. A gente estranhou um pouco, porque tinha vindo de uma escola particular. A escola particular, já desde essa época, tratava socialmente melhor o aluno. É interesse deles, né. Agora, já na escola do Estado, você tem que cumprir as determinações deles, como eles querem como eles exigem. Então, eles eram muito mais severos que na escola particular. Eu me adaptei bem, porque sou de me adaptar bem em qualquer lugar, mas houve um choque. Inclusive, por exemplo, às vezes a gente queria saber... alguma nota, íamos na secretaria e... olha os professores entregaram as provas?... aí a gente já tinha uma resposta: vocês esperem o professor. Na escola particular não é assim, eles procuram atender o aluno. É assim, eles eram muito mais severos, e eles separavam muito bem alunos, funcionários e professores, e o diretor no pedestal, e o diretor no pedestal. E a disciplina era severa. Severa mesmo. Não se entrava depois de bater o primeiro sinal. Você tinha que estar lá, bateu o primeiro sinal, você tinha que entrar e esperar lá dentro pra bater o segundo sinal. Era muito severo... se bem que naquele tempo era tudo mais ou menos... se esperava o professor... você não podia entrar depois do professor, de jeito nenhum, se esperava o professor em pé, ele chegava até na frente, no tablado ali na mesa. Nós só sentávamos depois que ele dissesse “podem sentar”. Era muito severo. Severo de verdade. Sobre isso, eu não sei se a gente já começou meio assim... que a gente aceitava. E eu achava até... porque eu, no meu entendimento até hoje, aluno que entra depois do professor é falta de respeito. E eu sou assim de uma opinião, tem que cumprir normas, cumpri-se. Então, eu aceitava, e aceitei de bom grado.

Quanto à formação dos professores eu não me lembro muito bem disso, eu não me lembro não. Eu sei dizer que os professores eram formados, tinham faculdades, eles eram especialistas. Todos. Professor de português, como de inglês, o meu primeiro professor de geografia, que foi quando eu comecei, que fiz a sétima e oitava série com

ele, que era a terceira e a quarta, ele era até um escritor de livros de geografia, ele chamava doutor Renato Stempniewski. Ele era... um senhor professor! Não gosto de geografia, mas o pouco que eu aprendi foi com ele (risos), porque eu não gosto de geografia, sempre detestei. O professor de história era formado também, depois ele prestou... era formado, prestou um curso foi ser juiz de direito, deixou o magistério. Mas, todos eles eram formados, tinham formação. Quanto ao professor de minha preferência, eu acho que eram todos mais ou menos assim do mesmo nível. A professora de matemática eu gostava muito, e foi a que mais deixou aluno de segunda época. Cibele, Cibele Maitino chamava-se, Cibele Maitino. Era, nossa, uma professora que tinha um conhecimento. Ela era excelente! Professor daquele tempo a gente tinha... era assim... francês... a gente tinha na primeira, que era a quinta, né, na quinta e sexta série; depois na sétima e oitava era inglês, aí então você não tinha francês, você tinha inglês. Agora latim, nós tivemos nas quatro séries. Tinha latim. Eu me lembro na terceira série, na sétima né, foi um professor... mas, esse professor, não sei, ele veio de fora, e ele causou uma má impressão nos alunos, porque tinha dia que ele ia bêbado na escola, o professor de latim. Tinha dia que ele ia bêbado, mas ele ficou só um ano, aí depois no ano seguinte já foi um outro, veio um outro professor. Essas coisinhas assim a gente lembra bem. Mas, os outros professores todos foram, foram bons, eram bons professores... e exigentes, muito exigentes.

Sobre meus colegas eram de famílias de classe média, média alta e eram mais de Jaú. Quando iniciou o ginásio era mais turma de Jaú mesmo, aí depois com o tempo vieram alunos de Barra Bonita, Bocaina, Bariri. Mas, quando começou mesmo foi só Jaú. Os que estavam ali, todos tinham intenção de continuar os estudos.

Quanto aos estudos... olha... reunir com colegas era meio difícil. Mas, tinha sim, muito trabalho, assim, muito... como vou dizer... estudava, mas, era tudo individual, não se tinha trabalho em grupo, não se tinha trabalho de pesquisa, cada um era responsável pelo seu estudo. Agora, trabalho tinha, por exemplo, a gente estudava em livros. Então, você tinha que estudar pelos livros e depois o trabalho que eles pediam muitas vezes era o resumo de um assunto, pesquisa era só em atlas, na parte de geografia; de

história... em outros livros que falava sobre a história do Brasil. Era meio puxado, cada um que se virasse... e tinha que se virar (risos).

A comunidade, a cidade não participava dos eventos da escola, pelo menos, no meu tempo não. Poucos eventos se tinha sim... todas as comemorações cívicas eram muito bem organizadas, muito bem preparadas... e aí participavam os pais, mas eventos mesmo não, só essas comemorações cívicas. As comemorações eram gincana, havia também jogos, esporte, isso havia muito. O esporte, aí tinha o campeonato e jogava o Ginásio do Estado contra a escola industrial, contra escolas particulares. A parte esportiva era mais desenvolvida. Tinha muito. As comemorações cívicas eram: 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, dia da cidade, que havia desfile, que era o 15 de agosto, e o dia da República que era o 15 de novembro e o dia da bandeira. Eram essas as comemorações que eram obrigatórias. Eram feitas na escola, na entrada, no pátio, onde tinha espaço e todos podiam participar, e participavam. Eram eventos que a cidade participava.

A respeito das matérias havia português, inglês, francês na quinta e sexta, e inglês na sétima e oitava. Latim era em todas as séries. Português, matemática, história, geografia e ciências. Eu acho que não me esqueci de nenhuma. Todas as disciplinas tinham livros didáticos, se estudava por livro. Inclusive a matemática o professor dava a explicação, do mais você complementava em casa com os livros, a teoria, ele dava os exercícios na prática. Ciências também, ele fazia a explanação dele, aí depois a gente estudava, experiências você fazia em casa, porque não tinha laboratório, e aí levava, muitas vezes, a experiência que dava pra levar levava, e a conclusão da experiência. A disciplina que eu mais gostava, por incrível que pareça, tenho um neto que seguiu a minha linha, que era história. História e matemática. Eram as disciplinas que eu mais gostava. Depois, eu fiz administração e pedagogia. Eu fiz pedagogia e todas as habilitações. Eu dei aula pra crianças, fui professora, depois fui coordenadora pedagógica, trabalhei como orientadora educacional e depois me aposentei como diretora de escola. Conheço bem a educação. Conheço e faço um parâmetro entre o antigo e o agora. O passado e agora, o presente: é uma grande diferença, tem uma

grande diferença, olha... hoje, não sei se eu ficaria em uma direção de escola. Hoje, como eu vejo por aí, que minha filha é vice-diretora, pelo amor de Deus, eu não trabalharia assim, porque a minha linha era dura (risos). Do jeito que está hoje não, de jeito nenhum.

Não, não, nenhum abandonou o curso, aqueles que, às vezes não acompanhavam o ginásio do Estado, eles iam para a escola particular, voltavam para a particular.

Não, no meu tempo não, no meu tempo não havia esse Órgão de Cooperação Escolar. Não sei se porque eu era nova, e daí eu entrei já na metade do curso, né. Depois os que vieram, possivelmente tiveram... eu não.

Não, não existia em Jaú escola que fosse só pra estrangeiro, pelo menos naquela época não. Não sei se agora existe... bom, essas escolas de inglês, que lecionam inglês, espanhol, italiano. Tem o CCAA... Que desse formação não, aqui em Jaú não.

No meu entendimento, daquele tempo, era uma escola de boa qualidade. Mas, ela preparava, exatamente, para você ter um prosseguimento nos estudos. Porque normalmente só ia prosseguir os estudos quem tinha base. Porque as faculdades também eram muito difícil de entrar, né. Então, era a base que eles preparavam, e hoje a escola particular faz isso. Era um bom preparo. Eles preparavam de verdade. Tanto que naquele tempo o aluno que fazia o ginásio do Estado, quando ia para um curso normal, ou ia para um colegial, clássico, científico, vindos com a base do ginásio do Estado, era bom... não existia nem cursinho. Não havia necessidade de cursinho. Era uma escola que você tinha que estudar. Não era como hoje, que você vê aluno que só estuda na véspera da prova, não era assim não. Olha, era dedicado, a gente estudava de manhã, a tarde, você ficava o dia inteiro, você tinha horas de estudo e ia até a noite. Era estudar mesmo. Não é como hoje, que o aluno pega 15 minutos ali, senta, faz uma meia dúzia de continhas de tarefa e... A gente estudava pra valer. Então, havia boa formação cultural, né. Porque a escola não é só informar, a escola também é formar, e isso eles faziam, e isso o ginásio do Estado teve, uma escola de um nível muito bom, nível alto mesmo. Eu tive oportunidade de ver outras escolas, que não eram tão boas

quanto foi o ginásio do Estado. O ginásio do Estado foi um marco pra população. Hoje você não vê dos alunos, dos colegas que nós tivemos, você não vê nenhum que não tenha seguido, que não tenha sido um bom profissional, que não tenha seguido uma boa profissão. Todos. Sem distinção. Esse é meu ponto de vista, não sei, não sei se a Neuza falou isso, falou?... tem médicos, juízes, promotores... se saíram muito bem na vida, profissionalmente. Isso se deve ao ginásio, porque se você não tem uma base sólida... Como? A estrutura é o alicerce.

Se, desde os primeiros anos você já não tem aquela base, aquele horário de estudo, a formação, a leitura, você não vai conseguir, mais tarde é muito raro aquele que consegue isso mais tarde. Consegue porque hoje pra estudar não tem idade, mas é uma minoria. É uma pequena porcentagem que se dá bem depois, que não teve o preparo, e que depois se dá bem. São poucos. A maioria precisa ter uma boa base, uma boa formação.

Não sei se vai servir minha colaboração, né. Mas, é a opinião da gente, porque naquele tempo também a gente era criança, e as crianças tem uma outra observação de adulto. Então, eu posso dizer como eu via em criança e como eu vejo... eu comecei a escrever um tempo atrás um livro de memórias, mas depois eu parei, eu enjoiei, parei, só rascunhei uma metade, depois eu larguei. Porque a observação da gente em criança é outra, completamente diferente daquela que eu faço agora. É bem diferente. Mas, hoje tem mais, eu quero dizer, hoje o aluno tem mais tudo do que a gente teve antigamente. Eles têm coordenadora, eles tem uma assistente, orientadora. Hoje não tem mais a função de orientadora educacional, mas depois do meu ginásio teve, o Caetano Lourenço teve orientadora educacional. O que eu acho muito importante.

Eu fiz o normal no Instituto mesmo, eu fiz o curso normal, o pré-normal, chamava-se pré-normal, não era como hoje, né, magistério nada, era o pré-normal, e depois era o primeiro e o segundo. Para o pré-normal também tinha exame classificatório pra você entrar. Não era sair do ginásio e entrar no normal do Caetano, antigamente chamava Caetano, da escola normal. Havia uma prova de seleção. Quero dizer, o aluno era mais avaliado, o aluno tinha que estar mais preparado. O que hoje não tem, hoje é... o

ensino fundamental até a oitava série é obrigatório né, porque antes obrigatório só era até a quarta série, era o grupo escolar, depois só ia estudar realmente quem queria continuar, hoje não, até a oitava série é obrigatório. E talvez é até obrigatório agora o ensino médio, porque eu vi um concurso, vi um edital de concurso de motorista, em São Paulo isso,... acho que foi em São Bernardo, para os requisitos: ensino médio completo. Logo pra ser lixeiro vai precisar também ter ensino médio. E aí, o que acontece, eles vão pra escola, exatamente para obter um diploma, eles não vão pra adquirir o conhecimento, pra ter uma continuidade de estudos. Não é isso. É isso que eu... eu sou contra isso... porque o país não tem mais analfabetos... Mas, também não tem grandes personalidades, não. Tem semi-analfabetos, não tem mais analfabetos, tem semi (risos). Eu não sei se eu tenho um ponto de vista diferente... eu acho que ninguém se obriga ninguém. Se a criança, o jovem da classe média baixa, ele precisa trabalhar, ele tem que trabalhar e estuda a noite e trabalha. Agora não pode mais, só pode trabalhar depois dos 16 anos, e até os 16, fica aonde, na rua? É por isso que tem essa marginalidade. Porque antigamente uma criança de 10, 12 anos, ele ia pra escola, e ele valorizava mais a escola, porque ele trabalhava e depois ele ia para a escola, agora não, ele tem que ir pra escola só, e muitas vezes não vai e fica na rua. Por isso essa evasão que tem e essa baixa freqüência que as escolas têm dos alunos, antigamente não tinha não. Antigamente o aluno saía de casa pela vontade dele, ele queria estudar, hoje ele estuda porque ele é obrigado... ele estuda não, ele freqüenta a escola, porque ele é obrigado. Eu tenho um ponto de vista diferente (risos).

ANEXO 1

RELAÇÃO DE DIRETORES DO GINÁSIO ESTADUAL DE JAÚ

De: 1946 à 1948

NOÉ CAMARGO RODRIGUES - Diretor Efetivo

Professor Catedrático de Ciências Físicas Naturais veio removido do Ginásio Estadual de Amparo.

1949

RENATO STEMPNIEWSKI - Diretor Nomeado

Veio removido como Professor Efetivo para este estabelecimento de ensino do Ginásio Estadual de Itápolis em 1945.

Foi nomeado em comissão, como diretor, em 22/03/1949 pelo Artº 549 do Dec. Lei nº 17.698 publicado em 24/03/1949, posse e exercício em 29/03/1949.

Ficou no cargo de diretor até 13/03/1950, foi exonerado conforme Dec. 13 publicado em 14/03/1950.

De: 1950 à 1955

ADHEMAR NOGUEIRA FIGUEIREDO - Diretor Efetivo

Diretor desde 19/04/1950, afastado do cargo por estar à disposição da Chefia do Ensino Secundário e Normal do Departamento da Educação, conforme ato da Secretaria da Educação publicado em 4/03/1954.

Aposentado nos termos do decreto publicado em 16/04/1955.

Desligado em 19/04/1955.

OSWALDO DE BARROS TOLEDO - Diretor Substituto

Foi efetivado no cargo de Vice-Diretor conforme Dec. 13, publicado em 14/03/1950.

Afastado do cargo de Vice-Diretor, respondeu pelo expediente da Diretoria, como Diretor Substituto, desde 19/04/1950, cuja posse se efetuou perante a Chefia do Ensino Secundário e Normal.

NELSON CAMARGO - Diretor Efetivo

Removido para este estabelecimento de ensino do C.E.E.N. de Ituverava para lugar de Adhemar N. Figueiredo conforme publicação em 07/08/1955 tomou posse em 09/08/1955.

De: 1956 à 1961

NELSON CAMARGO - Diretor Efetivo

Fonte: Mapa de Movimento e Boletim de Freqüência.

ANEXO 2

ÍNDICE DE LIVROS DA ESCOLA ESTADUAL CAETANO LOURENÇO DE CAMARGO

LIVROS DE ATAS:

- 01) Ata de exames de admissão e notas de 1ª a 4ª séries (1946-1949).
- 02) Ata de resultados finais (1949-1956).
- 03) Atas do curso ginásial (1949-1951).
- 04) Atas do curso ginásial e normal (1949).
- 05) Ata do curso normal (1950-1963).
- 06) Ata de exames do curso normal de formação profissional do professor (1952).
- 07) Atas do curso pré-normal (1952).
- 08) Atas de exames de 2ª época (1953).
- 09) Ata de prova oral (1954).
- 10) Ata dos exames vestibulares do 1º ano do curso normal (1954).
- 11) Atas de provas e exames do curso normal (1954-1961).
- 12) Atas de exames parciais dos cursos ginásial e científico (1954-1959).
- 13) Ata de exames do curso de aperfeiçoamento (1955-1968).
- 14) Ata de resultados finais dos cursos ginásial, colegial científico e clássico (1956-1957).
- 14.a) Ata de exames do curso primário anexo (1956-1965).
- 15) Ata de exames do curso de especialização pré-primária (1957).
- 16) Atas de exames de administradores escolares (1957-1964).
- 17) Atas dos exames pós-graduados, de admissão, dos cursos de especialização pré-primária, administradores escolares e aperfeiçoamento (1957-1971).
- 18) Ata de resultados finais do curso ginásial diurno (1959).
- 19) Ata de provas parciais dos cursos ginásial e colegial (1959-1961).
- 20) Ata de exames orais dos cursos ginásial e colegial diurno (1960).
- 21) Ata de resultados finais dos cursos clássico, científico e ginásial (1960).
- 22) Ata de exames orais dos cursos ginásial e colegial diurno (1960).
- 23) Ata das provas parciais (1961-1966).
- 24) Ata de resultados finais dos exames do curso normal (1961).
- 25) Ata dos resultados finais dos cursos ginásial e colegial (1963).
- 26) Atas dos exames de adaptação, 4º profissionalizante e normal (1963).
- 27) Ata de resultados finais dos cursos ginásial e colegial (1964).

- 28) Ata de exames dos resultados finais do curso normal diurno (1966-1969).
- 29) Ata de notas bimestrais, dispensas de 2ª época, exames dos cursos científico e colegial unificado noturno (1967).
- 30) Ata de notas bimestrais dos cursos clássico, científico e ginasial (1967).
- 31) Atas de resultados finais do 1º grau diurno (1967-1978).
- 32) Ata de notas bimestrais, dispensa de 2ª época e exames do curso ginasial noturno (1967).
- 33) Ata dos resultados finais do 1º grau noturno (1967-1976).
- 34) Ata dos resultados finais do 2º grau noturno (1967-1976).
- 35) Ata geral de exames de admissão de 1ª época, ginasial noturno, ginasial diurno e científico (1967-1968).
- 36) Atas de notas bimestrais, dispensas de exames finais, exames de 2ª época do curso colegial de formação de professores primários – 1º, 2º, 3º anos (1968-1970).
- 37) Atas de resultados finais dos exames de 1ª e 2ª época do 2º grau (1968-1975).
- 38) Ata de resultados finais do curso colegial de formação de professores primários (1968).
- 39) Atas dos exames de adaptação para 2ª série ginasial (1968).
- 40) Atas de notas bimestrais, dispensas e notas dos exames finais, 1ª e 2ª época do curso ginasial diurno (1968-1970).
- 41) Ata de notas bimestrais, dispensas e notas dos exames finais de 1ª e 2ª época dos cursos científico e clássico – diurno (1968).
- 42) Ata geral de exames de admissão (1968).
- 43) Ata de notas bimestrais do curso de administradores escolares 1º e 2º anos (1968-1972).
- 44) Atas de resultados finais do curso de administradores escolares (1968).
- 45) Ata das dispensas e notas do curso normal (1969-1970).
- 46) Livro de notas bimestrais do curso normal (1969-1970).
- 47) Atas de notas bimestrais, dispensa de 2ª época e exames do curso ginasial diurno (1970-1972).
- 48) Ata de notas bimestrais e dispensas dos exames do curso de especialização pré-primária (1970).
- 49) Atas de notas bimestrais, dispensas de 2ª época do curso ginasial noturno (1971-1973).
- 50) Atas de notas bimestrais, dispensa de 2ª época e exames do curso colegial 1º, 2º, 3º diurno e 4º profissionalizante “A” (1972-1974).

- 51) Atas de notas bimestrais, dispensa de 2ª época e exames do 1º grau diurno (1972-1973).
- 52) Atas de notas bimestrais, dispensa de 2ª época e exames do 2º grau noturno (1972).
- 53) Atas de notas bimestrais, dispensa de 2ª época e exames do 1º grau diurno (1973).
- 54) Atas de notas bimestrais do 2ª grau diurno (1974-1976).
- 55) Atas de notas bimestrais do 2ª grau noturno (1974).
- 56) Atas de notas bimestrais do 1ª grau diurno (1974).
- 57) Atas de notas bimestrais do 1ª grau noturno (1974).
- 58) Atas de notas bimestrais, notas e dispensas dos exames e resultados finais do 1ª grau diurno (1975).
- 59) Ata de resultados finais (1979-1980).
- 60) Ata de notas bimestrais (1979-1980).
- 61) Ata do 1º grau (1976-1978).
- 62) Ata de resultados finais (1979).
- 63) Ata de resultados finais (1980).
- 64) Ata de resultados finais (1981).

LIVROS DE MATRÍCULAS:

- 01) Matrícula do curso ginásial (1946).
- 02) Matrícula do curso ginásial (1948-1951).
- 03) Matrícula do curso normal (1948-1955).
- 04.a) Matrícula do curso ginásial (1951-1953).
- 04.b) Matrícula do curso primário (1953-1960).
- 05.a) Matrícula do 1º ciclo (1953-1957).
- 05.b) Matrícula do curso de formação de professores primários (1954).
- 06.a) Matrícula do curso ginásial (1954).
- 06.b) Matrícula do curso de aperfeiçoamento, especialização e administração escolar (1955).
- 07.a) Matrícula do curso ginásial (1956).
- 07.b) Matrícula do curso primário (1954-1960).
- 08) Matrícula do curso colegial e 1º ano científico (1957).
- 09.a) Matrícula do curso ginásial (1957).
- 09.b) Matrícula do curso ginásial noturno (1957-1960).
- 10) Matrícula do curso clássico diurno (1959).

- 11) Matrícula do curso ginasial diurno (1959-1960).
- 12) Matrícula do curso ginasial noturno (1960-1962).
- 13.a) Matrícula do curso ginasial diurno (1960-1961).
- 13.b) Matrícula do curso colegial e científico (1960-1964).
- 14) Matrícula do curso primário (1960-1966).
- 15.a) Matrícula do curso primário (1961-1967).
- 15.b) Matrícula do curso ginasial diurno (1961).
- 16) Matrícula do curso científico noturno (1962).
- 17) Matrícula do curso ginasial noturno (1962-1965).
- 18) Matrícula do curso ginasial diurno (1963).
- 19) Matrícula do curso científico (1964-1965).
- 20) Matrícula do curso ginasial noturno (1971).
- 21) Matrícula do curso ginasial diurno (1964-1965).
- 22) Matrícula do curso normal (1965-1970).
- 23) Matrícula do curso ginasial diurno (1965).
- 24) Matrícula do curso ginasial noturno (1965).
- 25) Matrícula do curso ginasial diurno (1966-1967).
- 26) Matrícula do curso primário masculino (1966-1969).
- 27) Matrícula do curso de educação infantil – pré (1966-1969).
- 28) Matrícula do curso primário feminino (1967-1974).
- 29) Matrícula do curso de administração escolar (1968).
- 30) Matrícula do curso ginasial (1968).
- 31) Matrícula do curso científico (1968) e colegial (1969).
- 32) Matrícula do curso clássico (1968).
- 33) Matrícula do curso ginasial noturno (1968-1969).
- 34) Matrícula do curso colegial de formação de professores primários noturno (1968-1970).
- 35) Matrícula do curso ginasial diurno (1968-1969).
- 36) Matrícula do curso científico (1969).
- 37) Matrícula do curso ginasial diurno (1969).
- 38) Matrícula do curso colegial noturno (1969-1971).
- 39) Matrícula do curso ginasial noturno (1969-1971).
- 40) Matrícula do curso primário (1969-1975).
- 41) Matrícula do curso normal (1970).

- 42) Matrícula do curso ginasial diurno (1970).
- 43) Matrícula do curso clássico e científico (1970).
- 44) Matrícula do curso ginasial (1970).
- 45) Matrícula do curso ginasial diurno (1971-1972).
- 46) Matrícula do curso colegial (1971-1972).
- 47) Matrícula do curso ginasial (1971).
- 48) Matrícula do curso colegial noturno (1971-1972).
- 49) Matrícula do curso colegial noturno (1972).
- 50) Matrícula do curso ginasial (1972-1973).
- 51) Matrícula do curso colegial diurno (1972-1974).
- 52) Matrícula do curso ginasial noturno (1972-1975).
- 53) Matrícula do curso de 5ª série do 1º grau (1972-1975).
- 54) Matrícula do curso ginasial (1973-1974).
- 55) Matrícula do 2º grau noturno (1973-1975).
- 56) Matrícula da 8ª série (1974-1976).
- 57) Matrícula do curso colegial e profissionalizante (1974-1976).
- 58) Matrícula do curso primário (1974-1975).
- 59) Matrícula do 2º grau noturno (1975).
- 60) Matrícula do curso primário anexo (1975).
- 61) Matrícula do curso ginasial (1976-1977).
- 62) Matrícula do curso ginasial (1977-1978).
- 63) Matrícula da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série (1978).
- 64) Matrícula do 1º grau (1979).
- 65) Matrícula da 1ª a 8ª série do 1º grau (1979-1980).
- 66) Matrícula da classe especial: deficiência audição e fala (1979-1981).
- 67) Matrícula de 1ª a 8ª séries do 1º grau (1980-1981).
- 68) Matrícula de 1ª a 8ª séries (1981).

LIVRO PONTO – CURSO PRIMÁRIO ANEXO:

- 01) 1947-1950
- 02) 1948
- 03) 1948-1950
- 04) 1950-1951
- 05) 1951-1953

- 06) 1959-1960
- 07) 1969-1971
- 08) 1967-1969
- 09) 1965-1967
- 10) 1971-1975 (professores em regime de prestação de horas extraordinárias).
- 11) 1971-1972
- 12) 1972
- 13) 1972-1974
- 14) 1974-1975
- 15) 1975-1976
- 16) 1979
- 17) 1979
- 18) 1979-1980
- 19) 1979-1980
- 20) 1980
- 21) 1980
- 22) 1980-1981
- 23) 1980-1981

LIVROS DE REGISTRO:

- 01) Registro de diploma do curso normal (1955).
- 02) Atas das reuniões pedagógicas do curso primário anexo (1956).
- 03) Registro de certificados do curso de aperfeiçoamento (1956-1967).
- 04) Registro de certificados do curso de especialização pré-primário (1957).
- 05) Registro dos diplomas de administração escolar (1958-1971).
- 06) Ata da 1ª reunião do curso de especialização da EEPG "Caetano Lourenço de Camargo" (1957).
- 07) Registro de advertência e penalidades de alunos (1971).
- 08) Portaria de atribuição de aulas excedentes (1975).
- 09) Expedição de certificados de 1º grau (1977).
- 10) Expedição de certificados de 1º grau (1979).

LIVROS DIVERSOS:

- 01) Inventário (1945-1978).

- 02) Histórico do estabelecimento (1946-1982).
- 03) Registro de falta dos funcionários (1946-1976).
- 04) Cartas enviadas e recebidas do curso primário anexo (1950).
- 05) Ata de incineração (1952-1977).
- 06) Registro de provas de exames (1952-1958).
- 07) Registro de diploma do curso normal (1955-1977).
- 08) Ata de resultados dos exames de admissão (1960-1971).
- 09) Termo de compromisso (1960-1985).
- 10) Curso de pós-graduação em administração e especialização (1960).
- 11) Ata da APM (1960-1974).
- 12.a) Livro de ouro (1961).
- 12.b) Livro de ata de reunião da congregação (1961-1965).
- 13) Registro de comparecimento de funcionários e professores às solenidades cívicas no estabelecimento (1962-1981).
- 14) Diário de classe do curso primário anexo (1963-1965).
- 15) Ata de exames do curso primário anexo (1966-1971).
- 16) Registro de candidatos à substituição de efetivos (1969).
- 17) Livro de reservas de matrículas (1970-1973).
- 18) Ata da APM (1970-1971).
- 19) Inscrição para professores de moral e cívica e assistente pedagógico (1971-1973).
- 20) Livro de ata de reunião pedagógica (1971-1982).
- 21) Inscrição para candidatos a 5ª série (1971-1976).
- 22) Livro de ata de exames do curso primário anexo (1972-1975).
- 23) Livro de reuniões (1972-1978).
- 24) Termo de visita (1972-1978).
- 25) Protocolo (1972-1976).
- 26) Dispensa médica (1973-1984).
- 27) Ata de processo de adaptação de alunos oriundos de outras UEs (1974-1976).
- 28) Conselho de classe (1974-1981).
- 29) Expedição do diploma do colegial e formação de professores primários (1976-1977).
- 30) Protocolo (1976-1980).
- 31) Ata do conselho de escola (1979-1980).
- 32) Índice do Diário Oficial (1979-1984).

- 33) Protocolo (1980-1981).
- 34) Livro de exposição (1980-1981).
- 35) Livro ponto de ensino religioso (1980-1982).
- 36) Protocolo (1981-1982).
- 37) Exames médicos (1981-1984).
- 38) Inscrição para a 1ª série do 2º grau (1982-1988).
- 39) Protocolo (1983).
- 40) Protocolo (1983).
- 41) Livro ponto de ensino religioso (1983).
- 42) Protocolo (1984).
- 43) Livro ponto de ensino religioso (1984-1985).
- 44) Protocolo (1984-1986).
- 45) Equivalência de estudo (1984).
- 46) Inscrição de alunos para a pré-escola (1984).
- 47) Exame médico (1984-1986).
- 48) Conselho de escola (1986-1988).
- 49) Protocolo (1986-1989).
- 50) Ata da APM (1987).
- 51) Estágio superior (1988-1992).
- 52) Inscrição 1ª série do 2º grau (1988-1994).
- 53) Ronda policial (1988).
- 54) Matrículas em cursos de expansão cultural dados pela APAE/Jaú (1988- 1989).
- 55) Protocolo (1989).
- 56) Ocorrência (1990-1994).
- 57) Protocolo (1991-1993).
- 58) Livro ponto – prefeitura (1992-1994).
- 59) Exame médico (1992-1993).
- 60) Estágio superior (1993-1995).
- 61) Inscrição 1ª série do 2º grau (1994).
- 62) Livro de cadastro para inscrição de professores na EU (1994-1995).
- 63) Livro ponto – prefeitura (1994-1996).
- 64) Livro ponto HTP (1994-1995).
- 65) Livro ponto – prefeitura (1996-1998).
- 66) Estágio superior (1996-2000).

ANEXO 3

**RELAÇÃO DE PROFESSORES DO GINÁSIO ESTADUAL DE JAÚ
PERÍODO: DE 1946 À 1961**

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
PORTUGUÊS	Augusto de Oliveira e Souza			X	
	Maria Teresa T. Guimarães				
	Eugênio Victorello				
	Joaquim Franco de Camargo (Prontuário Nº 220)			X	
	Antonio Pimentel de A. Castro Prontuário Nº 023)	Licenciatura em Letras Clássicas	Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo	X	
	Dálvaro da Silva (Prontuário Nº 103)	Normalista Acadêmico de Direito			X

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
LATIM	Joaquim Leoncio Ferraz			X	
	Silvia Lima Saraiva				
	Mirela Pesce (Prontuário Nº 375)			X	
	Ruy Gutierrez (Prontuário Nº 511)	Licenciatura em Letras Clássicas	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento	X	
	Pelegrino Simões (Prontuário Nº 479)	Licenciatura em Filosofia (1971)	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - Mogi das Cruzes / SP		X
	Magaly Silva de Callis				X

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
FRANCÊS	Francisca Acayba de Toledo (Prontuário Nº 153)				X
	Julien Jacques Fauvel (Prontuário Nº 216)			X	
	Pedro Paulo Fiorelli (Prontuário Nº 474)	Línguas Néo – Latinas	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - Mogi das Cruzes / SP		X
	Neide Gondim Borges			X	

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
INGLÊS	Maria Edith De Lucio				
	Aristides de Souza Ferraz (Prontuário Nº 042)	Curso Secundário Certificado de Exames de: Psicologia, Pedagogia, Didática Prática de Ensino, Assistente de Educação, Educação, Sociologia Educacional Certificate Of Proficiency In English	University Of Cambridge (1951) The University Of Michigan (1964)	X	
	Elza Margarida M. Machado				X

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
MAT.	Cybelle Maitino (Prontuário Nº 094)			X	
	João Linneu de A. Prado (Prontuário Nº 230)	Bacharel em Matemática	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento (Puc)	X	

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
CIÊNC. NAT.	Ruy Ferraz Costa (Prontuário Nº 502)	Engenheiro Industrial		X	
	Nilsen Kuntz Navarro (Prontuário Nº 447)				X

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
HISTÓRIA	Argymiro Acayba de Toledo				X
	Eliane Silva de Vito				
	Oswaldo B. Tóffano (Prontuário Nº 462)				
	Adele N. Tammaro de Oliveira			X	
	Maria Helena Pereira Leite			X	
	Milton Frascchetti (Prontuário Nº 411)	Normalista Licenciatura em Pedagogia (1971)			X

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
GEO.	Renato Stempniewski			X	
	Gaciette Ribí Oppermann (Prontuário Nº 166)	Habilitação em Geografia e História	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Campinas /SP	x	

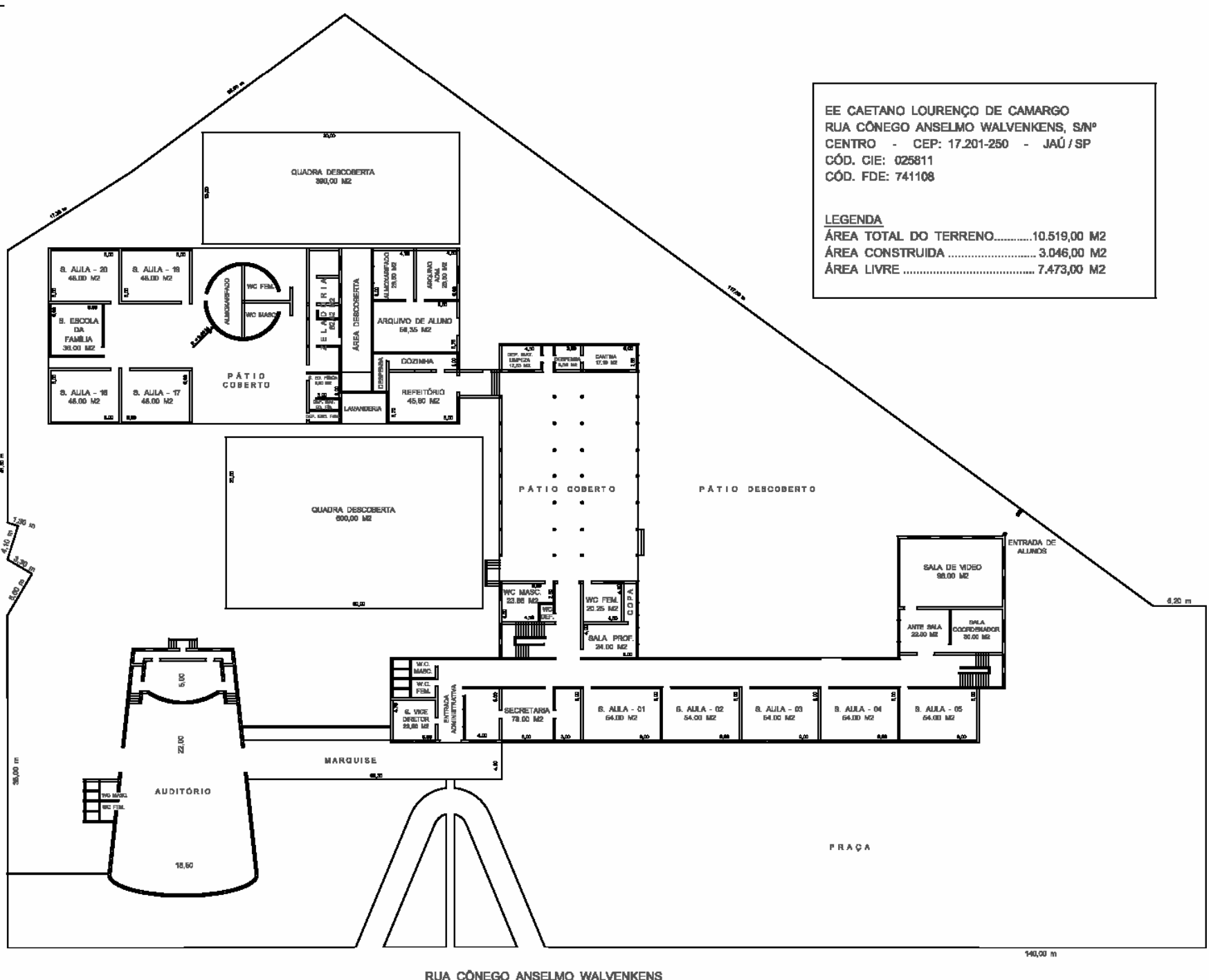
DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
TRABALHOS MANUAIS	Enéas Sampaio Souza Prontuário Nº 128)			x	
	Maria Agar Ferraz de Campos				
	Lucilla Teixeira Camargo				
	Cybelli B. Wanderley				
	Cândida Ap. S. Krasovi				X
	Ignez Piccoli Pedro Forte Prontuário Nº 196)				x

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
DES.	Samuel Guacelli			X	
	Germano Fachini Prontuário Nº 165)	Habilitação para o Magistério	Escola Normal Dr. Francico Homar de Carvalho - Casa Branca / SP	X	

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
CANTO ORFEÔNICO	Nemezes de Almeida Campos				
	Maria Aparecida C. Lima				
	Maria Aparecida Lopes Faury				
	Francisca S. de Arruda				
	Zélia Lessa Prontuário Nº 595)	Canto Orfeônico Curso de Piano Curso de Declamação	Instituto Musical "São Paulo Inst. Musical "Gomes Cardim" - Campinas / SP	X	
	Regina Maura Masiero Prontuário Nº 496)	Normalista Canto Orfeônico História da Música / Folclore	Escola Normal São José - Jaú/SP Instituto Musical "São Paulo" Academia Paulista de Música - S. Paulo / SP	X	
	Maria de Lourdes Midena Prontuário Nº 365)	Hab. para o Magistério Primário do Est. S. Paulo Curso de Piano	Esc. Normal Livre Horácio Berlinck - Jaú / SP Conservatório Musical Campinas	X	

DISC.	PROF.(A) / Nº PRONTUÁRIO	FORMAÇÃO	LOCAL DE FORMAÇÃO	EFETIVO	
				SIM	NÃO
EDUCAÇÃO FÍSICA	Lucia Steffen			X	
	Maria Conceição Valente Stempniewski			X	
	Francisco L. Campos Silvestre			X	
	Valdomiro Casagrande				
	Moacyr de Almeida			X	
	Esther Ferreira Bruzadin Prontuário Nº 144)			X	
	Osmar Ferreira Martins			X	
	José Franco de Camargo Prontuário Nº 227)			X	

FONTE: MAPA DE MOVIMENTO (DE 1946 'A 1961), BOLETIM DE FREQUÊNCIA (DE 1946 'A 1946), LIVRO PONTO DOCENTE (DE 1946 'A 1961) E PRONTUÁRIO DO PROFESSOR(A).



EE CAETANO LOURENÇO DE CAMARGO
 RUA CÔNEGO ANSELMO WALVENKENS, S/Nº
 CENTRO - CEP: 17.201-250 - JAÚ/SP
 CÓD. CIE: 025811
 CÓD. FDE: 741108

LEGENDA
 ÁREA TOTAL DO TERRENO.....10.519,00 M2
 ÁREA CONSTRUÍDA 3.046,00 M2
 ÁREA LIVRE 7.473,00 M2



ALAMEDA DR. ESPERANÇA

RUA CÔNEGO ANSELMO WALVENKENS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)